



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

**Título A Política Externa de Angola na África
Austral (1975-1992)**

Daniel Chico Tchova

Orientação: Professor Doutor Marco António
Gonçalves Barbas Baptista Martins

Mestrado em Relações Internacionais e Estudos Europeus

Dissertação

Évora, Fevereiro de 2015

Mestrado em Relações Internacionais e Estudos Europeus

Dissertação

A Política Externa de Angola na África Austral (1975-1992)

Daniel Chico Tchova

Orientação:

Professor Doutor Marco António Gonçalves Barbas Batista Martins

Évora, 2015

Dedicatória

Às minhas filhas.

Agradecimentos

Em primeiro lugar agradeço ao Deus todo poderoso, pois que nada neste mundo acontece sem a sua permissão.

Ao meu orientador pela paciência demonstrada e precisão das observações para a elaboração desta dissertação.

Aos meus pais por todo o carinho, atenção e apoio que nos momentos difíceis foram fundamentais para que prosseguisse essa jornada.

A minha esposa e filhas pela compreensão da ausência durante bons períodos de tempo dedicados a este trabalho.

A todos que direta ou indiretamente contribuíram para que se efetivasse a realização deste sonho.

Resumo

Título: A Política Externa de Angola na África Austral (1975-1992)

Este trabalho se destina analisar a forma como se desenrolou a política externa de Angola na África Austral, no período de 1975 á 1992 e aferir que elementos terão concorrido para que um partido de orientação política e ideológica socialista de inspiração soviética lograsse conquistar o poder em Angola e conseguisse fazer vingar a linha da sua política externa na região, apesar de contar com a forte oposição de uma série de países mais fortes e com governos consolidados como a África do Sul e o Zaíre, fortemente apoiados pelo bloco político ideológico que acabaria por se saldar como vencedor da Guerra Fria e no plano interno contar com a oposição de movimentos como a UNITA e a FNLA que reuniam o apoio tanto da África do sul e do Zaíre como até principalmente dos Estados Unidos da América.

Palavras Chave: Política Externa, Angola, Segurança Regional, África Austral.

Abstract

Title: Angolan Foreign Policy in Southern Africa (1975-1992)

This paper aim is to examine how Angola unfolded its foreign policy in southern Africa between 1975 and 1992, and assess what elements have contributed to an ideological orientation political Soviet-inspired socialist party to succeed in gaining power in Angola and enforce the line of its foreign policy in the region , despite the opposition from a number of stronger countries with consolidated governments like South Africa and Zaire in the regional Plan, strongly supported by the ideological political bloc that would eventually pay off as the winner of the Cold War and internally the opposition of movements such as UNITA and the FNLA which gathered support from both South Africa, Zaire and from the United States of America.

Key words: Foreign Policy, Angola, Regional Security, Southern Africa.

Lista de siglas e Abreviaturas

ANC - African National Congress

CIA – Central Intelligence Agency

CONSAS – Constelação de Estados da África Austral

DI – Direito Internacional

EUA – Estados Unidos da América

FAPLA – Forças Armadas Populares de Libertação de Angola

FAR – Forças Armadas Revolucionárias de Cuba

FNLA – Frente Nacional de Libertação de Angola

FRELIMO – Frente de Libertação de Moçambique

MFA – Movimento das Forças Armadas

ONU – Organização das Nações Unidas

OUA – Organização de Unidade Africana

PAC – Partido Pan Africano

PCUS – Partido Comunista da União Soviética

PLF – Países da Linha da Frente

ELF – Estados da Linha da Frente

SADC – Southern Africa Development Community

SADCC – Southern Africa Development Coordination Conference

SADF- South African Defense Forces

SASO – Organização dos Estudantes Sul Africanos

SWAPO – South West African People's Organization

UNITA – União Nacional Para a Independência Total de Angola

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

Índice

Dedicatória.....	iii
Agradecimentos	iv
Resumo	v
Abstract.....	vi
Lista de Abreviaturas.....	vii
Índice	vii
INTRODUÇÃO.....	10
Contextualização do Estudo	11
Pergunta de Partida.....	11
Hipótese.....	12
Metodologia.....	12
CAPÍTULO I: Caracterização conceptual de Política externa, Interesse Nacional, Geopolítica e Geoestratégia.....	14
1.1 Política Externa	15
1.1.1 Relação entre a Política Interna e a Política Externa.....	18
1.1.2 Modelos Teóricos de Formulação de Política Externa.....	20
1.1.3 Instrumentos da Política Externa.....	25
1.2 Interesse Nacional.....	26
1.3 Geopolítica	29
1.3.1 Determinismo Geográfico	33
1.3.2 Possibilismo.....	34
1.4 Geoestratégia	36
CAPÍTULO II: Linhas Mestras da Política Externa de Angola	39
2.1 De 25 de Abril de 1974 á 11 de Novembro de 1975 (antecedentes históricos)	39
2.1.1 A Luta Armada	39
2.1.2 A queda da Ditadura em Portugal	39
2.1.3 Desacordo entre os Movimentos	42
2.1.4 Encontro de Kinshasa	43
2.1.5 Encontro do Lwena.....	44
2.1.6 Cimeira da Mombaça.....	44
2.1.7 Acordo de Alvor	46
2.1.8 A Opção Militar em Detrimento da Política.....	50
2.1.9 Fracasso dos Acordos de Alvor	53
2.1.10 Acordos de Nakuru.....	54
2.2 Princípios da Política Externa da República Popular de Angola.....	56

2.3 Órgãos Responsáveis pelo Processo de Formulação e Execução da Política Externa de Angola.....	61
CAPÍTULO III: Definição da Política Externa de Angola na África Austral (1975-1992)	63
3.1 Influência de Atores Externos	63
3.1.1 Os Estados Unidos da América	66
3.1.1.1 Mudança na Política Externa dos EUA em Relação a Angola.....	70
3.1.1.2 «Relatório Davies» e o «Efeito Vietnam Invertido»	72
3.1.1.3 Operação IEFEATURE	73
3.1.2 A URSS	74
3.2 Política Externa de Angola na África Austral	78
3.2.1 Envolvimento de Angola nos Estados da Linha da Frente “a Cooperação”	78
3.2.2 O Contra Ataque da África do Sul	81
3.2.2.1 A Agressão	83
3.2.2.1.1 A Operação Savannah	84
3.2.2.1.2 A Operação Carlota	85
3.2.3 A Constelação de Estados da África Austral (CONSAS)	86
3.2.4 A SADCC como Contraposição ao Projeto Sul Africano	87
3.3 Normalização das Relações com o Zaire.....	89
3.4 Angola e o Processo de Independência da Namíbia.....	91
3.4.1 A Batalha do Cuito Cuanavale	92
3.4.2 Á Mesa das Negociações	95
CAPÍTULO IV: Elementos Favorecedores da Execução exitosa da Política Externa de Angola	99
4.1 Inexistência de uma Clara Política dos EUA para Angola.....	100
4.2 Mudança de Regime/ a Transição Democrática em Angola.....	103
4.3 O Repúdio Internacional e Derrocada do Regime de Segregação Racial da África do Sul (Apartheid)	105
4.3.1 Movimento Internacional Anti-Apartheid.....	109
4.3.2 Fim do Apartheid.....	110
4.4. Alinhamento Político entre os EUA e a Rússia.....	111
CONCLUSÃO.....	115
BIBLIOGRAFIA	120

INTRODUÇÃO

Angola tem vindo a destacar-se durante os últimos anos como uma chancelaria de referência, por onde incontornavelmente várias questões que afetam a vida de um grande número de pessoas no contexto regional africano passam. Esta posição, contudo, longe de ser o reflexo do seu bom desempenho económico, resulta de um amplo esforço tanto do ponto de vista militar como do ponto de vista político diplomático levado a cabo pelo país, sobretudo no último quarto do século passado.

Neste período, o país desempenhou um papel bastante ativo no que diz respeito a estabilização política da sub-região austral do continente, sobretudo cosubstanciado no esforço de dinamização do complexo processo que levou à independência da Namíbia, por via da sua valiosa contribuição, que se traduz em última análise no facto de ter levado a África do Sul a dignar-se a implementar a resolução 435 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, como consequência direta do envolvimento deste país na célebre batalha do Cuito Cuanavale, em que as Forças Armadas Populares de Libertação de Angola (FAPLA) com apoio de tropas cubanas, em finais da década de 80, numa altura em que o mundo era ainda dominado pelo espectro da Guerra Fria, quebraram o mito da superioridade e invencibilidade das Forças de Defesa da África do Sul (SADF) que se apregoavam na região.

Apesar de que em muitos círculos, sobretudo na África do Sul a tese da derrota das SADF na batalha do Cuito Cuanavale conheça alguma rejeição, esta batalha teve de facto o condão de forçar as autoridades Sul Africanas a se sentarem á mesa de negociações culminando na retirada das suas forças do território namibiano ilegalmente ocupado, levando consequentemente a independência deste país.

A par da independência da Namíbia no que ao processo de pacificação e estabilização política da África Austral diz respeito, salta a vista ainda o apoio prestado por Angola aos movimentos de libertação dos países que na África Austral se encontravam sob o domínio de regimes de minoria branca. Entre os quais particular destaque se atribui ao esforço empreendido pelo país visando o derrube do sistema de segregação racial vigente na altura na própria África do Sul, caracterizado pelo historicamente desumano e politicamente reprovável apartheid.

Nesta conformidade, embora ciente das represálias que o país seria alvo da parte do regime de Pretória, mais forte e melhor equipado do ponto de vista militar bem como do

ponto de vista económico e com capacidade para desestabilizar tanto militar como economicamente não só Angola, mas toda a região, Angola dignou-se na figura do seu governo em prestar o seu apoio incondicional, consubstanciado na permissão da implantação de bases militares no seu território ao principal movimento de maioria negra da África do Sul, o ANC, que viria ganhar as primeiras eleições livres na África do Sul, marcando oficialmente a libertação política da África Austral.

Contextualização do Estudo

O estudo da forma como Angola conduziu a sua política externa na África Austral, num mundo ainda dominado pela bipolaridade que caracterizava a Guerra-Fria, acabando por transformar o país num importante campo de batalha indireta entre as duas superpotências no final da década de 80 e início da de 90 marcando do ponto de vista histórico a viragem para um mundo pós Guerra-Fria, afigura-se em nosso entender de grande importância, tanto para as Relações Internacionais em particular como da Ciência Política em geral, pois permite compreender o papel que o país desempenhou para o progresso político e histórico da região, bem como ajuda a perspectivar o papel que Angola ainda pode jogar para a consolidação da paz e da estabilidade regional ou até mesmo continental, tendo em linha de conta a forma como lidou com a ameaça efetiva de insegurança regional que pairava sobre a África Austral no conturbado contexto político bipolar.

Sendo um tema que pela sua abrangência e horizonte temporal escolhido não oferece a possibilidade real de esgotamento num único ensaio, este trabalho se propõe, sem obedecer a uma ordem cronológica rigorosa, analisar alguns aspectos pontuais do desenrolar da política externa de Angola, sobretudo na relação com os seus vizinhos na região da África Austral do continente com especial destaque para a África do Sul do apartheid.

Pergunta de Partida

A questão que se levanta a partida neste trabalho consiste em saber que elementos terão concorrido para que o MPLA, um partido de orientação político-ideológico socialista de inspiração soviética lograsse conquistar o poder em Angola, e concomitantemente fizesse vingar a linha da sua política externa na África Austral com relativo êxito, apesar de no plano externo contar com a oposição de países como a África do Sul e o Zaire, fortemente apoiados pelo bloco político ideológico que acabaria por se saldar

como vencedor da Guerra Fria e no plano interno contar com a oposição de movimentos como a UNITA e a FNLA que reuniam o apoio tanto da África do sul e do Zaíre como até principalmente dos Estados Unidos da América.

Hipótese

A hipótese levantada repousa sobre a ideia de que para o êxito que o MPLA logrou alcançar na execução da sua política externa regional, jogou o facto de que o fim da Guerra Fria terá diluído as diferenças político ideológicas entre a Rússia e os Estados Unidos propiciando uma aproximação de pontos de vista entre os dois blocos, favorecendo deste modo a legitimação do poder pelo MPLA e concomitantemente a condução exitosa da sua política externa.

Importa salientar que apesar do período de análise proposto pelo tema se circunscrever entre 1975, ano em que Angola alcançou a sua independência á 1992, ano que fica historicamente marcado pela realização das primeiras eleições multipartidárias no país, e pelo reinício da guerra, que após dez anos conheceu o seu fim (em 2002) com a morte em combate do líder da UNITA, Jonas Savimbi, não se descarta de todo a possibilidade de se fazer referência a factos circunscritos a um período anterior a este, mas que terão relevância para o estudo da matéria em questão.

Metodologia

No que diz respeito a metodologia usada para a elaboração deste trabalho, quanto a forma de abordagem a pesquisa é do tipo qualitativo e de carácter descritivo baseada na interpretação e análise indutiva dos dados, na sua classificação e interpretação. Quanto as fontes fez-se recurso essencialmente as tradicionais fontes de investigação, sendo de destacar as obras escritas (ensaios, estudos, artigos e outras obras literárias) ligadas ao objeto de estudo, sendo também de assinalar o recurso a novos meios de investigação, com particular ênfase a acessos eletrônicos (portais noticiosos, blogues, motores de busca etc.).

De uma forma geral o trabalho está organizado em quatro capítulos e naturalmente uma introdução e conclusão.

O primeiro capítulo, sendo essencialmente teórico, procura levar a compreender as diferentes visões sobre os conceitos de política externa, interesse nacional, tomada de decisão em política externa, bem como o conceito de geopolítica e de geoestratégia.

No segundo capítulo procura-se abordar as linhas de orientação em matéria de política externa de Angola, começando pela avaliação da forma conturbada como nasce a sua primeira república, a República Popular de Angola, ou seja, as circunstâncias históricas que levaram o governo angolano á definição da sua política externa regional, assim como os instrumentos de que o Estado angolano teve de se socorrer para a sua execução, dos quais goza de particular destaque a diplomacia, sem descurar das forças armadas cujas ações capitalizaram os objetivos traçados pela política externa do país.

O terceiro capítulo aborda a forma como Angola levou a cabo a sua política externa na região da África Austral, os desafios que o país teve de enfrentar para a persecução dos seus interesses nacionais. Neste capítulo realçam-se as excelentes relações que Angola manteve com os seus parceiros regionais, no quadro das várias organizações criadas no período em análise, nomeadamente os Estados da Linha da Frente que numa fase posterior se transformariam em SADCC e SADC conseqüentemente. E por outro lado às relações extremamente conflituosas que o país foi forçado a forjar com a África do Sul racista no contexto da Guerra-Fria que punha efetivamente em perigo a sobrevivência não só do Estado angolano como também a de outros países da região.

O último capítulo procura de forma sucinta identificar os elementos que terão efetivamente permitido que Angola, um país com governo de orientação política marxista-leninista fizesse vingar a linha da sua política externa na região, mal grado o facto de que se opusessem a ela países aparentemente mais fortes no então contexto regional.

CAPÍTULO I: Caracterização Conceptual de Política Externa, Interesse Nacional e Geopolítica

Desde os primórdios da sua historia que visando à satisfação e realização de determinados interesses e objetivos, o homem tem procurado, relacionar-se com o seu semelhante, estabelecendo com este, formas diversas de relacionamento que vão desde a cooperação ao conflito.

Não fugindo a esta realidade que caracteriza a convivência social do homem, do mesmo modo se comportam as sociedades politicamente organizadas (os Estados) que, relacionam-se com outros sujeitos de Direito Internacional, com particular destaque para outros Estados, tendo em vista o alcance de objetivos estritamente definidos pelos tomadores da decisão política.

Longe obedecerem a um critério uniforme, como, aliás, seria de desejar, estas relações podem, no entanto ser pacíficas (ou amigáveis), decorrendo dentro dos padrões normais de convivência, traduzindo-se em relações de reciprocidade, de cooperação, de concertação e de integração, ou conflituosas, resultando em dificuldades de vária ordem, dando origem a tensões, desacordos, diferendos e mesmo litígios de caráter mais ou menos grave que podem até mesmo degenerar em conflito armado¹.

Contudo, para que determinado Estado obtenha êxito nas suas relações com outros sujeitos de DI no domínio externo, este precisa definir um conjunto de objetivos em torno dos quais deve focalizar a sua ação. E é esse conjunto de objetivos politicamente definidos que se designa por Política Externa de um Estado.

Regra geral a formulação da Política Externa de um Estado visa essencialmente proteger o que se convencionou chamar Interesse Nacional. Daí que neste primeiro capítulo (cuja abordagem se apresenta numa perspectiva meramente teórica), procurar-se-á não somente levar a discussão o conceito de Política Externa, mas também o de Interesse Nacional, como estando sempre na base da formulação de uma Política Externa, bem como o de Geopolítica, que no caso concreto do tema proposto neste trabalho, terá jogado um papel fundamental na sua definição, uma vez que este trabalho analisa um período em que o mundo era confrontado pelo espectro da Guerra Fria, e obviamente pelo facto de estar intimamente ligada a Geopolítica por ser a ela que na visão de muitos

¹ FERNANDES, Antonio José (2011), Conflitos e Paz Mundial, Importancia da ONU, Quid Jiris, p.07.

estudiosos desta temática ela recorre para a identificação das vias e métodos para se alcançarem os objetivos geopolíticos, a Geoestratégia.

1.1. Política externa

O último quarto do século passado caracterizou-se essencialmente pela vigência de um contexto bipolar em que duas superpotências dividiam entre si o protagonismo como atores primários do cenário político internacional. Nesta conformidade, os dois blocos antagônicos travavam acirradas lutas político ideológicas pela conquista de zonas de influência, contribuindo decisivamente para o agravamento de tensões militares e por outro lado o exacerbar a uma escala nunca antes vista do receio de uma guerra nuclear entre ambos.

No entanto, as mudanças ocorridas na conjuntura política internacional no último decênio do período acima citado, traduzidas na transformação deste cenário para uma realidade em que se assiste ao incremento da integração política e económica dos Estados europeus e a emergência de novos atores regionais em África, Ásia, América Latina e Médio Oriente com capacidade para influenciar de forma decisiva o panorama político mundial, se constituem num elemento de peso que concorre para a justificação da cada vez mais crescente importância que se vem atribuindo ao estudo ou análise da política externa dos Estados tanto isolada como coletivamente.

Nesta conformidade, muitos estudos científicos têm sido produzidos e divulgados, visando a compreensão desta problemática. A ilustrar a importância destes trabalhos tomemos a título de exemplo uma afirmação extraída da obra conjunta de Juliet Kaarbo, Jeffrey Lantis e Ryan Beasley segundo a qual ao *“the study of foreign policy serves as a bridge by analyzing the impact of both external and internal politics or state’s relations with each other”*² ou seja, o estudo da política externa serve de ponte uma vez que analisa o impacto da política externa e da política interna na relação do Estado com outros Estados.

O primeiro passo que se propõe para o estudo desta problemática é a discussão do que se concebe por política externa, e neste sentido há que realçar o facto de que o vasto leque de trabalhos científicos consagrados a análise de política externa dos diversos

² BEASLEY, K. Ryan [et al.]; (2013), *Foreign Policy in Comparative Perspective: Domestic and International Influences on State Behavior*, Second Edition, Los Angeles, p.2.

Estados tende a passar a impressão de que a expressão “política externa” seja de fácil compreensão.

Entretanto, importa realçar, contrariando desde já a tendência do que se expôs acima, que o aparecimento relativamente recente da Teoria das Relações Internacionais como ciência, tem se refletido de forma muito negativa na formulação mais elaborada de conceitos atinentes a disciplina, resultando muitas vezes em abordagens menos claras ou até mesmo imprecisas de matérias que dizem respeito a área de saber das Relações Internacionais.

Segundo José Calvet de Magalhães, concorre por outro lado para isso o facto de que “*a teoria da política externa propriamente dita não tem sido objeto de grande elaboração teórica*”³ o que é de estranhar dada multiplicidade de estudos versando sobre o tema e o interesse que o mesmo suscita no âmbito da Ciência Política e das Relações Internacionais em particular.

José Calvet de Magalhães ao debruçar-se sobre a problemática da imprecisão respeitante ao conceito de Política Externa na sua obra intitulada “*A Diplomacia Pura*” refere-se ao facto de, muitas vezes indivíduos entendidos na matéria e não só, confundirem o conceito de política externa com o de diplomacia e até mesmo com o de política internacional.

Segundo este autor na obra ora citada, se debatem com o dilema da imprecisão na formulação do conceito de Política Externa, notáveis figuras como o sociólogo Francês Raymond Aron que de acordo com José Calvet de Magalhães, na sua célebre obra “*Paix et Guerre entre les Nations*” embora defina “em seu entender” a diplomacia de forma correta como sendo “*um método de conduzir o comércio ou as relações entre os Estados*”⁴ acaba empregando a palavra diplomacia no sentido de política externa quando na mesma se refere ao equilíbrio de poder entre os Estados ao afirmar que “*detestável ou admirável, funesta ou impreciosa, a diplomacia do equilíbrio não resulta de uma escolha deliberada dos homens de Estado, ela resulta das circunstâncias*”⁵.

Na acepção de José Calvet de Calvet de Magalhães a política externa “*designa o setor da atividade do Estado que se destina a obter um determinado resultado em relação a*

³ MAGALHÃES, José Calvet de. (2005). *A Diplomacia Pura*, “1.ª edição, Editorial Bizâncio, Lisboa, p.15

⁴ Ibidem, p.16

⁵ Idem.

outro Estado ou grupo de Estados”⁶ e desta forma por definição a política externa é “o conjunto das decisões e ações de um Estado em relação ao domínio externo”, compreendendo a política internacional “o conjunto das diversas políticas externas nacionais”⁷.

Numa obra em que se debate a problemática da política externa com uma notável profundidade coordenada pela professora de Política Externa, Maria Raquel Freire intitulada “*Política Externa, As Relações Internacionais em Mudança*”, enfatiza-se que malgrado a inexistência de um consenso absoluto no que respeita a definição de política externa, há uma série de atributos e pressupostos semelhantes entre as várias definições propostas por diversos autores, dos quais sobressai em seu entender “o papel dos governos Estatais como atores privilegiados na formulação da política externa e a dimensão intencional da ação política”⁸.

Desta citação se pode depreender que no vastíssimo leque de definições de política externa, existe a tendência de não se levar em consideração outros atores não estaduais como agentes ativos e com preponderância notável no panorama político internacional, redundando este facto na dificuldade de inclusão de entidades tanto supra como sub estaduais na sua análise.

Daí que na perspectiva de Maria Raquel Freire, visando de pronto acautelar os constrangimentos trazidos ao debate na análise da Política Externa, esta se define como sendo “o conjunto de objetivos, estratégias e instrumentos que decisores dotados de autoridade escolhem e aplicam a entidades externas e sua jurisdição política, bem como os resultados não intencionais dessas mesmas ações”⁹.

Santa Clara Gomes enquadrando-se na mesma linha de pensamento admite a existência de uma vasta gama de atores atuando no meio internacional em que se desenvolve a Política Externa, apesar de reconhecer a preponderância dos Estados nacionais na vida internacional como seus atores principais ou quase exclusivos ao escrever que:

A teia dos laços que prendem os países uns aos outros, a nível regional ou mundial, é hoje imensa e abrange todos os campos. Multiplicam-se os agrupamentos regionais, os organismos especializados, as

⁶ Ibidem, 22.

⁷ Ibidem, 23.

⁸ FREIRE, Maria Raquel, ET ali. (2011). “*Política Externa: As Relações Internacionais em Mudança*”, Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, p.17.

⁹ Ibidem, p.18.

organizações internacionais, os acordos bilaterais. Ao mesmo tempo, com o desenvolvimento das comunicações, proliferaram os contatos e movimentos de pessoas, nomeadamente através do turismo, desenvolveram-se o comércio e as relações econômicas e financeiras, apareceram novos atores na cena internacional, quantas vezes mais poderosos e influentes que muitos Estados juridicamente constituídos. Com tudo isto, há um sistema mundial que é composto não só de Estados justapostos e inter-relacionados juridicamente em base de igualdade, mas também por outras camadas sobrepostas: sistemas de aliança, organizações internacionais, serviços públicos intergovernamentais, organismos ideológicos ou profissionais, organizações não governamentais, grandes empresas multinacionais, bancos e consórcios de bancos de alcance internacional, igrejas etc.¹⁰

1.1.1 Relação entre a Política Interna e a Política Externa

Passando o debate referente ao conceito de política externa, ainda que em nosso entender com a sensação de que muito ainda fica por dizer relativamente ao assunto, partir-se-á para a distinção entre a política interna e a política externa.

A política doméstica pode facilmente ser entendida como sendo a que se refere a políticas elaboradas para o sistema político interno de um Estado, ao passo que, a política externa se refere em oposição a política interna, as estratégias que um Estado leva a cabo ou desenvolve na sua relação com outros Estados. A questão que se coloca a partida consiste em saber se estas são complementares, diferentes ou até mesmo interdependentes.

A este respeito apraz-nos dizer que tanto a Política Interna como a Política Externa eram até então consideradas como esferas distintas do jogo político, ou seja como esferas dicotômicas, entretanto, elas passaram a ser analisadas noutra chave de interpretações, segundo a qual não haveria diferenças substanciais, bem como separações bruscas entre o interior e o exterior, mas sim inúmeros pontos de encontro entre ambos, numa linha em que a política interna dos Estados tornar-se-ia uma das principais chaves explicativas da dinâmica internacional¹¹.

¹⁰ GOMES, Santa Clara (1990), A Política Externa e a Diplomacia numa Estratégia Nacional, p.57.

¹¹ Ideia extraída de um texto de Livia de Carvalho Borges, que integra os Anais do XX Encontro Regional de: Historia e Liberdade realizado em França pela ANPUH/SP – UNESP de 06 a 10 de setembro de 2010.

Para Jean Meyriat, na relação entre a política externa e a política doméstica, não existe uma solução de continuidade entre ambos, uma vez que em seu entender todos os problemas que mexam com a coesão e unidade de uma nação são políticas e visando dar sustentabilidade a esta ideia este autor afirma citando Bertrand de Jouvenel que *“Il y a politique pure si l’action du groupe n’a d’autre but que d’assurer l’existence la conservation du groupement”*.¹²

Assim, em seu entender, trata-se de facto de dois terrenos diferentes de aplicação de uma mesma atividade política, uma vez que o fim último de ambos se traduz na manutenção ou no reforço da coesão nacional.

Neste contexto, tanto a Política Externa como a Política Interna devem encarregar-se de promover esta coesão em relação a todas as outras unidades políticas tendo como fim último o interesse nacional, *“sont politiques dans une nation tous les problèmes qui «touchent à sa cohésion et à son unité» du moment que cette cohésion est implicitement reconnue comme la valeur supérieure à laquelle toutes les autres sont ordonnées”*¹³.

Outro pensamento que convém aqui trazer a discussão é o de que a política externa e a política interna são complementares, sendo que o fim a que se propõe a política externa funciona como um instrumento de mediação que sustenta os objetivos estabelecidos no âmbito interno, mas que, no entanto perseguem um só interesse *«o pleno desenvolvimento econômico e social»*¹⁴.

Como a política externa se encarrega de projetar os interesses e objetivos domésticos ou internos para o exterior, o processo de formulação de política externa deve revelar um caráter co-constitutivo das dimensões interna e externa (internacional) e a este respeito James Rosenau propõe que a política externa implica uma relação bidirecional entre as dimensões interna e externa, ultrapassando a convicção tradicional de que a política externa é dirigida por fatores internacionais¹⁵.

Entendendo a tarefa da política externa como a atividade que consiste em *“traduzir necessidades internas em possibilidades externas”* uma vez que os Estados não são autossuficientes, um Estado que no caso não disponha de muitos recursos internos para

¹² MEYRIAT, Jean; (1961), *L’étude de la Politique Extérieure*. In: *Revue Française de Science Politique*, 11^{ème} année, n.º1, 1961, pp.144.

¹³ *Ibidem*.

¹⁴ VIGGIANO, Juliana Lyra. (2000) *Política Externa: Passado e Presente*, in *Revista de Sociologia Política*, no.19 Curitiba Nov.2002, p.146.

¹⁵ FREIRE, Maria (2011) *Op. Cit.* p.13.

garantir a sua subsistência, deve fazer recurso a sua política externa visando colmatar a ausência destes recursos.

Deste pressuposto resulta de facto, a combinação de fatores domésticos e externos, na formulação de uma política externa estadual.

Assim sendo a política externa dos Estados resulta de uma equação onde os recursos internos e a vontade política são conjugados com ameaças e oportunidades externas para conduzirem a opções políticas variáveis, sendo o objetivo último a maximização do interesse nacional¹⁶.

1.1.2 Modelos Teóricos de Formulação de Política Externa.

Uma das questões de grande relevância que normalmente se levanta na análise do processo de formulação da Política Externa de um Estado é a identificação do centro de decisão política, ou seja, saber de facto em quem se encontra a responsabilidade de tomar a decisão final em matéria de política externa (quem decide?).

Importa desde já frisar que, não há homogeneidade relativamente a esta questão, sendo que cada Estado tem a sua própria realidade.

Contudo, visando uma análise mais profunda de toda a envolvência relativa a este processo, ou seja, a maneira como os agentes decisórios do Estado, que segundo James Dougherty e Robert Pfaltzgraff são “*aqueles cujos atos de autoridade determinam, para todos os efeitos, os atos dos Estados*”¹⁷, uma vez que “*a ação do Estado é a ação empreendida por aqueles que agem em seu nome*”¹⁸, fez-se necessário operacionalizar modelos teóricos para auxiliarem os investigadores a melhor compreender os eventos políticos internacionais, identificando os fatores determinantes mais relevantes das ocorrências bem como as circunstâncias em que determinados fatores conduziram a um desfecho em detrimento de outro¹⁹.

Dentre os vários modelos goza de particular prestígio um estudo clássico de Grahman Allison que analisa a forma como foi gerida a crise dos mísseis de Cuba.

¹⁶ FREIRE, Maria Raquel (2009). *A política externa em transição: o caso da Federação Russa*. Relações Internacionais, Lisboa, n. 23, p.76.

¹⁷ DOUGHERTY, E. James. PFALTZGRAFF, Robert L. (2003). *Relações Internacionais – As Teorias em Confronto*, gradiva, Lisboa p.705.

¹⁸ Ibidem.

¹⁹ FREIRE, Maria (2011). Op. Cit, p. 20.

Na sua obra “*Essense of Decision: Explaining the cuban missile crisis (1971)*”, Grahan Allison procura compreender como se tomam decisões em política externa. Neste estudo, este autor apresenta uma metodologia de análise do processo de tomada de decisão centrada no estudo do comportamento governamental, propondo uma análise do processo de decisão em formulação de política externa em três paradigmas baseados em diferentes níveis de análise.

Embora estes paradigmas se apresentem em secções distintas, não são necessariamente excludentes, havendo segundo Maria Raquel Freire, interação entre os mesmos numa explicação compreensiva dos processos²⁰, que visam a obtenção de um tratamento completo de qualquer caso político para aferir como se chegou a uma decisão final.

Estes paradigmas são: o modelo do “*ator racional*” ou “*rational actor model*”; o modelo de “*comportamento organizacional*” ou “*organizational behavior model*” e o modelo de “*políticas governamentais*” ou “*governmental politcs model*”.

Para a caracterização da tipologia dos três modelos de formulação de política externa de Allison, quatro aspectos são importantes na visão de Jonathan Bendor e Tomas Hammond:

1. O número de atores (aqui a questão que se coloca é de saber se um governo soberano age como se fosse um ator unitário como se estipula no estudo das Relações Internacionais, ou se decompõe em múltiplos atores);
2. Se os objetivos dos atores são ou não mesmos/semelhantes;
3. O grau de racionalidade que se atribui ao tomador da decisão política (sendo que apesar de Grahan Allison propor que o tomador da decisão política seja racional, para a teoria do comportamento organizacional “*behavioural organization*” tal como para os psicólogos políticos “*political psychologists*” todos os agentes têm limitações nas suas capacidades cognitivas);
4. O conjunto de informação de que o tomador de decisão dispõe (se o tomador de decisão tem informação completa ou não)²¹.

²⁰ Ibidem.

²¹ BENDOR Jonathan and HAMMOND Thomas H; (1992) *Rethinking Allison's Models* in The American Political Science Review, Vol. 86, No. 2 (Jun., 1992), p. 302-303.

O primeiro modelo “*rational actor model*” baseado na teoria de escolha racional, adota o Estado como sendo a unidade primária de análise e as relações inter-estaduais como o seu contexto de análise.

Neste modelo o Estado é encarado como sendo um ator unitário monolítico, cuja estrutura interna do processo de decisão tem como base a racionalidade “*the nation can be treated as a single actor endowed with a set of goals and the capacity for pursuing these goals..., this single actor pursue these goals rationally*”²², clarificando os objetivos, priorizando-os, organizando as políticas alternativas, investigando as consequências da sua implementação e selecionando-as de modos a tomar decisões racionais baseadas na classificação de preferências e maximização de valores.

Jorge Sanchez ao debruçar-se sobre o “*Rational Actor Model*” enfatiza que este modelo “*considera la conducta gubernamental desde la acción que escoge, concebido como un decisor racional unitario com capacidad de control central, completamente informado, y maximizador de valores*”²³.

Este modelo corresponde à abordagem tradicional que vê a política externa como o produto de um cálculo racional visando maximizar os ganhos para o interesse nacional tal como formulado pelo Estado, enquanto ator principal e unitário.²⁴

Ou seja, a este nível a “*política externa é formulada de forma homogênea e unitária, em conformidade com os elementos de poder e com base na definição do interesse nacional*”²⁵.

Neste sentido, os problemas estratégicos ocuparão o centro das preocupações, sendo que o governo enquanto ator unitário fará um trade-off (relação custo benefício) das opções que dispõe selecionando a alternativa que para este se revista de maior valor funcional.

Ao defender este modelo Graham Allison enfatiza que a racionalidade está sempre presente em toda decisão final de um governo:

Policy means realization in a number of particular instances of any agent’s objectives. These concepts identify phenomena as actions

²² Ibidem, p 305.

²³ SÁNCHEZ, Jorge Ernesto Hernández, *La Política laboral en el sexenio Calderonista: una prospectiva en la materia, bajo el modelo de escenarios y los modelos conceptuales de Graham Allison*.p.3 (obra inédita).

²⁴ RAIMUNDO, Antonio; (2012) *O Estudo da Política Externa Combinar Teoria e Contexto*. Recensão, in *Relações Internacionais* Setembro : 2012 **35** p. 139.

²⁵ FREIRE, Maria (2011), p.21.

performed by purposeful agents. This identification involves a simple extension to the governments of the pervasive everyday assumption that what human beings do is at least intendedly rational²⁶.

A racionalidade que aqui se atribui ao Estado enquanto ator deve resultar no entender de estudiosos do processo de decisão, de uma sequência de atividades de decisão envolvendo os seguintes passos: 1) reconhecimento e definição do problema; 2) seleção de objetivos; 3) identificação das alternativas; 4) escolha a partir de um leque de várias opções; e 5) seleção racional da alternativa que melhor poderá levar ao objetivo pretendido²⁷.

O segundo modelo, o de comportamento organizacional “*organizational behavior model*” aborda de forma extensiva como a organização se comporta no processo de tomada de decisões, ou seja faz uma reflexão sobre os constrangimentos ou limitações que a organização coloca sobre as escolhas do tomador de decisão e como estas decisões são implementadas, sendo que para este modelo a política externa resulta do comportamento da organização.

Ao contrário do primeiro que vê o Estado como um ator racional unitário, este modelo encara o governo, como um conjunto de organizações unidas funcionalmente, mas independentes entre si, que funcionam de acordo com um padrão de comportamento específico, tendo cada um a sua área de trabalho, sendo os líderes governamentais os responsáveis pela coordenação destas organizações. Este modelo considera que:

la conducta gubernamental desde la acción que escoge como la suma de comportamientos en elecciones y acciones de sus organizaciones – conglomerados de organizaciones-, por lo que la acción escogida es producto de grandes organizaciones que funcionan conforme a determinados patrones de comportamiento, y que atienden cada una, una parte del problema de acuerdo a procedimientos preestablecidos que permiten lograr las metas y objetivos de cada organización²⁸.

O terceiro modelo de Graham Allison, “governmental politics model”, também conhecido como “bureaucratic politic model”, baseia-se segundo Dougherty e Pfaltzgraff no modelo do comportamento organizacional. Porém, distingue-se deste porque, não

²⁶ KAFLE, R. Tulasi; (2011), *Making a Difference: Allison's Three Models of Foreign Policy Analysis*, p.07. (obra inédita).

²⁷ FREIRE, Maria (2011), p. 21.

²⁸ SANCHEZ, Jorge, (14.01.2014).

parte do controlo ou coordenação dos dirigentes desde o topo, mas sim da hipótese da existência de uma competição intensa entre as unidades de decisão e da barganha entre os elementos de uma burocracia²⁹.

Este modelo, tem como unidade de análise o “tomador de decisão” ou seja, o indivíduo que em situação crítica tem grande influência na decisão sobre as ações da organização, sendo que este tem percepções e prioridades diferentes, posição e responsabilidade diferentes no seio da organização (no caso o governo).

Este modelo vê no comportamento dos governos um jogo competitivo no qual vários jogadores “tomadores de decisão”, que “*não são orientados por um único ator unitário, nem por qualquer grande plano estratégico, mas antes por diversas concepções de objetivos pessoais, organizacionais ou nacionais*”³⁰ com preferências políticas distintas e guiados por interesses políticos de vária ordem, conflituam pelo poder e capacidade de impor a sua visão aos outros.

Desta forma, para este modelo, a ação do governo resulta do processo de negociação ou barganha política entre os principais tomadores de decisão “*key player*” cujas ambições pessoais, amizades e animosidades podem estar na base das convergências ou divergências das posições políticas tomadas:

The name of the game is politics: bargaining along regularized circuits among players positioned hierarchically within the government. Government behavior can thus be understood according to a third conceptual model, not as organizational outputs but as results of these bargaining games³¹.

Este modelo acrescenta importantes detalhes a política doméstica, ajudando a explicar o papel dos “*key players*”, elucidar a razão pela qual os indivíduos adotam posições políticas com propósitos opostos e muitas vezes contrários ao interesse do governo, e porquê a política parece ser não poucas vezes irracional na perspectiva de um governo unitário. Ao debruçar-se sobre este modelo Jorge Sanchez enfatizou que este modelo:

Considera la conducta gubernamental como el resultado de comportamientos políticos de los integrantes del aparato gubernamental, o resultado de juegos de negociación entre jugadores escalonados

²⁹ DOUGHERTY, James, PFALTZGRAFF, Robert, Op. Cit. 2003. p.728

³⁰ Ibidem.

³¹ BENDOR, Jonathan, HAMMOND, Thomas (1992), Op. Cit, p.313.

jerárquicamente en el gobierno. Así, cada jugador tiene distintas concepciones de metas nacionales y personales; de distintas recomendaciones respecto con la responsabilidad que en ellos recae, con respecto a su personalidad³².

1.1.3 Instrumentos da Política Externa

Os instrumentos da política externa correspondem aos meios de que os Estados dispõem para a sua execução. No entanto José Calvet de Magalhães na sua obra ora citada faz uma interessante distinção destes em dois tipos fundamentais. Sendo que num se encontram os instrumentos de carácter pacífico e noutro os instrumentos de carácter violento.

Na caracterização feita por este autor os instrumentos pacíficos da política externa de um Estado dividem-se em dois grupos de contacto, o primeiro de Contactos Plurilaterais e Negociações e o segundo de Contactos Unilaterais.

No grupo de Contactos Plurilaterais ou Negociações se destacam a Negociação Direta – entendida nas palavras de Santa Clara Gomes como negociação sem intermediários, feita diretamente pelos responsáveis políticos dos Estados; a Diplomacia – vista como a atuação de um Estado no exterior através de agentes seus como tal acreditados perante outro Estado ou perante organizações internacionais; a Mediação – uma negociação entre dois Estados levada a cabo pelos representantes de um terceiro Estado³³.

No grupo de Contactos Unilaterais há que salientar a Propaganda – que consiste em utilizar os diferentes meios de comunicação para difundir informação, propagar determinadas opiniões, defender determinados tipos de ação e fomentar a criação de grupos opostos ao governo do país adversário; a Espionagem – exercida por meio de agentes secretos de um Estado junto de outro para o obtenção, por meios não legítimos ou ocultos, de informações uteis a sua política; a Intervenção Económica – feita através dos vários meios que dizem respeito ao domínio económico e a Intervenção Política³⁴.

Como instrumentos violentos da política externa, ou seja, aqueles cujo o Estado que a executa pretende constranger o Estado a que essa política se dirige, José Calvet de Magalhães destaca a *Dissuasão* – como a capacidade de um Estado, poder influir sobre outro Estado no sentido de evitar que tome determinada iniciativa ou atitude pela sua

³² SANCHEZ Jorge, , (14.01.2014). Op. Cit.

³³ GOMES, Santa (1990), Op.Cit, p.70-71.

³⁴ MAGALHÃES, Calvet (2005), Op. Cit, p.28-29.

posição de poderio militar; a *Ameaça* do emprego da força de um Estado em relação a outro; a *Guerra Económica* caracterizada pelo emprego de sanções económicas aplicadas por um Estado contra outro; *Pressão Militar*, vista como a utilização de forças militares sem se chegar ao ataque efetivo; a *Guerra*, o ataque de forças militares de um Estado contra o território, instalações militares ou populações de outro Estado”³⁵.

1.2. Interesse Nacional

Baseando-se nos argumentos atrás expostos, abraçando, porém uma abordagem mais realista das Relações Internacionais, cosubstanciada na ideia de que o Estado é única e exclusivamente o principal ator das Relações Internacionais e que atua sempre servindo o seu interesse, concluir-se-á que compete a Política Externa a procura permanente e defesa destes interesses, que congregados em pacote único tomam a designação de Interesse Nacional.

Entretanto, mal grado o facto de que o Interesse Nacional enquanto objetivo que anima a atuação dos Estados na arena internacional tenha contribuído de forma decisiva para construção do pensamento político moderno, a sua definição e formulação pelos tomadores da decisão política tem se revelado difícil e susceptível de gerar debates muitas vezes polêmicos nos círculos políticos da estrutura interna dos Estados.

Concorre para este cenário o facto de que nas sociedades democráticas atuais, as visões dos grupos que disputam o poder político relativamente ao que deve conformar o interesse nacional dos Estados são diversas, como consequência direta desta realidade o interesse nacional possui múltiplas facetas e é susceptível de ser apropriado por interesses particularistas³⁶. Ou seja, cada grupo social ou movimento político no interior do Estado parece ter a sua própria definição do que seja um projeto nacional estabelecido em função dos interesses do país³⁷. Deste modo, a questão que se coloca é a de perceber ou identificar quais são estes interesses ou objetivos?

Relativamente a questão levantada, apraz-se salientar que o interesse nacional na forma de objetivo que um Estado se propõe alcançar no domínio externo, identificam-se normalmente com os chamados interesses nacionais permanentes, que na visão de Santa Clara Gomes reforçando, contudo esta linha de pensamento, devem ser “*objetivos*

³⁵ Ibidem p.29.

³⁶ ALMEIDA, Paulo Roberto de. (2009). *Bases Conceptuais de uma Política Externa Nacional*, in Brasil – União Europeia – América do Sul: Anos 2010-2020, p.4.

³⁷ ibidem

*nacionais autênticos e não aqueles que são episódicos, ocasionais ou puramente circunstanciais (...) embora adaptados às circunstâncias de cada momento histórico*³⁸.

Segundo ainda este autor os objetivos nacionais podem dividir-se em duas categorias, sendo que na primeira incorporam-se objetivos genéricos atinentes a sobrevivência da própria espécie ou da civilização, sendo, no entanto, comuns a todos os Estados, mas que quando assumidos por um Estado tornam-se também os seus objetivos nacionais, dentre os quais se destacam a manutenção da paz, a defesa do direito internacional, a instauração de uma ordem internacional ou regional justa, a salvaguarda do ambiente a escala planetária, o combate a fome e o subdesenvolvimento, etc³⁹.

Numa outra categoria encontram-se os objetivos nacionais próprios que no seu entender, embora sejam comuns a muitos os países, são formulados de modo próprio e exclusivo por cada um, de acordo com a sua dimensão, história, situação geográfica, cultura, preocupações tradicionais, ameaças que o rodeiam, etc., dos quais pontifica a sobrevivência da Nação e do Estado, a manutenção da independência e da integridade territorial, a defesa da identidade cultural, a preservação dum espaço suficiente para a gestão dos assuntos da comunidade nacional, a integração de modo adequado em estruturas comunitárias ou de cooperação regional⁴⁰.

Por seu turno, Sergio Vieira da Silva divide o interesse nacional em dois planos, sendo que no primeiro está a manutenção da independência e da segurança, tendo em conta a sua importância na garantia da sobrevivência do Estado, e no segundo plano encontra-se a promoção e proteção dos seus interesses económicos, sobretudo o dos grupos mais influentes do Estado⁴¹.

Jean Meryiat ao definir a Política Externa procurando até certo ponto mostrar a clarividência da ligação intrínseca entre esta e o interesse nacional, ou seja, a forma como o interesse nacional domina o foco da ação externa dos Estados enfatizou que a política externa consubstancia-se no seguinte:

les choix... de relations qu'il faut favoriser ou limiter, mover ou interompre, intensifier ou espacer; choix opere par Le gouvernement, en accord ou non avec La majorité de La nation, sous La pression ou non

³⁸ GOMES, Santa, Op. Cit. 1990 p 62.

³⁹ Ibidem, 62.

⁴⁰ Idem.

⁴¹ SILVA, Sérgio Vieira da, (2012). *Introdução às Relações Internacionais*, Escolar Editora, Lisboa, p.133.

de particulier, mais toujours par reference á La valeur politique fondamentale qu'est La cohesion nationale.⁴²

Em suma, o interesse nacional consiste no mínimo, em cada estado preservar a sua própria existência, em assegurar a sua própria sobrevivência e em garantir o domínio do seu destino⁴³, dando suporte a esta ideia Jonathan Bendor e Thomas Hammond escreveram “*national security and national interests are the principal categories in which strategic goals are conceived. Nations seek security and a range of other objectives*”⁴⁴.

Renato Janine Ribeiro, postula que “*o interesse nacional pode ser entendido como a promoção do interesse de um Estado independente pelos seus cidadãos ou governantes, reduzindo enormemente a parte das paixões no trato social*”⁴⁵. Entretanto, este autor em clara oposição relativamente a visão de uma larga maioria que acentua questões de segurança nacional na sua formulação e definição, entende que o interesse nacional deve se concentrar essencialmente nas questões económicas, ou seja, “*A economia é a forma acabada do interesse*”⁴⁶, isto porque em seu entender os fatores de ordem econômica tendem a despolitizar o debate.

Visando dar sustento ao seu ponto de vista, Renato Janine Ribeiro enumera uma série de aspetos econômicos que quando não tidos em conta na formulação do interesse nacional de um Estado, são susceptíveis de resultar em consequências devastadoras para os mesmos:

Não há como ter déficit nas contas públicas, sem sérios prejuízos; não há como espantar os investidores, sem graves problemas, não há como desenvolver políticas mais radicais, sem colher o fruto perverso da pobreza que se expande em vez de se reduzir⁴⁷.

Num plano mais alargado os objetivos nacionais permanentes resumem-se essencialmente nos seguintes elementos: defesa da independência nacional; soberania na tomada de decisões estratégicas; garantia de aprovisionamentos essenciais á

⁴² MEYRIAT, Jean, Op. Cit. 1961 p.144.

⁴³ FERREIRA, João José Brandão. (2011). *Espaços Estratégicos de Interesse Nacional para Portugal (II Parte)*, in Revista Militar, Dec. 2011.

⁴⁴ BENDOR, Jonathan, HAMMOND, Thomas (1992), Op. Cit, p.305.

⁴⁵ RIBEIRO, Renato Janine; (2008) *Sobre o Conceito de Interesse Nacional*, in Interesse Nacional, Julho/Setembro, p.83.

⁴⁶ Idem.

⁴⁷ Idem.

economia nacional (entre eles energia, bens primários e segurança alimentar); preservação do território em face de intrusões estrangeiras; cooperação com os demais membros da comunidade internacional na manutenção da paz, da segurança e da estabilidade, com vistas ao desenvolvimento econômico e social; preservação dos direitos humanos e manutenção do sistema democrático no contexto regional e internacional⁴⁸.

Estes últimos elementos (preservação dos direitos humanos e manutenção do sistema democrático no contexto regional e internacional) se afiguram até certo ponto envoltos em controvérsias, uma vez que, embora um pequeno número de países insista na manutenção de sistemas políticos antidemocráticos ou suavizadamente regimes pouco democráticos, como é o caso da Coreia do Norte, China, Irão, Síria, etc., outros que a priori se apresentam como porta-bandeira da democracia nos tempos modernos, têm se mostrado pouco respeitadores dos direitos humanos, sendo disso exemplo os próprios EUA que se destacam e este respeito na manutenção da pena de morte em alguns dos seus Estados.

Tendo em linha de conta os elementos acima expostos remete-se a conclusão de que o interesse nacional incorpora de facto um vasto leque de elementos que combinam aspectos quer de ordem política como económica, que se consideram vitais a sobrevivência do Estado, pelo que se depreende que o interesse nacional traduz-se no *“robustecimento do poder nacional, em particular dos instrumentos que permitam alcançar o pleno desenvolvimento económico e social”*⁴⁹.

Assim sendo, do ponto de vista do Interesse Nacional, tanto a Política Interna como a Política Externa são complementares, pois perseguem um só interesse, *“o desenvolvimento económico e social”* do país⁵⁰, uma vez que existe uma estreita ligação entre política externa, política de defesa, política económica, política educacional, política cultural etc.

1.3 Geopolítica

O entendimento que se tem da expressão Geopolítica nem sempre tem oferecido a compreensão desejada, pois várias são as visões em torno do seu conceito, de tal sorte que se torna um exercício complexo a elaboração de um que abarque todas as visões e

⁴⁸ ALMEIDA, Roberto (Op. Cit.

⁴⁹ VIGGIANO, Juliana (2000). Op. Cit.

⁵⁰ Idem.

opiniões dos estudiosos dessa matéria sobre a natureza e interesse da Geopolítica, tanto no campo da política em geral, como das relações internacionais em particular.

Note-se a título de exemplo da confusão gerada em torno da acepção de Geopolítica, que tendo em conta a composição da palavra depreende-se que enquanto disciplina, ela estuda a relação entre a Geografia e a Política. Porém, embora vários autores defendam esta aproximação, como se constatará mais adiante, esta ideia segundo Francois Raúl Martins, tornaria a Geopolítica bastante imprecisa quanto a caracterização do seu âmbito, a sua especificidade em relação a outras disciplinas afins como a Geografia e a Política, bem como quanto a metodologia do seu estudo⁵¹.

A Geopolítica tem por objetivo analisar a influência do espaço geográfico na política dos governantes aquando da aplicação do poder do Estado com a finalidade de alcançar e manter os objetivos nacionais previstos, ou seja, estuda as ações dos Estados na aplicação do poder nacional em todas as suas expressões⁵².

Apesar da Geopolítica enquanto disciplina ser relativamente nova, as suas origens encontram-se em escritos não sistematizados sobre o assunto, elaborados desde há muitos séculos por grandes personalidades da história do pensamento político, que no decurso dos seus trabalhos e na medida em que para eles tal se tornava necessário, procuravam estudar o complexo de inter influências, interrogando-se, sobretudo acerca da natureza, importância e alcance das influências do meio ambiente natural sobre as características quer somáticas quer psicológicas dos seres humanos, assim como sobre a estruturação social e política, os usos e costumes, das comunidades por eles formadas⁵³.

Importa referir que o pensamento geopolítico esteve sempre presente na condução política do Estado primitivo como, aliás, justifica a seguinte citação:

Las grandes culturas de la antigüedad se asentaron en áreas geográficas que les permitían desarrollarse adecuadamente; si el espacio geográfico les resultaba insuficiente para su supervivencia conquistaban otros territorios y los anexaban al original. Y desde luego lo defendían o también podían perderlo por la acción de otras culturas motivadas por las mismas causas. De ahí entonces que los terrenos fértiles, la vecindad

⁵¹ MARTINS, Raúl François. (1996). *Geopolítica e Geostratégia – O Que São e Para Que Servem*, Instituto de Defesa Nacional, in Revista Nação e Defesa, Ano 21, n.º 78, p.22.

⁵² BONFIN, Uraci Castro. (2005). *Geopolítica, Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército*, Escola de Comando e Estado Maior do Exército, p.9.

⁵³ MARTINS, Raúl (1996) Op. Cit. P.31.

de los ríos, el acceso al mar, los accidentes montañosos de interés y el control de las rutas comerciales se convirtieran en objeto de la política del Estado primitivo y por supuesto también de los Estados contemporáneos. De ello deducimos que aun sin la aparición de su actual denominación, la geopolítica ha existido desde tiempos remotos pues la influencia de los factores geográficos sobre la conducción política ha estado siempre en la mente del estadista⁵⁴

Destaca-se no estudo desta problemática na idade antiga (até 476 DC), com especial realce para a Grécia e Roma, figuras relevantes do pensamento político como Heródoto, Hipócrates, Tucídides, Platão, Aristóteles, Lucrecio, Estrabão e Possidônio.

Durante a idade média (até 1453), com Marco Polo, Mandeville, Constantino VII, Marcelino e Alberto Magno, durante a idade moderna (até 1789), com escritos de Montesquieu, Maquiavel, Jean Bodin e Munster.

Contudo, é na idade contemporânea (após 1789) que se intensificaram os estudos sobre o assunto com os trabalhos de Humbolt, Ritter, Napoleão, Kant, Von Bullow, Fredrich List, Peschel e Fredrich Ratzel⁵⁵.

O alemão Fredrich Ratzel (1844-1904) destaca-se dentre os estudiosos da Geopolítica, por ter sido o primeiro a elaborar estudos sistemáticos sobre o assunto no seu livro “Geografia Política”, publicado em 1887, bem como por elaborar uma teoria geral procurando explicar a cultura social e política em função do meio físico⁵⁶ razão pela qual é reconhecido como o precursor da Geopolítica como ciência.

O surgimento da Geopolítica dá-se entre fins do século XIX e o início do século XX com os estudos de Halford Mackinder e Alfred T.Mahan em torno do poder terrestre e do poder marítimo, mas o vocábulo só aparece conceptualmente cunhado como tal (geopolitk), pelo cientista político sueco Rudolf Kjellén em 1908⁵⁷.

⁵⁴ ARIZA, Gustavo Rosales, (2005) *Geopolítica Y Geoestrategia Liderazgo y Poder . Ensayos*. Universidad Militar Nueva Granada, Bogotá, D.C.Colombia, 2005, p.18.

⁵⁵ BONFIN, Uraci (2005) Op. Cit.p.16.

⁵⁶ MARTINS, Raúl, (1996) Op. Cit. p38.

⁵⁷ NOGUEIRA, José M. F. (2005). *Pensar a Segurança e Defesa*, Instituto de Defesa Nacional, Edições Cosmos, Lisboa, p65-66.

Há que salientar ainda o facto de que além de criador do termo geopolítica, Rudolf Kjellén (1846-1922) é o responsável pelo reconhecimento da autonomia do seu estudo, elevando-a á categoria de ciência aplicada e continuada por seus seguidores⁵⁸.

A Geopolítica pode ser encarada como uma disciplina interessada na interpretação dos factos da atualidade, ou seja, na compreensão e explicação dos conflitos internacionais e nas principais questões políticas e do desenvolvimento político dos países, ou ainda como o conjunto de estratégias que um Estado adota para administrar o seu território, e neste ponto de vista ela torna-se um campo de conhecimento multidisciplinar.

Nesta perspectiva ela oferece diferentes tendências interpretativas da parte dos indivíduos interessados no seu estudo, pelo que a sua conceptualização em decorrência do que foi exposto torna-se bastante fértil.

Entretanto, longe de uma simples enumeração das mesmas, o que se pretende neste subcapítulo é fazer uma breve incursão sobre aquelas que terão contribuído de forma decisiva para moldar o pensamento geopolítico que se tem na atualidade.

Desta forma, há que começar esta abordagem com os considerados “fundadores” desta esfera de conhecimento, entre os quais merecem uma nota de destaque os alemães Fredrich Ratzel, e Karl Haushofer, bem como o sueco Rudolf Kjellén pensadores que enquadram-se numa perspectiva “*Determinista*”, ou de “*Determinismo Geográfico*”, pois entendem que as influências da natureza sobre o homem são determinantes para o seu comportamento e decisões⁵⁹, encarando deste ponto de vista a geopolítica como uma disciplina justificativa do poder⁶⁰.

Na sequência, passar-se-á pelo francês Vidal La Blache e o espanhol Vicens Vives que em oposição ao “*Determinismo*” enquadrando-se numa tendência escolástica “*Possibilista*” consideram que a natureza não determina nem as decisões nem o comportamento do homem, mas simplesmente lhe confere uma gama de possibilidades, entre as quais ele livremente escolhe⁶¹.

⁵⁸ BONFIN, Uraci, (2005) Op. Cit. p.18.

⁵⁹ MARTINS, Raúl(1996) Op. Cit. p.44.

⁶⁰ CORREIA, Pedro de Pezzarat. (2002). *Manual de Geopolítica e Geoestratégia, vol. I, Conceitos, Teorias e Doutrinas*, Coleção Andaimos do Mundo, n.º3, Quarteto editora, Coimbra, p101.

⁶¹ MARTINS, Raúl. (1996) Op. Cit. p.44.

Estes teóricos “partem” do princípio de que “*a geografia põe, mas o homem dispõe*”, sendo que nesta perspectiva a Geopolítica é uma disciplina explicativa do poder⁶², não descurando também das definições de outros autores cujas tendências embora não se enquadrando numa nem noutra perspectiva aqui mencionadas exerceram uma grande influência para o pensamento geopolítico nos nossos dias.

1.3.1. Determinismo Geográfico

O alemão Fredrich Ratzel (1844/1904) considerado o precursor da Geopolítica e criador da “*Antropogeografia*”, na sua obra “*Geografia Política*” considera o Estado como resultado do binário/binômio solo-homem, sendo que nesta relação o homem influencia o Estado através da sua cultura e da atividade política, enquanto o Estado permanece ligado ao solo, como um organismo vivo e por isso mesmo sujeito as leis biológicas inevitáveis⁶³.

Fredrich Ratzel partiu do princípio de que o espaço era o desafio fundamental dos Estados ao afirmar que “*todo o Estado está em luta com o seu vizinho pelo espaço e procura aumentar o seu para obter recursos*”⁶⁴, ou seja, considera o Estado como sendo um organismo vivo e travando uma luta constante pela sua sobrevivência.

Dá que os seus estudos tenham influenciado de certa forma o expansionismo alemão do século XX (I e II Guerra Mundial) com a inclusão de conceitos que terão contribuído para estes acontecimentos como, por exemplo, “o espaço vital”, “sentido de espaço” bem como o do “Estado como entidade territorial”⁶⁵.

O sueco Rudolf Kjellén, criador da expressão “Geopolítica” inserindo-se na continuidade dos estudos de Fredrich Ratzel concebe o “*Estado como forma de vida*”⁶⁶, e partindo deste pressuposto este estudioso, encara a Geopolítica como sendo “*a ciência que estuda o Estado como organismo geográfico, ou ainda como um fenómeno espacial, isto é, como uma terra, um território, um espaço, ou melhor ainda, um país*”⁶⁷.

Rudolf Kjellén defende que “*os Estados têm direito natural ao desenvolvimento e a expansão*”⁶⁸, e enfatiza que apesar do alto custo que a persecução deste direito pode

⁶² CORREIA, Pedro. (2002) Op. Cit. p.101.

⁶³ BONFIN, Uraci. (2005) Op. Cit. p.17.

⁶⁴ BONIFACE, Pascal. (2011). *Dicionário das Relações Internacionais*, Plátano Editora, Lisboa, p163.

⁶⁵ MARTINS, Raúl, (1996) Op. Cit. p.38.

⁶⁶ Ibidem, p39.

⁶⁷ CORREIA, Pedro (2002) Op. Cit. p.10.

⁶⁸ MARTINS, Raúl, (1996) Op. Cit. p.40

acarretar para a sua população, numa relação custo-benefício, vale a pena consenti-lo afirmando que, “*um Estado é capaz de suportar melhor a perda de muitas vidas humanas do que a parte de seu território*”⁶⁹.

O alemão Karl Haushofer também discípulo de Fredrich Ratzel definia a Geopolítica como sendo a “*ciência que trata da dependência dos factos políticos em relação ao solo*”⁷⁰. A sua produção Geopolítica - também considerada escola de Munique – assentava em cinco conceitos ou princípios fundamentais interligados logicamente, que são; “*o espaço vital*”, que advoga a necessidade do Estado de ter território apropriado para realização das suas aptidões; “*o direito a fronteiras naturais*”, consubstanciado no direito a expansão do Estado; “*a autarcia*”, a capacidade de garantir a sobrevivência do Estado com seus próprios recursos; o das “*pan-regiões*” ou dos grandes espaços, que concebia a divisão do mundo em quatro grandes pan-regiões, a Pan-América, a Pan-Euroáfrica, a Pan-Rússia e a Pan-Ásiaoriental e finalmente o princípio da “*Hegemonia Mundial*”, ou seja, de um mundo dominado por um único Estado no caso, a Alemanha⁷¹, o que não é de estranhar uma vez que Karl Haushofer foi general alemão, e bastante afetado pela derrota da Alemanha na I Guerra Mundial.

3.1.2. Possibilismo

Vidal de La Blache em oposição a perspectiva determinista afirma que:

Uma individualidade geográfica não resulta de simples considerações de clima e de geologia (...) É um depósito onde dormem energias (. .) cuja utilização depende do homem que é quem, adaptando-as ao seu uso, ilumina essa individualidade (...) Desta maneira o território ou o meio organiza-se e diferencia-se, e chega a ser medalha trabalhada na qual se esculpe a efígie de um povo⁷².

Para Vidal La Blache o espaço não é o elemento último para a explicação dos fenômenos quer geográficos como políticos, mas que há que se levar em consideração outros fatores que concorrem para moldar o comportamento e a ação do homem, uma vez que, os factos não permanecem sempre os mesmos, pois estão sujeitos a mudança no decorrer do tempo.

⁶⁹ Idem.

⁷⁰ BONFIN, Uraci, (2005) Op. Cit. p.23.

⁷¹ MARTINS, Raúl (1996) Op. Cit. p.42.

⁷² Ibidem, p44-45.

O espanhol Vicens Vives converge implicitamente com o pensamento de la Blache na crítica ao “Determinismo”, sendo que para tal escreveu que *“nem o meio geográfico nem a raça são fatores determinantes, nem a sociedade se parece com um organismo biológico, nem o Estado é o principal ator no jogo da História”*⁷³. Como se pode notar, Vicens Vives não se revê na ideia veiculada pelos deterministas que encaram fatores de ordem geográfica, como a Natureza como sendo determinantes para a orientação da ação do homem.

Ultrapassando este conflito de tendências tanto “Determinista” e “Possibilista”, faz-se mister pela sua pertinência a apresentação de concepções de expressivos estudiosos do tema que não se enquadrando numa nem noutra tendência apresentam uma consistência considerável e perfeitamente ajustável a realidade geopolítica atual.

Assim, o francês Yves Lacoste, considera que:

A Geopolítica é, sobretudo o raciocínio cujo objetivo é vencer o adversário - tendo em conta a situação e os meios difíceis – e demonstrar ao mundo, e até provar a si próprio, que se tem razão (...) Não se trata portanto de ciência, nem de uma investigação de leis, mas de saber pensar o espaço terrestre e as lutas que nele se desenrolam, para procurar penetrar melhor nos mistérios do que está em vias de se passar a fim de agir com maior eficácia.⁷⁴.

Para Pierre Gallois a geopolítica *“é o estudo das relações que existem entre a condução de uma política de potência levada ao plano internacional e ao quadro geográfico em que se exerce”*⁷⁵.

Heinz Kloss considera que *“Geopolítica é tanto ciência como política. É uma ciência política nacional”*⁷⁶.

Segundo Weigert, *“Geopolítica é a geografia aplicada à política de poder nacional e à sua estratégia, na paz e na guerra”*⁷⁷.

F. Cabough define a geopolítica como *“a ciência que combina geografia, história e política, com o objetivo de explicar e provar o comportamento das nações”*⁷⁸.

⁷³ Idem.

⁷⁴ CORREIA, Pedro (2002) Op. Cit, p.102.

⁷⁵ Idem.

⁷⁶ BONFIN, Uraci (2005) Op. Cit, p.23.

⁷⁷ Idem.

⁷⁸ Ibidem, p24.

Golbery do Couto e Silva considera que:

Geopolítica é a fundamentação geográfica de linhas de ação políticas, quando não, por iniciativa, a proposição de diretrizes políticas formuladas à luz dos fatores geográficos, em particular de uma análise calcada, sobretudo, nos conceitos básicos de espaço e posição.⁷⁹

Porém, tendo em conta o tema que este trabalho se propõe trazer a discussão, e procurando fazer um enquadramento teórico do desenvolvimento da política externa de Angola na África Austral de 1975 a 1992, período em que o Estado angolano, desenvolvia uma intensa atividade política regional no sentido de alcançar a paz e a estabilidade política interna do país e procurando desde já chegar a uma definição mais abrangente ou cabal, duas definições se destacam em nosso entender por contextualizarem melhor o conceito de geopolítica para o período em análise.

Neste âmbito há que referenciar a do Dicionário das Relações Internacionais da autoria de Pascal Boniface que define a geopolítica como sendo “*uma combinação da ciência política e da geografia, que estuda as relações que existem entre a condução da política externa de um país e o quadro geográfico no qual ela se exerce*”⁸⁰, e por outro lado, a definição que consta da obra *Pensar a Segurança e Defesa*, coordenada por José Manuel Freire Nogueira que postula que a Geopolítica é uma “*disciplina política que trata da criação organização, gestão e uso do poder em função do espaço como fator desse mesmo poder*”⁸¹.

1.4 Geoestratégia

Discutida que está a questão da elaboração e definição de uma Geopolítica nacional, há que se encontrar mecanismos que possibilitem que a mesma seja levada a cabo visando alcançar os objetivos por esta definidos para tal, a geopolítica socorre-se de outra disciplina por muitos considerada sua irmã mais nova e por outros como um sub ramo seu “a Geoestratégia”.

Para muitos estudiosos da Geoestratégia a relação entre a Geopolítica e a Geoestratégia se resume em primeira vista ao “geo-fator” e a este respeito Luís Falcão Escorrega em artigo publicado na Revista Militar intitulado “*Da importância geopolítica e geoestratégica...*” ao debruçar-se sobre o assunto escreveu:

⁷⁹ Ibidem, p25.

⁸⁰ BONIFACE, Pascal (2011) Op. Cit. 2011p.165.

⁸¹ NOGUEIRA, José (2005) Op. Cit. p.67.

A geopolítica e a geoestratégia constituem um díptico homogêneo, como refere Celerier: são duas ciências irmãs, que interpretam a mesma realidade geográfica, mas em apoio a política ou em apoio a estratégia (esta, in genere, como sendo a arte da dialética das vontades que gerem a coação – não apenas militar – para resolver os seus conflitos e atingir os seus objetivos) sendo frequentemente que as mesmas conclusões sirvam simultaneamente a política e a estratégia, variando, normalmente, os ends, ways e means a que cada uma das disciplinas recorre.⁸²

A geopolítica encerra em si mesma certa dimensão conflitual que resulta do facto dela se desenvolver no âmbito da relação entre entidades soberanas⁸³, desta forma se pode perceber a forte relação entre esta e a Geoestratégia, de tal sorte que não se pode deixar de concordar com a afirmação segundo a qual, cada geopolítica deve contar com uma geoestratégia para precisar os pontos de utilização da força⁸⁴.

Como em qualquer ramo das ciências sociais, apelidadas de não exatas, as definições suscitam frequentemente grande debate, e longe de se escapar desta situação característica a esta esfera do saber, os académicos, teóricos e profissionais da geoestratégia também entram em desacordo quanto a uma definição comum sobre a disciplina.

Entretanto, há que realçar que estes tendem a concordar com o facto de que na geoestratégia os fatores geopolíticos se unem com considerações estratégicas. Sendo que a geoestratégia implica o planeamento compreensivo, e a alocação de meios para alcançar metas nacionais ou assegurar ativos de importância militar ou política.

O que é afinal a geoestratégia?

Raúl François Martins em seu artigo ora referido teceu as seguintes considerações a respeito da geoestratégia:

Podemos considera-la como o estudo das relações entre os problemas estratégicos e os fatores geográficos, a escala regional ou a mundial, procurando deduzir a influência dos factos geopolíticos (económicos, demográficos, sociais, etc.) nas situações estratégicas e na consecução

⁸² ESCORREGA Luís Falcão (2010) “*Da importância geopolítica e geoestratégica dos Açores no contexto atual estratégico.*” in Revista Militar, n.º2497/2498.

⁸³ NOGUEIRA, José (2005), Op. Cit p.68.

⁸⁴ MINISTERIO de defensa; (2010) Dirección General de Relaciones Institucionales Instituto Español de Estudios Estratégicos, *Documento de Análisis del IEEE 08/2010 Estrategia, Geoestrategia, Geopolítica (agosto 2010)*, p16.

dos respectivos objetivos. Constitui uma forma específica de interpretar a fenomenologia política, particularmente vocacionada para a percepção e análise de conflitos (atuais e potenciais) bem como dos comportamentos nesses conflitos.⁸⁵

Por seu lado para José Manuel Freire Nogueira “*geoestratégia é a área da estratégia que trata do condicionamento geográfico do espaço sobre a ação estratégica*”⁸⁶. Este autor não encara a geoestratégia como um subcampo da geopolítica enquanto disciplina autônoma como, aliás, referiu-se anteriormente, porém trata de associa-la a geografia ou a estratégia.

Ademais, faz referencia ao facto de nem sempre existir sobreposição da geopolítica a geoestratégia como, aliás, uma grande maioria de estudiosos desta problemática tende a enfatizar, restando perceber a distinção entre o espaço geopolítico do espaço geoestratégico.

Nogueira enfatiza relativamente a esta questão que “*nem todos os espaços geopolíticos serão espaços geoestratégicos em que a dimensão conflitual hostil se pode omitir*”⁸⁷. Entretanto, visando dar respaldo a este pressuposto o autor socorre-se a título de exemplo da União Europeia, que tal como idealizado, constitui um espaço geopolítico, porém não um campo de disputa geoestratégica, apesar da existência de interesses estratégicos divergentes.

Por sua vez, o grande estratega americano de origem polaca Igbniew Brzezinsky define a geoestratégia como sendo “*a gestão estratégica dos interesses geopolíticos*”⁸⁸, dando vazão a esta definição estão as teorias de poder terrestre de Mackinder, a do poder naval ou maritimidade de Mahan e a teoria do poder aéreo de Julius Douhet, que tiveram grande impacto sobre o pensamento geoestratégico das potências mundiais e não só, bem como na eleição dos meios que estas teriam que dispor para a realização exitosa dos seus programas geopolíticos.

⁸⁵ MARTINS, Raúl, (1996) Op. Cit. p.36.

⁸⁶ NOGUEIRA, José (2005) Op. Cit p.68.

⁸⁷ Idem.

⁸⁸ ESCORREGA, Luís (2010) Op. Cit. p.5.

A título conclusivo referir-se-á a Geoestratégia como sendo “o estudo do conjunto de medidas que visam a identificação das vias e métodos para se atingirem os objetivos preconizados, as parcerias, as participações e a visão prospectiva”⁸⁹.

CAPÍTULO II: Linhas Mestras da Política Externa de Angola

2.1 De 25 de Abril de 1974 á 11 de Novembro de 1975 (antecedentes históricos).

A institucionalização da primeira república a 11 de novembro de 1975 resultou de um longo e complexo processo e da combinação entre fatores internos quer dizer, ligados ao esforço levado a cabo pelos movimentos nacionalistas dentro das fronteiras do território angolano, bem como de fatores externos, ligados aos factos que tiveram lugar fora do espaço territorial de Angola, mas que se tornaram incontornavelmente importantes para o favorecimento do alcance deste desiderato, sendo mister neste contexto destacar dois importantes momentos para cada um dos casos ora mencionados.

2.1.1 Luta Armada

A nível interno, a Luta Armada de Libertação Nacional, iniciada a 4 de fevereiro de 1964, que se constituiu num marco indelével na história da resistência ao regime colonial facista português, para o alcance da independência nacional.

Nesta data, num ato assinalável e pleno de heroísmo, representando desde já o desejo do povo angolano de se ver livre do colonialismo motivado dentre outras, pela onda de independências que naturalmente soprava do norte para sul do continente africano, bem como pelo desgaste cada vez mais acentuado que evidenciava o sistema colonial português, pequenos grupos lançaram-se em ações de guerrilha urbana na cidade de Luanda atacando simultaneamente a Casa de Reclusão Militar, a Cadeia Civil de São Paulo, a Estação de rádio e a esquadra da PSP anexa, objetivos classificáveis como militares na visão das autoridades portuguesas no quadro de uma guerra de guerrilhas.⁹⁰

Com esta ação representativa dos anseios do povo angolano e da necessidade de se passar a formas de luta que correspondessem à rigidez da administração colonial⁹¹,

⁸⁹ CENTRO de Estudos Estratégicos de Angola CEEA. (2006). *A Geopolítica e Geoestratégia em Angola e em África*, Nzila, Luanda, p61.

⁹⁰ CORREIA, Pedro. (1991). *Descolonização de Angola: A joia da Coroa do Império Português*, Ler & Escrever, Luanda, P.33.

⁹¹ ANGONOTÍCIAS, *Início da Luta Armada de Libertação Nacional foi há 49 anos*, (02/06/014).

estava dado o mote para o percurso, que se viria assumir de importância capital a par de outros para o alcance da emancipação de Angola no campo militar.

1.1.2 Queda da Ditadura em Portugal

Ao nível externo há que destacar, o derrube da ditadura em Portugal levada a cabo pelo movimento das forças armadas (MFA) e que culminou no golpe Militar de 25 de Abril de 1974, motivado entre outras razões pela situação de isolamento internacional que Portugal era alvo pela comunidade internacional, devido a intransigente política externa Salazariana centrada na preservação do seu sistema colonial, ou seja, na conservação de “Portugal Pluricontinental”⁹².

A adoção desta política externa resultava nas palavras de Sergio Vieira da Silva do facto de que para a sobrevivência do regime “*era a dimensão imperial que facultava a Lisboa o poder que a exiguidade geográfica na Europa lhe negava, garantindo-lhe ainda as colônias um acesso fácil e barato a matérias primas e a outros produtos de que carecia*”⁹³, por esta razão diversos setores da vida política portuguesa se mostravam favoráveis a perpetuação do colonialismo, pois reinava a firme convicção de que “*uma separação entre a Metrópole e o Ultramar, pela via de uma emancipação total das colônias, provocaria a falência econômica do país e, com ela, a perda da sua independência nacional*”⁹⁴.

Na busca pela aprovação dos Estados ocidentais, relativamente a sua política de manutenção do *status quo*, o regime português esforçava-se em convencê-los que “*a preservação dos territórios africanos significaria um esforço no sentido de defender o bloco ocidental ante a ameaça do «comunismo ateu»*”⁹⁵, ou seja, a contenção do comunismo em África .

Entretanto, ante a esta tentativa de justificar um comportamento que merecia o repúdio das principais organizações internacionais, numa altura em que era sonante a luta dos povos oprimidos pela sua autodeterminação, e os ventos do anticolonialismo se alastravam de forma irreversível a escala global, a reação da comunidade internacional foi como era de esperar extremamente oposta e nada condizente com os propósitos esperados por Portugal.

⁹² ALMEIDA, João (2008) João Marques de. RAMOS, Rui, *Revoluções, Política Externa e Política de Defesa em Portugal Séc. XIX-XX*, Edições Cosmos, Instituto de Defesa Nacional, Lisboa. p-195.

⁹³ SILVA, Sérgio Vieira da. (2013). *Política e Poder na África Austral (1974-1989)*, Escolar Editora, Lisboa, p.59.

⁹⁴ *Ibidem*, p.61.

⁹⁵ ALMEIDA, João, (2008), *Op. Cit*, p-199.

Nesta altura, segundo João Marques de Almeida, a condenação incessante da política colonial conduzia ao crescente isolamento do país, e Portugal se transformava num «*Estado pária*». Na medida em que se assistia á erosão da legitimidade do projeto colonial, a diplomacia portuguesa, utilizando um conjunto de artifícios jurídicos, passa a defender o indefensável. Politicamente, as guerras africanas estavam perdidas quando o MFA executa o seu golpe.⁹⁶

Importa realçar que como resultado da defesa intransigente da sua política externa consubstanciada na manutenção das suas províncias ultramarinas, Portugal se debatia com problemas extremamente complexos dos quais se destaca o agravamento da situação nos territórios por si administrados, a condenação dos massacres em Moçambique, condenação pela Igreja e Imprensa Internacional da política do Governo Português (sendo que neste âmbito a Santa Sé havia recebido os representantes dos movimentos de libertação), condenação do aprofundamento das relações entre Portugal, a África do Sul e a Rodésia do Sul, compromisso entre Portugal e os EUA através de empresas multinacionais, cumplicidade da França, Reino Unido e EUA com Portugal; Contestação da missão histórica de Portugal em África, solidariedade com o novo Estado independente da Guiné-Bissau; necessidade da intensificação da luta armada e exclusão de Portugal da maioria das organizações especializadas da ONU⁹⁷.

Deste modo o golpe de Estado de 25 de Abril visava entre outros aspetos, o reencontro de Portugal com a comunidade internacional, e no que tange a sua política colonial, ao contrário do programa de orientação da política ultramarina do anterior regime que apregoava que as “províncias” portuguesas eram simplesmente inegociáveis o Movimento das Forças Armadas definia os seguintes princípios:

- a) Reconhecimento de que a solução das guerras no Ultramar é política e não militar;
- b) Criação de condições para um debate franco e aberto, a nível nacional do problema ultramarino.
- c) Lançamento dos fundamentos de uma política ultramarina que conduza a paz.⁹⁸

Nesta conformidade, o golpe de Estado de 25 de Abril de 1974 viria assim dar o mote para que a potência colonizadora se lançasse no processo de concessão de

⁹⁶ Ibidem, p. 196-197.

⁹⁷ LOPES, Martins. (1991). *A Problemática dos Conflitos Regionais*, Editorial Império, Lisboa, p.62-63.

⁹⁸ Ibidem.

independências as suas possessões em África, como, aliás, enfatiza Eugenio da Costa Almeida:

A descolonização portuguesa tornava-se um imperativo das forças progressistas portuguesas no que era seguido por uma importante fatia dos militares que compunham o Movimento das Forças Armadas (MFA) que tinha levado a efeito o golpe de 25 de Abril⁹⁹

No âmbito deste processo realizar-se-ia a cimeira quadripartida (Portugal, MPLA, UNITA e FNLA) de Alvor em janeiro de 1975, entretanto, 8 meses após o 25 de Abril, no qual segundo Alexandra Marques “*Portugal desejava passar de censurada potência colonialista a benemérito Estado administrante que concedia aos movimentos a possibilidade de traçarem, de acordo com os seus ideais programáticos, os destinos de Angola*”¹⁰⁰.

Porém, não tendo sido fácil o percurso trilhado pelos intervenientes ativos do processo que viria culminar na assinatura destes acordos, sobretudo devido às elevadíssimas e aparentemente inconciliáveis divergências de pontos de vista entre os movimentos de libertação que conformavam no âmbito deste a parte angolana, é mister que se realce a espinhosa trajetória que se teve de percorrer para lá se chegar.

2.1.3 Desacordos Entre os Movimentos

No âmbito da luta de libertação do país, os três movimentos assumiam-se de forma contundente e inequívoca, como perseguidores da mesma causa “a independência”, que pela sua nobreza, significado e, sobretudo por se constituir num dos maiores anseios do povo angolano na época se sobrepunha a todo o tipo de diferenças, tanto políticas como ideológicas que os dividia.

Porém com o aproximar da data prevista para a sua proclamação, a causa conciliadora ou denominador comum aparentava estar desde já vencida e as diferenças entre os movimentos se viriam exacerbar de tal forma, que concorreria de forma significativa para o progressivo acirramento das suas divergências políticas, como frisou ironicamente Melo Antunes: “*pode dizer-se que ainda nem sequer a tinta gasta em*

⁹⁹ ALMEIDA, Eugenio, (2011). *Angola: Potencia Regional em Emergência*. Edições Colibri, Lisboa, p-41.

¹⁰⁰ MARQUES, Alexandra (2013). *Segredos da Descolonização de Angola: toda a verdade sobre o maior tabu da presença portuguesa em África*, Don Quixote, p-252.

subscrever o acordo do Alvor tinha secado e já as querelas, as dissidências e as confrontações, mesmo armadas, entre os três Movimentos, estalavam em Angola”¹⁰¹.

A elevação do tom entre os movimentos alcançou proporções bastante perigosas, que colocariam o país dividido entre a euforia da vitória sobre o colonialismo e o receio de uma guerra civil perpetrada pelos signatários dos acordos de Alvor, que era o documento que traçava os parâmetros para a independência de Angola.

A expressão máxima deste desentendimento se pode resumir das palavras do líder do movimento que viria tomar as rédeas da proclamação da independência e que logrou ser paulatinamente aceite pela comunidade internacional António Agostinho Neto, quando meses antes da proclamação da independência incitava os angolanos leais a causa nacionalista a tomarem por inimigos todos que não se identificassem com os ideais do MPLA, *“as nossas armas voltam-se, sim, contra os inimigos do povo angolano, aqueles que querem forçosamente levar-nos para o neocolonialismo. Contra esses as nossas armas não devem hesitar. Devem disparar”*¹⁰².

Visando contornar estes acontecimentos, visto que o confronto entre os movimentos se tornava cada vez mais latente, mesmo antes da realização de cimeiras que abririam de forma oficial o processo de descolonização de Angola, os líderes nacionalistas tomaram consciência sobre a necessidade do estabelecimento de contactos visando concertar posições para o alcance de uma sólida plataforma estratégica de entendimento, e por esta via favorecer a criação de condições para a realização de acordos tripartidos que os levasse a negociar com as autoridades coloniais numa só voz. Para a sua preparação realizar-se-iam encontros bilaterais prévios por iniciativa de Jonas Savimbi¹⁰³.

2.1.4 Encontro de Kinshasa

Realizou-se a 25 de Novembro de 1974 no âmbito das concertações bilaterais, um encontro entre uma delegação da UNITA e outra da FNLA, em Kinshasa, que após a análise da situação em Angola resultou numa declaração cujo teor se resume essencialmente no seguinte:

Conscientes do papel que desempenharam na luta armada e no combate libertador do povo angolano contra o colonialismo português;

¹⁰¹ Ibidem, p.171-172.

¹⁰² Ibidem,p-252.

¹⁰³ CAPOCO, Zeferino (2012). *Nacionalismo e Construção do Estado-Angola (1945-1975)*. Escolar Editora, Lobito, p-133.

conscientes de que a relação do povo angolano e o seu poder histórico conduzirão Angola á sua independência nacional; cientes de que lhes cabe agora a responsabilidade para a reconstrução duma Angola verdadeiramente angolana, livre e independente; conscientes de que a aproximação dos movimentos de libertação corresponde ás mais profundas aspirações do povo angolano, e do próprio interesse supremo da nação, que se transcendam ódios, rancores, suspeitas e divergências de toda e qualquer espécie, já que as persistentes divisões, no seio dos movimentos de libertação, constituem uma ameaça á paz, a segurança, á ordem e até mesmo á independência de Angola (...), decidem: 1.º pôr termo a toda e qualquer forma de ataque ou propaganda susceptível de prejudicar a uma das partes signatárias; 2.º instalar, depois da publicação do presente comunicado uma cooperação e assistência militar mútuas no intuito de fazer face a toda e qualquer eventualidade dos extremistas de toda a espécie que ameaçam as aquisições de revolução e o processo normal de ascensão do nosso país á independência total; 3.º estabelecer uma comissão mista encarregada de elaborar uma plataforma que regulamente as tarefas políticas que se referem á reconstrução de Angola independente¹⁰⁴.

2.1.5 Encontro do Lwena

Na mesma senda, realizou-se a 10 de dezembro de 1974 o encontro entre o MPLA e a UNITA no leste de Angola, concretamente na cidade do Lwena, na qual sobre a mesa estava “a descolonização e a independência”.

Neste encontro, há que destacar a prioridade que se dava a “*unidade dos movimentos de libertação de Angola*”, tendo ficado patente no comunicado final o reconhecimento da necessidade de pôr termo a toda espécie de hostilidades de modo a tornar possível o estabelecimento de um clima favorável á cooperação bilateral em torno de mesmo objetivo.

Por outro lado, afirmava-se a urgência da criação em comum de organismos a todos os níveis da sociedade angolana tendentes a solucionar os problemas relacionados com a vida das populações; criar em particular um gabinete de questões económicas, que

¹⁰⁴ Ibidem, 133-134.

permitisse desde já estudar com os diferentes setores interessados as causas e os eventuais remédios para ultrapassar-se a então reinante recessão econômica¹⁰⁵.

2.1.6 Cimeira de Mombaça

O encontro mais importante entre os movimentos antes de Alvor foi a cimeira de Mombaça, realizada a 5 de janeiro de 1975 sob égide do nacionalista africano e Presidente Queniano na altura Jomo Keniatta que se viria a constituir no mediador deste processo.

Esta cimeira congregou as delegações dos três movimentos representados ao mais alto nível pelos seus líderes nomeadamente Jonas Savimbi da UNITA, Holden Roberto da FNLA e Agostinho Neto do MPLA, e tinha como objetivo encontrar matéria de entendimento que permitisse a elaboração de uma plataforma política comum de modos a que houvesse uma só voz durante as negociações previstas para Alvor sobre a independência de Angola.

Segundo Alexandra Marques na cimeira de Mombaça *“os líderes teriam como principal prova serem capazes de dissolver as suas tropas e abdicar do controlo militar das áreas ocupadas durante a guerra contra os portugueses (as chamadas regiões libertadas) para criarem um exército nacional”*¹⁰⁶.

Porém, longe de se unirem em torno de um *“diretório unificado”*, esta autora refere que a cimeira de Mombaça terá essencialmente servido para juntar as *“reivindicações que os uniam perante Portugal, mas que todas as divergências de fundo se mantinham em aberto e intactas”*¹⁰⁷.

Para Jean Martial Arsene Mbah esta cimeira terá tido o condão de suscitar o surgimento de uma nova esperança por duas razões, primeiro, pelo facto de se realizar em terreno neutro, e por outro lado pela personalidade do Chefe de Estado queniano, um líder carismático cuja sabedoria era reconhecida pelos três dirigentes angolanos¹⁰⁸.

Nas conclusões da referida cimeira lavradas em comunicado final se podia ler o seguinte:

¹⁰⁵ Ibidem p-134-135.

¹⁰⁶ MARQUES, Alexandra (2013). Op. Cit, p-169.

¹⁰⁷ Ibidem, p-170.

¹⁰⁸ MBAH, Jean (2010). *As Rivalidades Políticas entre A Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) e o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) 1961-1975*. Mayamba, Luanda, p-293.

“A FNLA, o MPLA e a UNITA, depois de terem analisado a situação política de Angola nesta fase de descolonização, levando em conta que no dia 10 de janeiro próximo terá lugar em Portugal a cimeira a realizar em presença do governo português com o intuito de formar um governo de transição que conduzirá Angola a independência nacional, acordaram a declaração comum seguinte:

1.º Reafirma a sua determinação de salvaguardar a integridade territorial de Angola, dentro das fronteiras atuais. Neste contexto, Cabinda faz parte integrante e inalienável do território angolano.

2.º os três movimentos de libertação engajam-se a construir a nação angolana sobre bases justas e democráticas, eliminando por essa razão todas as formas de discriminação étnica, social, religiosa ou outra qualquer.

3.º de igual modo, as três organizações políticas angolanas proclamam a sua vontade perante a deterioração da economia do país, de exigir por parte do governo português a adoção de medidas urgentes eficazes, com o acordo dos movimentos de libertação que salvaguardem os interesses sociais das massas trabalhadoras e estimulem o desenvolvimento económico do território e o processo de reconstrução nacional.¹⁰⁹

Ao contrário dos movimentos que já tinham ao seu favor o reconhecimento da comunidade internacional e da OUA em particular nomeadamente a FNLA e o MPLA, a cimeira de Mombaça trouxe para o debate relativo vida política de Angola um novo interlocutor válido, a UNITA, que de forma oficial marcou a sua estreia política neste evento assumindo-se como parte do conflito e como tal, parte da sua solução.

A este respeito Jean Mertial Arsene Mbah escreveu:

Quanto a UNITA, até há pouco tempo atrás afastada das negociações de paz inter-angolanas, o mais importante para Jonas Savimbi e os seus acólitos era o facto de Mombaça ter sido a primeira saída política que marcava definitivamente o reconhecimento oficial do seu movimento nacionalista.¹¹⁰

Há que sublinhar o facto da UNITA ter logrado conseguir o seu reconhecimento pela parte da OUA, a 9 de janeiro de 1975 na sua 25.ª secção, presidida pelo primeiro-

¹⁰⁹ Ibidem,p-193-194.

¹¹⁰ Ibidem, p-295.

ministro tanzaniano John Malecela, um dia antes da realização da cimeira de Alvor, também conhecida como Acordos de Alvor que concedeu o direito a independência de Angola. Com este reconhecimento estavam finalmente criadas as condições para a UNITA chegar nestes acordos em pé de igualdade com os outros dois movimentos¹¹¹.

2.1.7 Acordo de Alvor

Com a realização da reunião de Mombaça, pareciam finalmente satisfeitas as condições para que se formalizasse um acordo que tornasse possível a independência de Angola e a consequente transferência do poder.

Assim sendo a 10 de janeiro de 1975 começou em Portugal, concretamente na região do Algarve, na pequena cidade de Alvor o encontro histórico que teve o condão de juntar pela primeira vez á mesa de negociação o governo português e as representações dos três movimentos de libertação de Angola.

Presidia a delegação portuguesa o ministro sem pasta, major Melo Antunes personagem chave no Movimento das Forças Armadas (MFA), integravam a mesma delegação Mário Soares, ministro dos Negócios Estrangeiros, Almeida Santos ministro da Coordenação Interterritorial, o brigadeiro Silva Cardoso da Junta Governativa de Angola, o tenente-coronel Gonçalves Ribeiro, do Governo de Angola, Pezarat Correia do MFA de Angola, Fernando Reino e Passos Ramos, da Comissão Nacional de Descolonização¹¹².

As representações dos três movimentos de libertação nacional de Angola eram chefiadas pelos seus respectivos presidentes nomeadamente Agostinho Neto do MPLA, Holden Roberto da FNLA e Jonas Savimbi da UNITA e integravam todos os seus dirigentes mais destacados¹¹³.

Entretanto, apesar dos esforços políticos empreendidos pelos três movimentos visando à normalização das relações e o alcance da paz, refletidos nas anteriores reuniões entre si, do qual se destaca o encontro de Mombaça, estes ainda não tinham logrado alcançar um acordo definitivo, como enfatiza Jean Merial Arsene Mbah:

È importante lembrar que, apesar dos tratados de paz efêmeros, assinados no Quênia pelos nacionalistas angolanos, estes ainda não tinham chegado a um acordo definitivo. Portanto, mesmo tendo aceite

¹¹¹ MARQUES, Alexandra (2013) Op. Cit p-271.

¹¹² CORREIA, Pedro (1991) Op. Cit, p-125.

¹¹³ Idem.

deslocarem-se a Portugal, as suas divergências não tinham sido reduzidas e a sua unidade não passava de uma fachada. As conversações realizaram-se, pois num clima de crise, dados os interesses em jogo em Angola¹¹⁴.

Paulo Jorge, um alto dirigente do MPLA afirmara quando em Portugal decorriam as negociações do Acordo de Alvor o seguinte:

Não temos uma frente comum. Não temos um programa comum. Temos uma plataforma comum para discutir com o governo Português. Apenas no contexto das negociações para a independência. Não há unidade entre os Movimentos. A FNLA, o MPLA e a UNITA continuam a ser quem eram .¹¹⁵

Outro aspecto que traduz a dureza das negociações levadas a cabo na cimeira de Alvor é o facto de que a título exemplificativo, quando se debatia a questão da representação portuguesa no futuro governo de transição, os líderes dos movimentos se mostravam bastante preocupados com a simpatia política destes representantes.

Para os líderes nacionalistas, era desejável que os representantes de Portugal no governo de transição fossem completamente neutrais, o que era de *per si* uma condição bastante melindrosa pelo contexto histórico da época.

Os líderes angolanos partiram para as negociações em Alvor com irreduzibilidade extrema, posicionamento que se reforça nas palavras de Alexandra Marques quando afirma que “*Neto não desejava no governo apoiantes da FNLA ou da UNITA; Holden Roberto e Savimbi não queriam nele os brancos do MDA ou da FRESDA, satélites políticos do MPLA*”¹¹⁶.

Em boa verdade, não se deve deixar de assinalar o engenhoso esforço empreendido pelo governo português que visando ultrapassar as querelas entre os negociadores deste acordo, sobretudo os angolanos procurou alojar as delegações no mesmo recinto em que decorreriam as negociações permitindo-os partilhar o mesmo espaço, facilitando deste modo às relações interpessoais esperando que esta ação se repercutisse no bom andamento dos trabalhos:

¹¹⁴ MBAH, Jean (2010). Op. Cit, p-295.

¹¹⁵ MARQUES, Alexandra (2013). Op. Cit, p-181.

¹¹⁶ Ibidem, 182.

As negociações decorreram no hotel da Penina, em cujas instalações ficaram alojadas todas as delegações. Este facto, proporcionando a utilização comum das salas de estar e de convívio, átrios e jardins, bares e restaurantes facultou um mais fácil relacionamento e conhecimento dos membros das diferentes delegações, a troca informal de opiniões, de sugestões, de esclarecimentos, fora das reuniões plenárias, que muito terá contribuído para o êxito dos trabalhos e para o clima de colaboração em que decorreram.¹¹⁷

Porém, apesar desta iniciativa poder ser vista como um gesto claro e inequívoco, da vontade da potência colonizadora de se ver de uma vez e por todas livre das pressões internacionais de que era alvo na altura pela perpetuação da sua política ultramarina, os desentendimentos surgiam por questões cuja relevância é de indagar, como por exemplo, a disposição das delegações pelos pisos do Hotel, o que terá suscitado segundo Alexandra Marques alguma preocupação da parte de elementos participantes na cimeira:

A facilidade de contactos e a distribuição das delegações pelos pisos do Hotel não passou despercebida a Savimbi: no primeiro andar ficaram instalados os representantes da FNLA; no segundo, os da UNITA; no terceiro, os do MPLA e no quarto piso, os Portugueses. Parecia-lhe ser «uma disposição artilosa que permitia encontros secretos permanentes á margem de possíveis discrições».¹¹⁸

Serviu de base para as negociações de Alvor a plataforma acordada entre os três movimentos em Mombaça.

A 15 de janeiro era então assinado o Acordo de Alvor depois de uma série de conversações caracterizadas como complexas, mas que segundo Pedro Pezarat de Correia esta complexidade era:

Derivada mais das incompatibilidades e desconfianças entre as várias partes angolanas do que de dificuldade com a parte portuguesa... os três movimentos de libertação tinham chegado a uma plataforma negocial comum, mas estavam muito longe de constituírem um interlocutor único.¹¹⁹

¹¹⁷ CORREIA, Pedro (1991) Op. Cit, p-125.

¹¹⁸ MARQUES, Alexandra (2013) Op. Cit, p-173.

¹¹⁹ CORREIA, Pedro (1991) Op. Cit, p-125.

Neste Acordo constava entre os principais pontos o reconhecimento *de fato* e solene, da existência de três movimentos participantes da luta armada de libertação nacional, nomeadamente o MPLA a FNLA e a UNITA, como “únicos e legítimos representantes do povo angolano” conforme o primeiro artigo do referido acordo, a pertença do enclave de Cabinda ao território angolano, conforme o artigo 3.º, a fixação da data da independência para o dia 11 de novembro de 1975, a formação de um governo de transição que tinha como missão preparar e assegurar a realização de eleições gerais para a Assembleia constituinte, conforme a alínea d) do artigo 24.º.¹²⁰

Na conclusão do Acordo de Alvor, Agostinho Neto proferiu palavras encorajadoras em nome das três delegações:

As delegações da FNLA, MPLA e UNITA felicitam-se pela boa colaboração e entendimento que existiu durante esta conferência colaboração que confirma o respeito prometido na pré-cimeira de Mombaça e é o prenúncio de uma estreita colaboração no começar do exercício de responsabilidades novas na nossa terra. O elemento fundamental para o êxito da luta de libertação foi finalmente adquirido e não consentiremos mais que as divergências não fundamentais, sejam transformadas pelos nossos inimigos em disputas graves.¹²¹

Estas palavras mereceram honras de citação no discurso de encerramento da cimeira pelo presidente português general Costa Gomes e mais importante ainda, faziam prever um clima de entendimento que conduziria a bom porto a implementação deste acordo.

2.1.8 A Opção Militar em Detrimento da Política

Tendo como base a disposição dos Acordos de Alvor que estipulava a formação de um governo de transição, este entrou em funções a 31 de janeiro de 1975, e nesta conformidade augurava-se a sobreposição da opção política em detrimento da opção militar para a questão angolana.

Porém esta ilusão se viria a diluir dada a complexidade da situação em Angola e o interesse exacerbado dos movimentos de libertação em tomar o poder a qualquer custo, sem levar em conta os interesses supremos da pátria, e isso viria a ser reconhecido pelo

¹²⁰ Acordo de Alvor (1975).

¹²¹ CORREIA, Pedro (1991) Op. Cit, p-133,134.

líder da UNITA Jonas Savimbi “no Alvor os negociadores nacionais não defenderam os interesses pátrios”¹²².

Apesar do Alto-Comissário português em Angola, general Silva Cardoso aquando da sua tomada de posse nomeado pelo presidente português Costa Gomes ter anunciado a sua intenção de colocar-se politicamente acima dos partidos, mostrando-se desde já disposto a distanciar-se da política do Almirante Rosa Coutinho, que aos olhos da FNLA e a UNITA era demasiado favorável ao MPLA¹²³, os obstáculos que se lhe colocavam a partida pela complexidade da tarefa a si incumbida não tardaram a evidenciar-se.

Um dos grandes desafios com que tinha de lidar era a gestão do problema relacionado com a existência de outros atores não reconhecidos pelos acordos de Alvor, nomeadamente, os movimentos separatistas de Cabinda e a presença das tropas de Daniel Chipenda, a leste do país, concretamente no Luso, estimado em 3000 combatentes¹²⁴.

É de realçar que na base do despoletar da violência que viria minar a implementação exitosa dos compromissos assumidos pelos signatários dos Acordos de Alvor estaria segundo Jean Martial Erséne Mbah as provocações emanadas dos combatentes da “*Revolta Leste*” que tendo sido excluídos das negociações dos referidos acordos, tentaram engendrar um golpe de militar contra as tropas portuguesas estacionadas em Luanda, justamente no momento em que decorriam as negociações, visando pressionar Lisboa no sentido de reconhecer oficialmente a “*Revolta Leste*” como interlocutor válido no processo de independência de Angola¹²⁵.

¹²². Trecho que se atribui a Jonas Savimbi presidente da UNITA extraído de um artigo com o título Angola: Resistência em busca de uma Nação, publicada em 1979, porém, não tendo sido possível tomar contacto com a referida obra, esta afirmação foi extraída da obra de Alexandra Marques publicada em 2013 e que versa sobre a descolonização de Angola.

¹²³ MBAH, Jean (2010). Op. Cit, p-298. Note-se que o almirante Rosa Coutinho viria mais tarde considerar “*ser impossível para a qualquer mortal cumprir aquela missão «sem ofender alguém»*” (Marques, 2013,p.214), o prova que de fato as preocupações levantadas pelos movimentos tinham razão de ser. Sublinhe-se ainda a respeito do favorecimento das autoridades portuguesas a uma das partes envolvidas no conflito em Angola aos depoimentos do Comandante Iko Carreira, que foi o braço direito de Agostinho Neto na liderança do MPLA “*entretanto, rapidamente tomou conta do processo de independência de Angola e das outras colônias, o major Melo Antunes, na altura Ministro sem Pasta do Governo português. Melo Antunes deslocou-se a Argel onde se encontrou com Neto. Tornar-se-ia depois um grande amigo do MPLA. Daí em diante Melo Antunes onde quer que desempenhasse funções ajudou sempre o MPLA. O Almirante Rosa Coutinho também deu ajuda multifacética ao MPLA. Por seu lado o MPLA, aqui e ali, foi precisando da ajuda destes dois portugueses que jamais negaram*” (Cfr: Silva, Sergio Vieira de, 2013: 99)

¹²⁴ Ibidem, p-298.

¹²⁵ Ibidem, p-199.

Esta investida revelar-se-ia estrategicamente errada, pois o MPLA aproveitando-se da situação, lançou pouco tempo depois um ataque contra as instalações militares da “Revolta Leste” em Luanda, tendo desta forma “eliminado” o clima de insegurança que a presença das milícias da “*Revolta Leste*” causava em Luanda, e por outro lado logrou chamar a si a simpatia das chefias militares portuguesas, pois com este ato, poupava esforços as tropas portuguesas¹²⁶.

Animados pelo êxito militar alcançado em Luanda, o MPLA lançou-se em ofensivas para impedir que as tropas da “*Revolta Leste*” marchassem para a cidade de Luso (Moxico). Porém procurando tirar algum proveito da situação a FNLA e a UNITA lançaram-se numa luta frenética pela recuperação dos combatentes da “*Revolta Leste*” para as suas fileiras, sendo que neste jogo de interesses, a FNLA sairia como a principal beneficiada, com o anúncio oficial do líder da “*Revolta Leste*”, Daniel Chipenda da integração dos seus combatentes ao exército de libertação da FNLA¹²⁷.

Este ato fazia de facto prever um confronto armado, que de forma progressiva se começava desenhar em Angola, pois como enfatiza Pedro Pezzarat de Correia:

Os movimentos de libertação tinham-se lançado, todos eles, numa ampla ação de recrutamento dos militares angolanos acabados de licenciar do exército português e dos elementos dos vários tipos de forças auxiliares que estavam em vias de ser dispensados. Isto revelava a deliberada preocupação de reforçarem os seus efetivos armados, sem terem em consideração os limites e as metodologias reguladas pelo texto aprovado no Alvor para a constituição das forças militares mistas.¹²⁸

A expectativa da substituição do “gatilho pelo diálogo” que os acordos de Alvor faziam prever estavam assim goradas, pois havia uma grande disposição da conquista do poder pela via das armas, sobretudo encorajados pelas potências estrangeiras, o que prova de forma inequívoca:

Como era frágil, praticamente inexistente, a plataforma comum trazida pelos três movimentos de Mombaça e que servira de base ao acordo do Alvor. Naquele momento a preocupação dos movimentos resumia-se a

¹²⁶ Idem.

¹²⁷ Ibidem, p-300.

¹²⁸ CORREIA, Pedro (1991) Op. Cit, p-134,135.

uma luta desenfreada pelo poder, pretendendo cada um esmagar física, ou politicamente, os outros dois.¹²⁹

Dando suporte a ideia da influência exercida por potências externas no agravamento da situação em Angola, George Wright afirmou que:

Ao mesmo tempo que os três movimentos nacionalistas se encontravam reunidos em Portugal, preparavam-se já os meios para sabotar a solução política que viesse a ser encontrada. Isto relacionava-se diretamente com a decisão de certos patronos externos de continuar a fornecer ajuda militar a FNLA.¹³⁰

Por outro lado, a provar o envolvimento de uma das superpotências nomeadamente os EUA para a escalada de violência que a situação em Angola viria a conhecer, está o plano de estabilização do governo de transição em Angola elaborado pela CIA e aprovado a 22 de janeiro de 1975 pela comissão dos 40, que comportava quatro propostas, nomeadamente: a) ajuda financeira ilimitada destinada a apoiar as atividades políticas; b) ajuda financeira substancial de 6 milhões de dólares, destinada a financiar as operações secretas e restabelecer o equilíbrio; c) outorga de um financiamento e ajuda material importante de 14 milhões de dólares a fim de garantir a Holden Roberto e a Jonas Savimbi uma superioridade militar sobre Neto – partindo do princípio que a URSS não aumentaria a sua ajuda ao MPLA; d) apoio massivo aos exércitos de Jonas e Holden Roberto durante um ano, orçamentado em 40 milhões de dólares. Sendo a última proposta a escolhida dentre as outras¹³¹.

2.1.9 Fracasso dos Acordos de Alvor

Dada a complexidade da situação em Angola, caracterizada pelas *“frequentes violações por parte dos movimentos de libertação, numa manifestação da sua incapacidade de superarem divergências, em prol do interesse nacional angolano”*¹³² o Estado português suspendeu em 22 de agosto de 1975 unilateralmente por via do Decreto-Lei nº 458/A-75 a vigência do Acordo de Alvor.

As razões que levaram ao fracasso da implementação dos acordos de Alvor foram várias, porém há que destacar dentre elas as seguintes:

¹²⁹ Ibidem, 138.

¹³⁰ CAPOCO, Zeferino (2012). Op. Cit, p.139-140.

¹³¹ MBAH, Jean (2010). Op. Cit, p.300-301.

¹³² SILVA, Sergio (2013). Op. Cit, p-93. Este trecho é parte do comunicado oficial que justifica as razões que levaram Lisboa a suspender os acordos de Alvor.

Os acordos de Alvor na visão portuguesa, não passavam da “confirmação do protocolo de Mombaça”, ou seja, traduzia, que “*os líderes angolanos tinham concertado no Quénia, que os portugueses tinham sido vencidos a mesa das negociações*”¹³³.

Assim, considera-se que o papel dos negociadores portugueses no acordo tenha sido tão irrisório que até se poderia dizer que a sua participação tenha se limitado “*a pôr em bom português, o texto vindo de Angola*”, tendo, neste sentido, o acordo sido o que os líderes angolanos quiseram que fosse e por outro lado é de notar a pressa com que o mesmo foi negociado, demonstrando no entender da parte portuguesa a urgência dos angolanos em se verem livres destes¹³⁴.

Alexandra Marques faz questão de notar que, apesar do desejo de Portugal de ver de uma vez por todas resolvido o problema de Angola, a cimeira não terá alcançado aquele que era o objetivo que encabeçava a lista de prioridades do mesmo quando escreve que “*a cimeira tinha sido promovida pelo principal interessado em resolver o problema angolano. Fora apazada a retirada militar de Angola e a passagem de poderes, mas o objetivo prioritário de criar um clima de fraternidade entre os movimentos falhara*”¹³⁵.

Na mesma senda, altas figuras portuguesas com responsabilidades acrescidas na condução deste processo como Rosa Coutinho, expressaram a sua desconfiança relativamente a implementação exitosa do mesmo ao afirmar que o Acordo do Alvor era «*um acordo desajeitado*», e não cria que «*o espírito de cooperação entre os três movimentos fosse muito sincero*»¹³⁶. Sendo que o chefe da delegação portuguesa, terá mesmo considerado que este terá sido para cada um dos líderes angolanos uma plataforma de conquista do poder, ou seja;

A prioridade dos líderes dos movimentos nacionalistas em controlar as suas áreas territoriais de influência étnica pareceu sobrepor-se ao entendimento vinculativo e ao cumprimento dos acordos, o que acabou por diluir os esforços antes desenvolvidos na tentativa de alcançar a unidade¹³⁷.

As autoridades portuguesas reconhecem que um dos elementos chave que terá estado na base do recrudescimento da guerra em Angola, assim como dos constrangimentos que

¹³³ MARQUES, Alexandra (2013) Op. Cit, p.212.

¹³⁴ Idem.

¹³⁵ Ibidem, p-213.

¹³⁶ Idem.

¹³⁷ CAPOCO, Zeferino. (2012) Op. Cit. 141.

resultaram no fracasso na implementação do acordo do Alvor, terá sido “*a coexistência de três exércitos rivais, cuja manutenção foi permitida*”¹³⁸.

2.1.10 Acordo de Nakuru

Ante a situação de luta aberta essencialmente entre o MPLA e a FNLA, e a perigosa escalada de violência no país fazendo antever uma guerra civil cujas consequências seriam devastadoras para o processo que levava os três movimentos a negociar em Alvor, desenvolveram-se esforços e diligências conciliatórias, tanto de chefes de Estado africanos, como de representações da OUA e da ONU ¹³⁹.

Neste sentido se criaram as condições para o estabelecimento de contactos com os três movimentos de libertação para uma possível reunião visando por cobro a situação que prevalecia em Angola. Deste esforço, resultaram novas conversações entre as três delegações angolanas, no Quênia de 16 a 21 de junho de 1975 sob a mediação do chefe de Estado queniano, Jomo Kenyatta¹⁴⁰.

Na cimeira de Nakuru esperava-se conseguir a pacificação entre os três movimentos e partir para uma nova fase de colaboração mútua¹⁴¹. Entretanto, apesar de estar longe de alcançar tal desiderato, assinala-se como aspecto positivo resultante da mesma, a análise crítica que ela faz da situação, identificando as causas e a gravidade que o conflito tinha atingido em Angola.

Segundo o texto final desta cimeira as causas da deterioração da situação em Angola eram as seguintes;

- a) Introdução pelos Movimentos de libertação de grandes quantidades de armamento;
- b) falta de tolerância política que se manifesta através da violência na atuação dos Movimentos de libertação;
- c) existência de zonas ditas de influência e regiões de pretensa superioridade militar;
- d) o armamento da população civil;
- e) os recontros militares entre os movimentos de libertação e a sua regionalização, além de causarem inúmeras vítimas inocentes, agravam de igual modo a situação, pois tendem a incrementar o tribalismo, o regionalismo e o racismo;
- f) a

¹³⁸ MARQUES, Alexandra (2013) Op. Cit, 218.

¹³⁹ CORREIA, Pedro, (1991) Op. Cit, 140.

¹⁴⁰ CAPOCO, Zeferino (2012) Op. Cit, p-141.

¹⁴¹ CORREIA, Pedro, (1991) Op. Cit, 141.

agitação reacionária ou de elementos estranhos ao processo de descolonização¹⁴².

Visando contornar esta situação os movimentos decidiram; a) criar um clima de tolerância política e de unidade nacional; b) pôr termo a todas as formas de violência; c) libertar imediatamente todos os prisioneiros; d) garantir a todos os Movimentos de libertação o direito a livre atuação política; e) acelerar a formação do exército nacional; f) desarmar a população civil¹⁴³.

É também de notar que, malgrado a afirmação solene de “*renunciar ao uso da força como meio de solucionar os problemas e honrar os compromissos resultantes do acordo*”¹⁴⁴ que abria o documento, esta não passou de uma tentativa gorada sobretudo pela incompatibilidade dos interesses das partes envolvidas.

2.2 Princípios da Política Externa da República Popular de Angola

No que tange as linhas orientadoras da ação externa de Angola nos primeiros anos da sua existência como um Estado independente, livre e soberano, importa referir fazendo desde já um resumo histórico, de uma questão abordada com maior abrangência e profusão no subponto anterior, a forma menos peculiar ou conturbada como decorreu a luta para independência de Angola e o conseqüente processo independentista do país.

Ao contrário do que aconteceu as demais colônias africanas em geral e nas colônias afro-portuguesas em particular onde um único movimento dirigiu a luta de libertação, Angola emergiu de um processo de libertação nacional em que três movimentos, nomeadamente a FNLA, o MPLA e a UNITA, repartiam entre si o protagonismo das ações subversivas, no âmbito da luta de libertação de Angola, e mais tarde políticas que viriam a culminar no processo de concessão da sua independência da potência colonizadora.

Salta a vista o facto de que os três movimentos que se bateram pela emancipação do país não alinhavam em torno de uma mesma base de orientação política, ou seja, tinham visões políticas diferentes.

Esta situação resultava em grande medida das alianças e apoios externos que estes conseguiam reunir visando a persecução da sua luta. Entretanto o posicionamento antagônico dos atores envolvidos no fornecimento destes apoios terá condicionado o

¹⁴² CAPOCO, Zeferino (2012) Op. Cit, p-142.

¹⁴³ CORREIA, Pedro, (1991) Op. Cit, 142.

¹⁴⁴ Idem.

sucesso político do processo de independência do país. Concorrendo de forma decisiva o indissociável contexto histórico da época, dominado pelo conflito político-ideológico opondo o ocidente capitalista liderado pelos EUA e o leste comunista liderado pela URSS. Zeferico Capoco escreveu a este respeito o seguinte:

Acrescia a este clima regional angolano de difícil solução por parte de Portugal, o problema da Guerra Fria que se tornara intensa no plano internacional, com especial repercussão e consequências desastrosas para Angola, onde a busca das influências internacionais levava os três movimentos angolanos a serem reféns dos sistemas ideológicos antagônicos e de regimes opostos.¹⁴⁵

Assim sendo, a FNLA, liderada por Holden Roberto operando no norte do país, encontrava na etnia bakongo o seu fundamento sociológico, e recebia o apoio do presidente Mobutu Sese Seko do Zaire e assistência material de países como os EUA, a Argélia, Marrocos, Tunísia, Índia, Republica Popular da China e da Romênia, pelo que do ponto de vista do treinamento dos seus guerrilheiros e do respectivo equipamento militar se nivelava por cima relativamente aos outros dois movimentos¹⁴⁶.

O MPLA, sob a direção de Agostinho Neto, tinha a nível interno como base do seu apoio as populações da capital e dos seus arredores, exercendo alguma influência entre os mbundus, e no plano internacional, contava com o apoio, fundamentalmente da União Soviética do qual provinham os fornecimentos de armas¹⁴⁷.

Finalmente a UNITA de Jonas Savimbi, atuava principalmente na região do planalto central de Angola e granjeava de apoio considerável entre os ovimbundus, etnia com maior representatividade neste território. Era militarmente o mais débil, sobretudo pela sua incapacidade de mobilizar apoios do exterior, porém apesar disso, beneficiava do apoio político da França, do presidente da Zambia Keneth Kaunda e de alguns líderes africanos moderados, como é o caso de Felix Houphouet- Boigny da Costa do Marfim e Léopold Sedar Senghor do Senegal¹⁴⁸.

Dentre os três movimentos, o MPLA é indubitavelmente o ator imprescindível e incontornável na análise da política externa angolana, uma vez que sobre si incide o foco de toda atenção no que concerne ao processo de formulação da política externa de

¹⁴⁵ CAPOCO, Zeferino (2012) Op. Cit, p-138.

¹⁴⁶ SILVA, Sergio (2013) Op. Cit ,p-88.

¹⁴⁷ Idem.

¹⁴⁸ Ibidem, p-89.

Angola independente, pela responsabilidade que sobre ela pendia por ter sido este movimento a tomar as rédeas da proclamação da independência do país, instaurando a “Republica Popular de Angola” a 11 de Novembro de 1975 em Luanda, jogando a seu favor o reconhecimento deste ato de forma quase imediata pelo Brasil, na pessoa do seu representante em Angola, na altura, Ovídio de Melo¹⁴⁹.

Sublinhe-se que, no mesmo momento em que se proclamava a independência na capital do país por Agostinho Neto, a coligação UNITA-FNLA fê-lo procurando estabelecer um governo alternativo com sede no Huambo por Jonas Savimbi e no Uije por Holden Roberto, proclamando a “República Democrática de Angola” tendo, no entanto, sido desmantelada mesmo antes de conseguir o devido reconhecimento da parte da comunidade internacional¹⁵⁰.

Por outro lado, importa realçar que por força da sua orientação política logo após a declaração da independência do país o MPLA instaurou no país um sistema político “onde o socialismo, de base soviética, se tornava o *modus vivendi* da sociedade”¹⁵¹.

Ao justificar a opção do MPLA pela via socialista o presidente Agostinho Neto enfatizava num trecho de um discurso proferido por ocasião do primeiro Congresso ordinário do MPLA que “a luta entre os dois sistemas sociais constitui o fulcro de toda a luta. A questão fundamental é: ou o socialismo ou o capitalismo. Não há outra, uma terceira via... alicerçados nas experiências duma longa luta social optamos pelo socialismo”¹⁵².

Deste modo, o líder máximo do MPLA assumia de forma explícita o mono partidarismo como a base do seu sistema de orientação política, deixando numa situação embaraçosa os outros dois movimentos que tomaram parte no processo de luta para a emancipação do país.

Este posicionamento político, encontrava respaldo legal no 2.º artigo do primeiro documento oficial de Angola independente, a sua primeira constituição, que estipulava o seguinte:

¹⁴⁹ Embaixador (Quadro Especial), ex-Representante Especial do Brasil perante o Governo de Transição, que precedeu à independência de Angola; Embaixador Especial do Brasil para as festividades da independência de Angola em 11 de novembro de 1975.

¹⁵⁰ ARAÚJO, Kelly, A transição de Neto a dos Santos: os discursos presidenciais sobre as relações internacionais de Angola e o conflito com a UNITA (1975-1988). (02/06/014).

¹⁵¹ ALMEIDA, Eugenio, (2011). Angola: Potencia Regional em Emergência. Edições Colibri, Lisboa, p.43.

¹⁵² SECRETARIADO, do Bureau Político (2012). I Congresso Ordinário do MPLA (4 a 10 de dezembro de 1977), Gabinete de Coordenação, Estudos e Análises, Edições de Angola Lda. P-30.

Toda a soberania reside no Povo Angolano. Ao M.P.L.A, seu legítimo representante, constituído por uma larga frente em que se integram todas as forças patrióticas empenhadas na luta anti-imperialista, cabe a direção política, económica e social da Nação¹⁵³.

Entretanto esta opção seria determinante para traçar o rumo que doravante o novo Estado angolano sob a batuta do MPLA estava condenado a trilhar para fazer vingar a sua política externa no contexto internacional em geral e regional em particular, que se consubstanciava na confrontação tanto política como posteriormente militar, implicitamente declarada pela assunção da via socialista, aliás, Agostinho Neto fez questão de frisar no congresso ora referido que, “*a investida principal do imperialismo no sul de África está dirigida contra os Estados independentes que se decidiram por uma via de desenvolvimento socialista e nomeadamente contra a nossa jovem República Popular*”¹⁵⁴.

A Carta Magna da primeira república “*República Popular de Angola*” definia os princípios fundamentais que deviam reger a atuação do Estado, entre os quais se identificavam para a sua agenda externa os artigos 14.º, 15.º e 16.º que se resumem no seguinte:

- respeito e aplicação dos princípios da Carta das Nações Unidas e a da União Africana; estabelecimento de relações de amizade e cooperação com todos Estados, na base do princípio do respeito mútuo pela soberania e integridade territorial, igualdade, não ingerência nos assuntos internos de cada país e reciprocidade de benefícios; solidariedade com a luta dos povos pela sua libertação nacional e estabelecimento de relações de amizade e cooperação com todas as forças democráticas e progressistas do mundo; e finalmente a não adesão a qualquer organização militar internacional, e nem a permissão da instalação de bases militares estrangeiras em território nacional¹⁵⁵.

Entretanto, uma descrição mais apurada e consistente dos princípios diretores da política externa da República Popular de Angola viria a ser apresentada aquando do primeiro congresso ordinário do MPLA realizado de 4 a 10 de dezembro de 1977 em Luanda, em que pontificavam os seguintes aspetos:

¹⁵³ REPÚBLICA, Diário da (1975). Lei Constitucional da República de Angola, I Série N.º 1 , Terça-feira, 11 de Novembro de 1975.

¹⁵⁴ SECRETARIADO, do Bureau Político (2012). Op. Cit p.31;32.

¹⁵⁵ REPÚBLICA, Diário da (1975). Op. Cit.

- Estabelecimento e manutenção de relações diplomáticas com todos os países do mundo, na base do respeito mútuo pela soberania nacional e pela integridade territorial, não agressão e não ingerência nas questões internas;
- igualdade e reciprocidade de vantagens, e coexistência pacífica entre Estados com regimes sociais diferentes;
- Respeito pelos princípios das Cartas da ONU e da OUA;
- Salvaguarda da independência política e da opção socialista;
- Política de não alinhamento em relação aos blocos militares constituídos no mundo, baseando a nossa ação, no meio do Movimento dos Países Não alinhados, no reforço da orientação anticolonialista e anti-imperialista pela paz, liberdade e independência dos povos e pelo progresso social;
- Rejeição de todos os compromissos internacionais firmados em nome de Angola pelo governo colonial português ou sua revogação à luz da legislação vigente na RPA [República Popular de Angola];
- Interdição de bases militares estrangeiras no solo nacional;
- Proteção dos angolanos no estrangeiro e dos seus respectivos interesses;
- Reforço dos laços de amizade e colaboração com a comunidade socialista e com as comunidades anti-imperialistas de todos os continentes;
- Diversificação da cooperação econômica e técnico-científica;
- Apoio à criação de uma nova ordem económica internacional que elimine a dependência dos países subdesenvolvidos em relação aos países capitalistas desenvolvidos;
- Manutenção do espírito tradicional de unidade e luta contra o imperialismo e o neocolonialismo entre as ex-colônias portuguesas e reforço dos laços de amizade, solidariedade militantes e de cooperação multiforme entre os respectivos Estados;
- Solidariedade militante para com os povos oprimidos e para com os movimentos de libertação nacional e apoio à luta armada conduzida pelos mesmos povos para a conquista dos seus direitos;
- Solidariedade para com a luta dos trabalhadores de todo o mundo na base do internacionalismo proletário;

- Apoio à ação conduzida pelos países socialistas e pelas forças democráticas e progressistas no plano internacional para a efetivação do desenvolvimento e do desarmamento mundial, e eliminação de focos de tensão que o imperialismo criou ou pretende criar nos diferentes continentes para impedir o progresso e luta de libertação dos povos;
- Relações de boa vizinhança com as nações limítrofes de Angola¹⁵⁶.

2.3 Órgãos Responsáveis pelo Processo de Formulação e Execução da Política Externa em Angola

No que diz respeito aos órgãos que estavam encarregues de velar pelo processo de formulação da política externa de Angola, é de realçar que a definição e orientação da política externa do país eram segundo a constituição da República Popular de Angola no seu artigo 37 alínea b, atribuições do Conselho da Revolução, que era segundo o mesmo diploma presidido pelo Presidente da República¹⁵⁷.

Entretanto, a par do Conselho estava o Governo que era constituído pelo Primeiro-Ministro que o presidia, pelos Ministros e pelos Secretários de Estado, ao qual se incumbia como órgão executivo, a condução da política externa do Estado, porém sob a orientação do Presidente do Conselho da Revolução, conforme o artigo 40.º da constituição¹⁵⁸.

Para auxiliar o Presidente da República, que como atrás se constatou, presidia no âmbito das suas competências externas o Conselho da República, no processo de coordenação, formulação, planificação, execução e avaliação da política externa e coordenação internacional da República de Angola, foi criado a 12 de Novembro, um dia imediatamente a seguir a declaração da independência de Angola, o Ministério das Relações Exteriores visando a afirmação do país na defesa dos seus interesses nacionais no contexto internacional. Para dirigir este Departamento Ministerial foi nomeado o Engenheiro Jose Eduardo dos Santos que era cumulativamente vice Primeiro-Ministro.

A par das atribuições acima referidas concorriam ainda para este órgão, a responsabilidade de proteger os direitos dos seus cidadãos no exterior, bem como acompanhar e dar assistência cultural e informativa as comunidades angolanas no exterior.

¹⁵⁶ SECRETARIADO, do Bureau Político (2012). Op. Cit p-28.

¹⁵⁷ REPÚBLICA, Diário da (1975). Op. Cit.

¹⁵⁸ Idem.

Para a execução das suas atribuições o Ministério das Relações Exteriores tinha como princípios basilares o princípio da unidade, interdependência e colaboração entre os órgãos e serviços integrados na sua estrutura, bem como outros organismos do Estado com participação indireta na execução de política externa da República de Angola¹⁵⁹.

A par deste órgão tradicionalmente reconhecido como condutor da política externa dos Estados, no caso particular de Angola e, sobretudo pelo próprio contexto geopolítico regional nos primeiros momentos de Angola como Estado independente, merece também grande destaque as Forças Armadas Populares de Libertação de Angola (FAPLA), que no âmbito da constituição da República Popular de Angola no seu artigo 6.º eram “o braço do povo sob a direção do MPLA”¹⁶⁰ e se converteram segundo Francisco Queirós num “fator decisivo de política externa, uma ferramenta, um instrumento da maior importância da diplomacia”.¹⁶¹

Esse reconhecimento resulta da forma exemplar como se bateram pela defesa da soberania do país e pela integridade territorial de Angola, tendo mesmo de se confrontar com as temíveis Forças de Defesa da África do Sul racista, na altura melhor e mais bem equipado e treinado exercito da região, aquando do desencadeamento de operações como a “*operação savannah*” e a “*operação IEAFEATURE*” que se destinavam desalojar o MPLA de Luanda criando desta forma as condições para que outro movimento tomasse as rédeas da proclamação da independência do país, visando a instauração de um sistema político que se mostrasse favorável ao regime segregacionista do apartheid e pró ocidental.

¹⁵⁹ EXTERIORES, Ministério das Relações, *Histórico do Organismo*, (17/03/014).

¹⁶⁰ REPÚBLICA, Diário da (1975). Op. Cit.

¹⁶¹ MEIRELES, José, Poderio militar de Angola é uma Ferramenta para a Política externa in: O país, disponível em: <<http://WWW.opais.net/PT/dossier/?det=17585>> Acessado em: 13-03-2014.

CAPÍTULO III: Definição da Política Externa de Angola na África Austral (1975-1992)

3.1. Influência dos Atores Externos

Angola conquistou a sua independência por via de um processo complexo, caracterizado essencialmente pela singularidade no que tange não só ao número de atores nela envolvidos a nível interno, como pela forma menos endógena a que estes atores se encontravam ligados, antes animados por mecânicas “metropolitanas” e “bipolares” que as enformavam¹⁶².

O universo exterior dos negócios estrangeiros de Angola resumia-se a um vasto leque de atores formados pelo ex-colonizador, as duas superpotências, os congêneres continentais e os seus vizinhos¹⁶³.

Esta circunstância resultava em grande medida da potencial força das suas riquezas por um lado, e por outro, pela importância da sua localização geoestratégica no contexto bipolar. As condicionantes externas de um mundo dividido em zonas de influências entre as duas superpotências da época, propiciou o desenvolvimento da embaraçosa teia de relações que os movimentos independentistas se viram forçados a forjar para o alcance dos objetivos estrategicamente traçados, que passavam pela tomada do poder como se abordou no capítulo anterior.

Como consequência, estes desenvolvimentos arrastaram o país para um conflito que ganhou contornos alarmantes, transformando Angola numa zona de influência e de disputa entre as grandes potências sempre interessadas a alimentar velhas dissensões entre os movimentos de libertação angolanos¹⁶⁴, tendo colocado o país no centro de uma crise que colocou em marcha uma série de mudanças geopolíticas na região, pois o envolvimento das superpotências e de alguns países vizinhos acabou por internacionalizar a questão angolana.

Importa realçar que a África Austral era antes do desmoronamento do sistema imperial português, uma região praticamente controlada pelo *último bastião do poder branco* no continente africano, a África do Sul racista¹⁶⁵, que sob a cumplicidade ativa de Portugal

¹⁶² GUEDES, Armando, *As Constantes Emergentes e a Atipicidade das Linhas de Força na Política Externa de Angola*, in :PAVIA, José Francisco (2011), *A Política Externa de Angola no novo Contexto Internacional, Quid Juris?* Lisboa, p.26.

¹⁶³ Ibidem, p.27.

¹⁶⁴ GLÓRIA, Justino da, *A Descolonização de Angola e a África Austral (1974-1975)*, in JÚNIOR, Miguel (2011), *O Fracasso da Operação Savannah (Angola 1975)*, p. 12.

¹⁶⁵ OLIVEIRA, Elias (2008), *Segurança Regional em África*, Editorial Nzila, Luanda, p-76.

fascista a da Grã- Bretanha imperialista defendia nos anos 60 e 70 as suas possessões coloniais na região, o que se constituía por si só num peso sufocante deste regime racista aos povos vizinhos¹⁶⁶. Entretanto, a emergência de Angola como estado livre e independente, como consequência da queda do Estado Novo em Portugal, viria alterar este “*status quo*” trazendo outra correlação de forças na região, como enfatiza Elias Chinguli de Oliveira:

A queda do Estado Novo em Portugal teve bastante importância na delimitação da política regional da África do Sul: a retirada de Portugal significou a perda de uma importante zona tampão entre a África negra e a África branca, tendo obrigado a África do Sul a adotar uma estratégia defensiva baseada no ataque.¹⁶⁷

A esta situação, acrescia o facto de que, o Estado angolano optara pela via socialista de condução política, defendendo intransigentemente princípios como a autodeterminação dos povos e a luta pela liberdade dos povos oprimidos, que se afiguravam extremamente contrários ao regime de Pretória e colocavam em perigo a sobrevivência deste regime.

Deste modo, a então conjuntura internacional caracterizada pelo contexto político ideológico “bipolar” e os condicionalismos geopolíticos que a Guerra Fria e o regime do apartheid impunham nesta parte do continente, concorreram de forma decisiva para transformar a região num palco perfeito para o conflito entre as duas superpotências.

Contudo, duas razões explícitas, cuja menção importa fazer referência, terão contribuído para esta situação, nomeadamente a rivalidade político-ideológico entre os dois blocos, por um lado, e por outro, os interesses económicos e geoestratégicos.

Do ponto de vista político ideológico, salta a vista o facto de que o regime da África do Sul racista, apesar de se posicionar num extremo diametralmente oposto aos princípios democráticos alicerçados na ideia da liberdade, fraternidade e igualdade, que norteiam os regimes democráticos ocidentais, obtinha a aprovação dos países do bloco capitalista não por ser defensor dos seus princípios, ou seja, os países do bloco capitalista, não se identificavam com a linha de orientação política da África do Sul, que consistia na perpetuação da superioridade da população de minoria branca e opressão ou até mesmo repressão da população de maioria negra.

¹⁶⁶ VICHINSKI, M, P. (1987). *Sul da África: o Apartheid, o Colonialismo e a Agressão*, Edições Progresso, Moscovo, p.14.

¹⁶⁷ OLIVEIRA, Elias Chinguli de (2008) Op.Cit, p-76.

Numa altura em que se defendia a igualdade de direitos entre as raças, tanto num bloco como no outro, bem como da parte da maior tribuna política mundial, a Organização das Nações Unidas, cuja Carta apelava, no seu artigo 55 alínea c) ao “*respeito universal e efetivo dos direitos do homem e das liberdades fundamentais para todos, sem distinção de raça, sexo, língua ou religião*”¹⁶⁸, o apoio que o regime de segregação racial da África do Sul recebia de países ocidentais, um regime cuja atuação era extremamente contrária ao espírito que levou a criação e consequente transformação da SDN para a ONU, sobretudo numa altura em que o anti racismo da guerra contra Hitler era um patrimônio ideológico¹⁶⁹, este apoio se justificava na linha do pensamento estratégico de que o regime de pretoria era muito contundente e hostil relativamente ao comunismo por um lado, mas por outro lado, devido as suas importantes riquezas minerais, pois o ocidente precisava garantir que estas não caíssem nas mãos da URSS, uma vez que estas eram de importância estratégica para o sustento das indústrias dos países ocidentais¹⁷⁰.

Importa realçar que do ponto de vista econômico a África Austral é no seu todo, considerada uma das mais importantes regiões do continente africano, por força suas riquezas minerais, muitas das quais estratégicas e tidas como indispensáveis á Europa e os EUA, e dos seus recursos energéticos.

Do ponto de vista geopolítico, a região constitui-se num ponto privilegiado de ligação entre o ocidente e o Oriente, com a rota do cabo onde passa parte considerável do petróleo proveniente do Médio Oriente, apesar deste privilegio se vir diminuído com a abertura do canal de Suez.

Porém a sua relevância volta a emergir como, elo de ligação entre a América do sul, a Índia e a China, no âmbito da configuração do eixo Sul-Sul ou seja, por via do atlântico.

¹⁶⁸ Carta da Organização das Nações Unidas, artigo 55 alínea c.

¹⁶⁹ DÖPCKE, Wolfgang, (1998) *Uma nova política exterior depois do apartheid?* – Reflexões sobre as relações regionais da África do Sul, 1974 – 1998, in Revista Brasileira de Política Internacional, Jun 1998, vol.41, no.1, p.136.

¹⁷⁰ Vale a pena lembrar que a base da importância da África do Sul para os Estados Unidos estava nas suas reservas de minerais estratégicos, que podia fazer frente às vantagens que tinha a União Soviética neste domínio – em ouro a África do Sul detinha «31 por cento da produção mundial, contra 31,5 por cento da URSS; de crómio 34 por cento contra 37,5 por cento, de manganês 23 por cento contra 39, de vanádio 30,5 por cento para cada uma; de platina 45 por cento contra 48 por cento, de antimônio 16 por cento contra 12 por cento, espécies que nem os EUA nem os seus aliados europeus tem uma produção significativa». Enxerto extraído do artigo de Kelly Araujo intitulado: A transição de Neto a dos Santos: os discursos presidenciais sobre as relações internacionais de Angola e o conflito com a UNITA (1975-1988) disponível em: [http://www.buala.org/pt/a-ler/a-transicao-de-neto-a-dos-santos-os-discursos-presidenciais-sobre-as-relacoes-internacionais-de-angola-e-o-conflito-com-a-unita-\(1975-1988\)](http://www.buala.org/pt/a-ler/a-transicao-de-neto-a-dos-santos-os-discursos-presidenciais-sobre-as-relacoes-internacionais-de-angola-e-o-conflito-com-a-unita-(1975-1988)).

A região confere proximidade e potencialidade de cooperação com o cone sul da América Latina, e por via do Índico ela está em contacto com importantes países asiáticos e com o médio Oriente. Isso explica por que razão a região despertara os apetites das superpotências na região.

Neste capítulo, o que se propõe é fazer uma análise da forma como sob a influência das superpotências, Angola, um país assumidamente de orientação comunista, definiu a sua política externa na região, bem como refletir sobre a forma como o país a conduziu, ante a países que gozavam do apoio incondicional de potências ocidentais como a África do Sul e o Zaire, a sua linha de orientação em política externa, ou seja, avaliar a forma como os principais contendores da guerra-fria influenciaram o processo de tomada de decisão angolano em matéria de política externa na região, bem como a forma como ela foi conduzida diante desta realidade.

Pois, como enfatiza Justino da Glória, no quadro da Guerra-Fria e do confronto Leste-Oeste o que mais preocupava não era a postura do colonizador, mas sim o protagonismo no processo de descolonização de Angola que se transferia do binómio Portugal – Movimentos de Libertação para o trinómio, Estados Unidos – União Soviética – China¹⁷¹.

3.1.1 Os Estados Unidos da América

A política externa dos EUA atribuía uma prioridade muito baixa ao continente africano no período entre o final da Segunda Guerra Mundial (1945) e a eclosão do conflito armado em Angola.

Esta posição de Washington resultava do facto de que, neste período, no âmbito da Guerra Fria, a União Soviética exercia na região uma influência tão reduzida que para os EUA não se constituía numa ameaça, a exceção da guerra civil congoleza em que se verificou um relevante envolvimento da administração Kennedy¹⁷².

Malgrado o reconhecimento da irrelevância do envolvimento dos EUA em África, este se começou a desenhar logo nos primeiros anos da Guerra Fria, tendo como eixo central a sua agenda anticomunista¹⁷³, ou seja, prevenindo para que aquando das suas independências os novos Estados africanos não caíssem sob influência da União

¹⁷¹ GLÓRIA, Justino, (2011) *Op Cit*, p. 12.

¹⁷² SÁ, Tiago. (2011). *Os Estados Unidos e a Descolonização de Angola*, D. Quixote, p-23, 24.

¹⁷³ *Idem*.

Soviética, ou por outras palavras, evitar que se verificasse um aumento da influência soviética na região¹⁷⁴.

Visando a persecução deste desse objetivo, a estratégia adotada pelos EUA, passava por prestar apoios aos movimentos nacionalistas de África, como forma de colocá-los na sua órbita, o que correspondia segundo Tiago Moreira da Sá, ao compromisso histórico dos EUA com a autodeterminação dos povos.

Porém esta estratégia era susceptível de pôr em causa as fortes relações entre Washington e a Europa. Diante desta situação, ao governo dos EUA se colocava o desafio de optar por uma das partes em jogo, no caso os parceiros europeus ou os movimentos independentistas africanos, ou seja, noutros termos, os americanos teriam que escolher entre apoiar os europeus, arriscando a perder África para a esfera comunista, ou o apoio aos africanos perigando a continuação das potências europeias na NATO. Pois como diz o ditado popular “*quem é amigo de todos não é amigo de ninguém*”.

Esta equação, também conhecida como “dilema África ou Europa” resolveu-se pendendo a balança para o lado europeu¹⁷⁵.

Entretanto, apesar deste desfecho, o governo dos EUA definiu como linha de orientação, a promoção do fim do colonialismo, mas dentro de uma estrutura de cooperação com as potências, contudo, sendo evidente a contradição desta medida, os EUA introduziram outro princípio o de que o apoio que prestava aos seus parceiros europeus tinha como base a aceitação posterior por parte destes do princípio da autodeterminação e independência¹⁷⁶.

No caso concreto de Angola, um país da periferia do sistema político internacional, que veio a constituir-se numa fase posterior no centro das divergências entre os dois blocos antagónicos, as circunstâncias que levaram a um notável envolvimento desta superpotência se revestem de uma peculiaridade que importa realçar.

¹⁷⁴ FRANCISCO, Alberto. (2013). *A Política Externa de Angola durante a Guerra Fria (1975-1992)*, p-60, Trabalho de Dissertação de Mestrado apresentado ao Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília em 2013. Importa lembrar que é precisamente logo a seguir ao final da II Guerra Mundial, concretamente na década de 50 que se registrou um acelerar dos processos de independência em África.

¹⁷⁵ SÁ, Tiago. (2011). Op. Cit. P-23.

¹⁷⁶ FRANCISCO, Alberto. (2013). Op Cit, p-61.

No período anterior ao derrube do regime fascista em Portugal, que culminou no golpe de estado de 25 de Abril de 1974, os EUA tiveram uma relação bastante ambígua, não fugindo ao espírito e a letra do que se frisou anteriormente e ficou conhecido como o “dilema África Europa”. Sendo que por um lado prestavam apoio político, econômico e militar ao regime colonial português¹⁷⁷ e por outro, por meio dos seus serviços secretos oferecia apoio aos movimentos de libertação nacionais pró-ocidentais como a UNITA e a FNLA.

Porém nada fazia prever, no entanto naquela altura um envolvimento sério da parte dos decisóres políticos norte americanos na questão angolana, pois nesta altura vivia-se um ambiente internacional dominado pela *Détente*¹⁷⁸ bipolar.

No plano interno os EUA viam-se a braços com uma situação delicada caracterizada por uma sucessão de crises que iam desde o trauma causado pela derrota no Vietnam, ao escândalo do “caso Watergate”, o que favoreceu a intervenção soviético-cubana em Angola:

The United States was paralyzed by the aftermath of Viet Nam and Watergate, and could not have had congressional agreement to a policy of intervention in Angola. The Soviet Union saw its chance and moved in with the Cubans to help Angolans Marxists capture the country.¹⁷⁹

E por outro lado pelos inquéritos aos serviços secretos, até as guerras no interior da administração Ford e entre esta e o Congresso¹⁸⁰.

No plano da sua atuação externa, os EUA debatiam-se com questões relativamente complexas como o colapso na Indochina, a destruição da autonomia curda, a inclinação cada vez mais acentuada da revolução portuguesa para a esquerda e o impasse da sua

¹⁷⁷ Note-se que interessava aos EUA ter boas relações com Portugal, pois os EUA mantinham em território português, concretamente nos Açores uma base militar que era de externa importância para os EUA.

¹⁷⁸ “A política de Detente, consistia segundo Coral Bell, na redução deliberada e consciente da tensão na balança de poder este-oeste. Sendo que na perspectiva norte-americana, a *Détente* era uma forma de ultrapassar os riscos excessivos de estado de confrontação permanente entre as grandes potências nucleares, que incluíam a Rússia e a China mas também a Europa Ocidental e o Japão, num sistema multipolar pentagonal”. Ver : SÁ, Tiago Moreira de. O «Amigo Inconveniente». Os Estados Unidos, A África do Sul e a descolonização de Angola, in JÚNIOR, Miguel (2011), O Fracasso da Operação Savannah (Angola 1975), p. 62.

¹⁷⁹ MAZURI, Ali A. (1978) *Independent African States and the Struggle for Southern Africa in The Decolonization of Africa: Southern Africa and the Horn of Africa*, the Unesco Press, p.21.

¹⁸⁰ SÁ, Tiago. O «Amigo Inconveniente». Os Estados Unidos, A África do Sul e a descolonização de Angola, in JÚNIOR, Miguel (2011), O Fracasso da Operação Savannah (Angola 1975), p. 61.

iniciativa diplomática no Médio Oriente¹⁸¹, pelo que para os EUA a abertura de mais uma frente política diplomática ou até mesmo militar não era de todo desejável, conforme escreve Henry Kissinger o grande arquiteto do envolvimento americano em Angola:

Pela nossa parte, nada havia que tivéssemos menos necessidade ou desejo do que mais uma crise num continente distante, que no passado se mantivera muito alheado da guerra fria, e que desembocaria provavelmente numa nova controvérsia interna nos EUA.¹⁸²

Há que salientar o facto de que por altura do processo de independência de Angola, o então cônsul-geral norte americano em Luanda, Everett Ellis Briggs, alertara e recomendara o seu governo no sentido de considerar os interesses no território e definir uma estratégia para defendê-los, porém a postura do seu governo pautou-se pela indiferença¹⁸³.

Na visão de Everett Ellis Briggs, a defesa dos interesses americanos em Angola, devia levar o seu governo a abandonar a tentação de uma política de “*mãos limpas*” e a encetar contactos diplomáticos diretos com os líderes dos movimentos nacionalistas angolanos com o objetivo de construir uma relação amigável com eles e conseguir assim uma posição que lhe conferisse alguma influência no território¹⁸⁴.

Contudo por estranho que pareça Everett Ellis Briggs recomendara que estes contactos incluíssem o MPLA, pois em seu entender era o mais certo a conquistar o poder em Angola, entretanto estas recomendações foram ignoradas por Washington entre outros motivos, segundo Tiago Moreira de Sá, pelo facto do governo norte americano não pretender envolver-se nos problemas da descolonização portuguesa¹⁸⁵.

O significativo ato de envolvimento norte americano nos primeiros anos da descolonização de Angola terá consistido na promoção do encontro entre António de Spínola e Mobutu Sessé Sekó, na ilha do Sal, a 15 de Setembro de 1974, do qual teria resultado um acordo para a criação de uma federação Zaíre-Cabinda-Angola, presidida

¹⁸¹ KISSINGER, Henry. (2003) *Anos de Renovação*, Gradiva, Lisboa, p-701.

¹⁸² Idem.

¹⁸³ SÁ, Tiago, (2011)II Op. Cit, p.67.

¹⁸⁴ Ibidem, p.68

¹⁸⁵ Idem.

por Mobutu Sessé Sekó e com Holden Roberto como vice-presidente, com Mobutu a comprometer-se a defender em troca, a política africana do general português¹⁸⁶.

3.1.1.1 A Mudança na Política Externa dos EUA em Relação a Angola

Contudo, uma visita do então presidente da Zâmbia, Kenneth Kaunda aos EUA a 19 de Abril de 1975, que se previa que fosse rotineira, e enquadrada no âmbito do respeito das autoridades americanas a um dos pioneiros da luta pela independência em África, não se esperando desde já que dela resultasse qualquer iniciativa importante, viria alterar de forma decisiva a política de uma das superpotências e se constituir num ponto de viragem na política dos EUA para Angola e concomitantemente para África, apesar de na altura nalguns setores dos EUA, haver uma tendência de excluí-la da lógica da guerra-fria¹⁸⁷.

Nesta visita, Kenneth Kaunda alegando falar em nome de todos os presidentes dos países vizinhos, terá persuadido o então presidente americano Gerald Ford de que a União Soviética estava a ajudar o MPLA com o fornecimento de armas que o ajudariam a tomar o poder em Angola, pelo que a assistência americana era essencial para frustrar a concretização deste desígnio soviético¹⁸⁸. Estava assim lançada a sorte para a inclusão de Angola na rota das superpotências, tornando o seu território num palco perfeito para a disputa estratégica e conflito indireto entre ambos no continente africano.

O desafio que se colocava aos decisores americanos se prendia com a definição da estratégia para a sua intervenção em Angola, sendo que os custos humanos da derrota americana no Vietnam tiveram o condão de fazer florescer certa relutância na mente dos norte-americanos em combaterem o comunismo em campos de batalha muito distantes.

Desta forma, visando facilitar a sua intervenção em Angola os EUA, tiveram que recorrer aos seus aliados regionais para materialização dos seus intentos. Assim se justifica a opção pelo Zaire por um lado, pois este Estado partilha com Angola uma extensa linha de fronteira, jogando a seu favor ainda o facto de ter sido num período anterior importante para abortar a intervenção soviética no Congo, e por outro lado a opção recaiu a África do Sul racista¹⁸⁹.

¹⁸⁶ Ibidem, p.70

¹⁸⁷ Cfr: KISSINGER, Henry (2003) Op Cit, p 701-702.

¹⁸⁸ SÁ, Tiago, (2011)II Op Cit, p.70

¹⁸⁹ Importa realçar que a opção dos EUA pela África do Sul como pivô da sua política na região austral de África, deu-se meramente pelo fato do seu regime ser hostil ao comunismo, e não por estes o considerarem um regime aceitável, se assim se pode chamar. Pois o sistema político da então África do Sul era a todos

Importa referir tomando como suporte as palavras de Henry Kissinger na citação exposta abaixo que para a administração Ford, a tomada do poder em Angola por um movimento de esquerda como o MPLA, não consistia de per si um problema, pois na altura os EUA já se haviam dignado em reconhecer países com orientação política socialista e por outro lado, não tinham grandes problemas em se relacionarem ao nível do continente africano com outros países socialista.

Embora opondo-se com firmeza, em termos ideológicos, ao marxismo, a administração Ford nunca tinha procurado evitar que governos marxistas ou quase, chegassem ao poder em África, desde que as suas raízes fossem nativas. Mantínhamos relações de trabalho com países africanos com governo de esquerda, com a Argélia e a Tanzânia, ... reconhecemos regimes marxistas que se instalaram em outras colônias portuguesas. O limite inultrapassável estava na intervenção do exterior do continente e no controlo por Moscovo.¹⁹⁰

Deste modo não seria de todo um exagero considerar que a contundência das alegações de Kaunda ao afirmar neste encontro que o MPLA era financiado ou que até era um “instrumento de Moscovo” terá se constituído no trampolim que catapultou os EUA para o incremento a larga escala do seu envolvimento em Angola.

Aliás, o próprio Secretario de Estado Henry Kissinger viria mais tarde reconhecer o exagero das declarações prestadas por este líder africano, pois longe de todas as cogitações, terão sido estas que lançaram Washington para a abertura de mais uma frente numa região da periferia do sistema político internacional, sendo disto elucidativos os pronunciamentos de Henry Kissinger a este respeito:

Durante a visita de Kaunda á Washington, Angola foi a sua principal preocupação. O problema não residia tanto no marxismo e na projeção do poder militar soviético em África. Quando a FRELIMO, claramente marxista, recebeu de Portugal a responsabilidade de governar Moçambique, reconhecemo-la de imediato e iniciamos o processo de estabelecimento de relações diplomáticas apesar da sua cor ideológica. Reagimos do mesmo modo quando o movimento pós-independência na antiga colônia portuguesa da Guiné-Bissau se orientou marcadamente

os títulos, condenável e gozava do repudio de toda a comunidade internacional, incluindo da Organização das Nações Unidas em geral, da maioria (se não mesmo todos) dos Estados ocidentais e de todos os Estados do Bloco comunista.

¹⁹⁰ KISSINGER, Henry. (2003) Op. Cit. p-701.

no sentido da esquerda.... O limite inultrapassável estava na intervenção do exterior do continente e no controlo por Moscovo... A mensagem que Kaunda nos trazia em 19 de Abril de 1975, era de que este limite fora ultrapassado.¹⁹¹

3.1.1.2 «Relatório Davis» e o Efeito «Vietnam Invertido»

Merece ainda destaque o relatório sobre os interesses dos EUA em Angola e as suas opções políticas, elaborado por uma “*task force*” interdepartamental do conselho de segurança nacional, presidida pelo subsecretário de Estado para os assuntos africanos, Nathaniel Davis concluído a 16 de junho de 1975. Este documento, que ficou também conhecido como «relatório Davis», versava sobre as implicações para os interesses norte-americanos da vitória dos diferentes movimentos e aludia que, era de esperar que o MPLA pretendesse pelo menos ligações aos Estados Unidos, incluindo relações diplomáticas de modos a garantir algum equilíbrio nas suas relações externas e assim manter as credenciais de não alinhado e terceiro mundista, sendo que Angola governada por este movimento não era intoleravelmente inimiga dos interesses económicos norte-americanos¹⁹².

Porém apesar destas recomendações, o conselho de segurança nacional optou pelo sentido oposto defendendo a adoção de uma política mais ofensiva para a questão angolana. Na ótica de Tiago Moreira de Sá, esta opção não resultava da preocupação relativa a uma eventual vitória do MPLA, ou da instauração de um regime marxista em Angola, mas sim da necessidade dos americanos de demonstrarem que podiam vencer os soviéticos no terceiro mundo mesmo depois da queda de Saigão, ou seja, é o chamado «efeito Vietnam invertido»¹⁹³.

Igualmente, ao nível da África Austral os EUA estavam também determinados em não defraudar as expectativas dos seus aliados regionais, fazendo fé disso as palavras de Kissinger segundo as quais “*esqueçam por momentos a importância de Angola (em si mesma). Estou preocupado com impacto em Nyerere, Kaunda e Mobutu, quando eles virem que não fizemos nada*”¹⁹⁴.

Entretanto, o aumento do envolvimento dos EUA na questão angolana, justificado no entender dos americanos pela adoção de uma estratégia externa mais ofensiva por parte

¹⁹¹ Ibidem, p.703-704-705.

¹⁹² SÁ, Tiago II. (2011), Op Cit, p. 72.

¹⁹³ Ibidem, p.73.

¹⁹⁴ KISSINGER, Henry, (2003) Op Cit, p.709.

de Moscovo, traduziu-se num apoio maciço aos seus aliados locais – FNLA e UNITA, - com dezenas de toneladas de armamento pesado, milhões de dólares, recurso a mercenários e mesmo o envolvimento de paramilitares da CIA¹⁹⁵, o que viria contribuir decisivamente para o agravamento da situação em Angola colocando o país numa situação de refém dos apetites geopolíticos das superpotências.

3.1.1.3 Operação IAFEATURE

A fase mais ofensiva da política norte-americana para Angola deu-se com a decisão de Gerald Ford de reforçar a sua posição em Angola. Na sequência deste desejo, e por recomendação do secretário de Estado, o presidente aprovou um programa secreto para Angola, que tinha como nome de código «Operação IAFEATURE».

Esta operação resultou de facto, da combinação do plano da CIA que consistia no apoio a Holden Roberto e Jonas Savimbi, porém sem que as armas americanas chegassem a Angola, e do plano de Mobutu Sessé Sekó, que sugeria que armas americanas recebidas no âmbito desta ajuda apetrechariam as suas forças e por sua vez as que se encontrassem em posse das suas forças fossem encaminhadas para a FNLA e a UNITA evitando assim ter armas americanas em Angola¹⁹⁶.

De forma resumida esta operação constituiu-se em três tipos de medidas: o apoio económico a FNLA e a UNITA, num total final de 32 milhões de dólares, que se destinavam a dar treinamento, equipar e transportar as tropas destes movimentos; o fornecimento de equipamento militar, via Zaíre, num montante nominal de 16 milhões de dólares; o recrutamento de mercenários para servirem como conselheiros militares das forças de Holden Roberto e de Jonas Savimbi¹⁹⁷.

O apoio resultante da colocação em prática da «Operação IAFEATURE» começou a chegar a Angola em finais de Julho, entretanto, a partir do momento em que a operação foi posta em ação até Dezembro de 1975, o país tornou-se, no centro da Guerra-Fria na sua periferia, com os antagonistas a ensaiar estratégias ofensivas visando tomar vantagem sobre o seu contendor, o que irremediavelmente contribuiu para a escalada da guerra civil angolana.

¹⁹⁵ JÚNIOR, Miguel (2011), *O Fracasso da Operação Savannah (Angola 1975)*, p. 61.

¹⁹⁶ Sá, Tiago. I (2011) Op Cit, p. 212-213.

¹⁹⁷ SÁ, Tiago. II (2011), Op Cit, p. 73-74.

Contudo, a «*Operação IAFEATURE*» conheceu o seu fim na sequência do conflito interno entre a Casa Branca e o Congresso, que resultou na aprovação pelo Senado da “*Emenda Tunney*” a lei do orçamento de Defesa, proibindo qualquer utilização de fundos para Angola. No ano seguinte deu-se caráter permanente a *Emenda Tunney* com a aprovação da “*Emenda Clark*”, pondo assim um ponto final naquela que se considerou a fase mais ofensiva da política norte-americana para Angola.

3.1.2. A URSS

A URSS, outro contendor que a par dos EUA se batia tanto política como militarmente, ainda que de forma indireta pelo controlo de países geoestrategicamente importantes, como é o caso de Angola, que pelas razões ora expostas era sem sombra de dúvidas, um dos mais desejáveis e apetecíveis neste âmbito, com a infeliz particularidade de ter estado na base da alteração da política externa americana em relação a África em meados de 1975, como constatou-se anteriormente, deu início a sua intervenção no continente africano tal como o seu antagonista, os EUA, no período pré-independência do continente, com a prestação de apoio a movimentos de libertação.

O papel da URSS em África começou a evidenciar-se, especialmente na África Austral no período entre o final da década de 60 e o começo da década de 70, tendo para isso sido de capital importância dois fatores primordiais que Tiago Moreira de Sá retrata na sua referenciada obra sobre a descolonização de Angola, como sendo por um lado, a emergência de uma geração nova de líderes nacionalistas, inspirados pela ideologia comunista e por outro lado, a importância do cada vez crescente papel internacional da URSS no terceiro mundo¹⁹⁸.

Importa, contudo realçar que durante a chancelaria de Joseph Stalin as relações entre a União Soviética e a África eram quase inexistentes, pois neste período a África colonial era percebida na sua visão governativa como parte do sistema capitalista, dominada pelos países ocidentais.

Desta forma o foco ideológico da política trilhada por Joseph Stalin recaía sobre a revolução socialista internacional sem, no entanto, acreditar que fosse o momento certo para África fazer a transição para o socialismo¹⁹⁹. Entretanto, Stalin incidiu o foco nas

¹⁹⁸ Sá, Tiago. I (2011) Op Cit, p. 41.

¹⁹⁹ BERVOETS, Jeremy, *The Soviet Union in Angola, Soviet and African Perspectives on the Failed Socialist Transformation*, in The School of Russian and Asian Studies,(11/05/2011).

políticas domésticas aguardando que outras partes do globo (entenda-se países) estivessem prontas para a revolução²⁰⁰.

Foi com a chegada de Nikita Khrushchev ao poder, após a morte de Joseph Stalin em 1953, período que coincide historicamente com o início de movimentações para a proclamação das independências em África que de forma efetiva as relações da União Soviética com África começaram, sendo de assinalar na primeira década o estabelecimento de laços diplomáticos com os então recentemente independentes Estados africanos, que conformavam o também conhecido bloco de Casablanca, Argélia, Gana, Guiné, Mali, Sudão, Marrocos e a Líbia, que imediatamente a seguir a realização da sua primeira cimeira em Casablanca, foram convidados pelo Kremlin para participar do vigésimo segundo congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) em Moscovo em 1961²⁰¹.

Neste congresso, Nikita Khrushchev fez questão de anunciar a doutrina do “Estado Nacional Democrático” que determinava dois passos fundamentais para que, um país em desenvolvimento transitasse do capitalismo para o socialismo, nomeadamente, a fase nacional democrática e a fase revolucionária democrática.

Na primeira fase, exigia-se simplesmente que o Estado fosse anti-imperialista, e na segunda, o país tinha de ter um compromisso com o socialismo do ponto de vista socioeconómico e político, ou seja, um país “*democrático-revolucionário*” tinha de ter no essencial, uma economia industrializada e nacionalizada, tinha de passar por uma revolução cultural que facilitasse ou propiciasse uma melhor apreciação do socialismo internacional, e tinha de estabelecer um partido de vanguarda estadual em conformidade com os países com políticas ideológicas semelhantes.²⁰²

Entretanto malgrado as boas intenções de Khrushchev, por razões várias, os resultados da sua política acabaram por não vingar, sendo tal fracasso atribuído por muitos estudiosos, especialmente os de ascendência soviética e a interferência ocidental.

A década de 70 teve o condão de inaugurar no que a política externa da URSS diz respeito, uma fase mais ofensiva, traduzida segundo faz constar na sua obra ora aludida Tiago Moreira de Sá em três medidas fundamentais, nomeadamente: o início de novos

²⁰⁰ Idem.

²⁰¹ Idem.

²⁰² Idem.

programas de armamento estratégico; a intensificação do envolvimento no Vietnam, e a adoção de uma renovada estratégia para a África²⁰³.

Pelo desequilíbrio relativo do poder convencional entre as duas superpotências, fazendo pender a balança para o lado americano, a URSS viu-se logo após a crise dos mísseis de Cuba, forçada a adotar um ambicioso programa de incremento militar visando explicitamente o alcance de um equilíbrio estratégico relativamente aos EUA, tendo a este respeito logrado alcançar uma relativa paridade com os EUA na segunda metade dos anos 60²⁰⁴.

A intensificação do envolvimento no Vietnam em 1975 constituiu-se, na segunda medida adotada pelo Kremlin que marcou a viragem da política externa da União Soviética para uma fase mais ofensiva tendo, contudo sido o aumento do apoio soviético em material militar determinante para contribuir para a vitória das forças comunistas na sua ofensiva final contra o Vietnam do Sul em Abril de 1975²⁰⁵.

Por último, a reforçar um renovar da sua estratégia de atuação no âmbito da sua política externa, foi a adoção de uma nova estratégia para a África, que se consubstanciava num envolvimento cada vez mais acentuado e sem precedentes na sua história, no continente Africano, do qual salta a vista o caso de Angola²⁰⁶.

Terão contribuído para adoção desta última medida na opinião de muitos estudiosos, dois fatores; o conflito sino-soviético e a subsequente competição político ideológica entre estes dois gigantes comunistas no terceiro mundo por um lado, e a reaproximação entre Havana e Moscovo por outro.

Segundo Tiago Moreira de Sá, a principal causa para o renovado interesse da URSS em África é a competição com a China que utilizando os seus recursos ao máximo procurava atrair para a sua esfera de influência países e movimentos que já haviam recebido apoio da União Soviética, facto que concorria para que num curto período de tempo lhe conferisse alguma preponderância e consequentemente tomasse a posição privilegiada que a URSS detinha ao nível do continente. Pelo que por via disso a

²⁰³ Sá, Tiago I. (2011) Op. Cit, p. 41.

²⁰⁴ Ibidem, p.42.

²⁰⁵ Ibidem, p.43.

²⁰⁶ Ibidem, p.44.

escolha do Kremlin no que ao seu apoio diz respeito, passou a recair para todos aqueles que se opunham a Pequim²⁰⁷.

Desta forma em Angola, a opção do MPLA em ter a União Soviética como seu principal aliado externo afastando deste modo a aproximação com a China, viria fazer com que este beneficiasse do incremento do apoio da União Soviética, visto que os outros movimentos independentistas que combatiam tal como o MPLA o colonialismo português, tinham ligações a Pequim.

Importa aqui sublinhar que, a partir de 1970, a União Soviética aumentou consideravelmente o seu apoio em África em países como a Guiné Bissau, e a Guiné Conakry, porém foi em Angola que de forma mais significativa a nova ênfase africana da estratégia externa da URSS foi posta em prática.

Para isso contribuiu a elaboração em julho de 1970 de uma série de planos de assistência ao MPLA que no essencial conformava material militar, logística e formação política e um prestimoso apoio diplomático, visto que o MPLA era confrontado com problemas vários no relacionamento com as autoridades de países vizinhos de Angola, nomeadamente a Zâmbia, o Zaíre e o Congo, justificadas pelo facto destes na altura assumirem deliberadamente a suas posições de Estados pró-ocidentais pelo que, por via disso a sua simpatia política recaía naturalmente sobre os outros dois movimentos que gozavam do apoio do ocidente especialmente dos EUA.

Entretanto, a concretização do apoio soviético para o MPLA não foi fácil, tendo este se deparado com enormes dificuldades na concretização do mesmo, derivadas, sobretudo dos problemas internos que o MPLA enfrentava entre 1971 e 1973.

Estes problemas consubstanciavam-se essencialmente na sua incapacidade ao nível organizativo, a sua fraca capacidade militar efetiva e ainda a sua fragmentação em três grupos com fontes distintas de apoio, nomeadamente o MPLA de Agostinho Neto, o de Daniel Chipenda e o dos irmãos Pinto de Andrade, tendo estes elementos levado o Kremlin a hesitar sobre que grupo canalizar o seu apoio²⁰⁸.

²⁰⁷ Ibidem, p.47

²⁰⁸ Idem.

Diante desta situação, Moscovo viu-se obrigado a suspender as suas relações com o MPLA. Porém reatou as mesmas com a evolução política da conjuntura na retaguarda portuguesa e a reconstituição do movimento²⁰⁹.

Para a significativa mudança que esta situação conheceu, concorreu o facto de que em vésperas do golpe de estado militar em Portugal, Agostinho Neto levou a cabo um grande esforço diplomático, na sequência do qual em Janeiro de 1973 a testa de uma delegação visitou Moscovo com o objetivo de convencer os dirigentes da URSS a retomar e a aumentar o seu apoio ao movimento e a sua figura como líder do movimento.

Malgrado as dificuldades encontradas por Neto para convencer os dirigentes soviéticos, este logrou alcançar os objetivos por si preconizados e desta forma a URSS aumentou de forma significativa o seu envolvimento em Angola.

Após o acordo entre Havana e Moscovo sobre os seus planos militares para o conflito angolano, observou-se a larga escala um apoio do Kremlin ao MPLA, tendo vindo este a se tornar no seu mais importante aliado na África Austral.

Após a proclamação da independência de Angola a 1975 e a conseqüente instauração da primeira república, a relação entre a União Soviética e a República Popular de Angola, sofreu segundo Marques Guedes numerosas mudanças de tom e tónica, tendo, porém se pautado pela crescente intensificação de fluxos de apoio, sobretudo ao nível da segurança e defesa, sendo ainda de realçar o aconselhamento militar no terreno, bem como a viabilização quer do ponto de vista logístico como a nível político, no gozo da prerrogativa que o sistema das Nações Unidas lhe confere, com exercício de veto no Conselho de Segurança da ONU, a presença no território angolano de contingentes de tropas cubanas cujos números se cifravam a volta de 50.000 soldados e oficiais.²¹⁰

3.2 A Política Externa de Angola na África Austral

3.2.1 Envolvimento de Angola nos Estados da Linha da Frente “a Cooperação”

No tocante a política externa de Angola na África Austral, salta a vista as excelentes relações que o país manteve com uma série de países da região no quadro das várias organizações interestaduais regionais criadas visando o aprofundamento das relações

²⁰⁹ GUEDES, Armando, (2011) Op Cit, p. 39.

²¹⁰ Ibidem, p.40.

entre os países, bem como no apoio a luta dos países que se encontravam na altura sob o domínio colonial.

Neste contexto a política externa de Angola na região estava orientada sob a célebre frase do presidente Antonio Agostinho Neto, proferida por altura da ascensão de Angola a independência a 11 de Novembro de 1975 segundo a qual “*no Zimbábue, na Namíbia e na África do Sul está a continuação da nossa luta*”²¹¹. O que deixava desde já patente a predisposição de Angola para apoiar as lutas armadas pelas independências do Zimbábue e da Namíbia e por outro lado a firme convicção do combate acérrimo ao regime segregacionista da África do Sul.

Assim sendo, Angola e os demais Estados independentes da região, cientes das dificuldades a enfrentar para a persecução destes objetivos de forma isolada, no âmbito da luta pela independência nacional baseada no nacionalismo africano e nos objetivos comuns da liberdade e unidade africana, reforçando o espírito da simbiose político cultural, lograram criar organizações de carácter interestatais na região das quais a expressão mais marcante foi o surgimento na década de 70 dos Países da Linha da Frente (PLF)²¹², por sinal a primeira organização interestadual criada na região e especialmente voltada para as questões de política e segurança.

Na base da formação deste agrupamento político estiveram os altos níveis de ameaças externa que representavam os regimes de minoria branca na região para os Estados fundadores da aliança, especialmente o regime sul-africano.

Segundo José Abel Moma esta percepção resultava da “*proximidade geográfica, diferenças em capacidades militares e económicas, o aspecto ideológico, e as intenções manifestas dos regimes minoritários para minar os interesses dos Estados vizinhos independentes e de domínio maioritário*”²¹³.

Concorrendo para o apoio a esta ideia estão os dados estatísticos que se seguem extraídos do artigo de M. Evans que estabelecem uma comparação entre a população, e a capacidade bélica entre a África do Sul, e os restantes países da organização entre 1984-1985.

²¹¹ Frase extraída do discurso do Presidente Agostinho Neto a 11 de Novembro de 1975 por altura da proclamação da independência de Angola.

²¹² MORAIS, Beatriz, (1998) *A Cooperação e a Integração Regionais da África Austral – ASADC: o Papel de Angola*. São Paulo: Centro de Estudos Africanos. Universidade de São Paulo, p, 17.

²¹³ MOMA, José Abel, (2012) *Os Estados da Linha da Frente e a Gestão de Ameaças na África Austral*, Mayamba, Luanda, p.33.

Dados comparados do poderio militar dos Estados da linha da Frente e África do Sul.²¹⁴

E L F

África do Sul

População	55.5 milhões	26.8 milhões
Forças armadas	155,750 tropas	404,500 homens
Exército	148,000 forças regulares	197,400 forças regulares, recrutas e reservistas
Forças paramilitares	602,360 polícia e milícias	145,000 polícia e reservistas
Carros blindados	1,962	3,350
Artilharia	812	230
Força aérea	207 aviões de combate	304 aviões de combate

Inicialmente projetada pelos presidentes do Botsuana, Zâmbia e da Tanzânia, os Estados da Linha da Frente emergiram em 1976, com cinco membros nomeadamente, Angola Botsuana, Moçambique, Tanzânia e Zâmbia, visavam vários objetivos específicos, nomeadamente, a gestão da crise rodesiana ou Zimbabuana que viria resultar na independência do Zimbábue em 1980, tendo reforçado consideravelmente a organização quando o país passou a ser o seu sexto membro.

Há ainda que destacar no quadro dos objetivos regionais dos Estados da Linha da Frente, a libertação da Namíbia que na altura da sua formação se encontrava sob ocupação da África do Sul, as guerras civis de Angola e Moçambique e o combate ao apartheid cuja mudança de regime parecia inviável²¹⁵.

Refira-se também que embora se considere surrealista o discurso do não posicionamento formal, este esteve sempre presente no seio dos Países da Linha da

²¹⁴ M. Evans, (1984), *the Front-line States, South Africa and Southern African Security: Military Prospects and Perspectives*, in *Zambezia* (1984/5), XII, p.07.

Saliente-se que esta tabela resultou da compilação de dados extraídos da International Institute for Strategic Studies, *The Military Balance 1984-1985* (London Institute).

²¹⁵ OLIVEIRA, Chinguli, (2008), op. Cit, p,86.

Frente, ou seja, assinalava a necessidade indispensável do não alinhamento em relação ao conflito Leste-Oeste, baseando a sua existência no “*combate contra as forças imperialistas*”²¹⁶.

A organização passou a incluir posteriormente outros países da região conforme as condições de participação nela foram permitindo ou foram alcançando as suas independências, como é o caso da Namíbia e finalmente a África do Sul após a derrocada do regime racista do apartheid.

Importa referir que, os ELF emergem como organização num contexto de conflituosidade e num período marcado pela contestação ao colonialismo e racismo branco na África Austral²¹⁷.

Apesar da sua atipicidade, ou seja, não possuir as características de uma organização interestadual no seu sentido formal, ela possibilitava de facto que os líderes africanos dos países que dela tomavam parte se encontrassem com frequência para concertar posições, entretanto essa informalidade teve de facto o condão de conferir a esse grupo de países alguma força e unidade²¹⁸.

Deste modo os ELF se constituíram num instrumento que contribuiu de forma decisiva para a luta contra o domínio de regimes de minoria branca que prevalecia em alguns países da África Austral nomeadamente, Angola, Moçambique, Rodésia, Namíbia e África do Sul, e a conseqüente libertação dos países sob o jugo colonial na região.

3.2.2. O Contra Ataque da África do Sul

A forma como a política regional sul africana foi levada a cabo na segunda metade do século XX se afigura de grande importância para a compreensão da dinâmica das relações entre Angola e a África do Sul e entre este e os outros países da região.

Neste particular, importa referir que esta se começou a desenhar efetivamente em 1948 quando o Partido Nacional venceu as eleições com slogan “*Apartheid*”²¹⁹.

A partir deste ano o Estado sul africano conheceu um ponto de inflexão na sua história, sendo de destacar no plano interno com a subida ao poder do Partido Nacional, a formação de um gabinete governamental africânder, que visava aprofundar e aprimorar

²¹⁶ ARAÚJO Kelly, (2010) *A transição de Neto a dos Santos: os discursos presidenciais sobre as relações internacionais de Angola e o conflito com a UNITA (1975-1988)*. (02/06/2014).

²¹⁷ MOMA, José, (2012) *Op Cit*, p.33.

²¹⁸ OLIVEIRA, Elias, (2008), *op. Cit*, p.86.

²¹⁹ VISENTINI, Paulo G. F, PEREIRA, Analúcia, D. (2010) *África do Sul, História, Estado e Sociedade*, Brasília, FUNAG/CESUL, p.40.

o aparato constitucional que sustentava a segregação racial sul-africana, lançando as bases do regime do apartheid²²⁰.

No plano internacional, a conservação e a proteção do regime influenciaram a política externa do país, exercendo um papel importante na dimensão de segurança da África Austral e inserindo a região na dinâmica da Guerra Fria²²¹.

Neste sentido a política externa da África do Sul segregacionista baseava-se em táticas para proteger os regimes de minoria branca no seu território e na Namíbia, ao mesmo tempo em que se esforçava em passar a ideia de que defendia os interesses ocidentais na região da África Austral.

Assim sendo a sua agenda externa caracterizou-se pela afirmação de um anticomunismo acentuado, influenciado principalmente pela crença de que, se a África do Sul apoiasse os ideais do ocidente, ela reconquistaria algum crédito perdido pelo regime, sobretudo ante aos poderes ocidentais, em decorrência do repúdio pela comunidade internacional de que o regime segregacionista do apartheid era alvo²²².

A África do Sul racista, que se assumia como a maior potência regional, durante a vigência do apartheid, não só desempenhava o papel de potência dinamizadora da região, como por outro lado adotava medidas que visavam desestabilizar os seus vizinhos, principalmente após a independência das colônias portuguesas²²³.

Neste contexto a África do Sul, tornava-se a principal ameaça a segurança para os países vizinhos utilizando as suas vantagens econômicas ou pressões militares para tentar impor os seus interesses na região.

A sua estratégia visava por um lado a mobilização da sociedade sul-africana para apoiar o governo e preservar o apartheid, e por outro fazer com que os Estados vizinhos não tivessem capacidade de se unir contra si²²⁴.

O objetivo regional era criar e manter o caos econômico e a dependência. Porém, com o desmoronamento do colonialismo português e conseqüentemente a independência de

²²⁰ LEAL, Marcelo. (2011) *A Campanha Militar de Cuito Cuanavale (1987-1988): Uma análise baseada na teoria da guerra de Clausewitz*, Porto Alegre, Trabalho de fim de curso de Licenciatura apresentado na universidade Federal do Rio Grande do Sul em 2011, p.18.

²²¹ Idem.

²²² LABUSCHAGNE, Bernice (2009), *South Africa's Intervention in Angola: Before Cuito Cuanavale and Thereafter*, tese de mestrado apresentada na Universidade de Stellenbosch em 2009, p.8.

²²³ OLIVEIRA, Elias, (2008) Op. Cit, p.76.

²²⁴ Idem.

Angola e Moçambique (1975) e posteriormente do Zimbábue (1980), a correlação de forcas alterou-se e a África do Sul foi obrigada a reformular a sua estratégia regional.

Visando a persecução dos seus intentos a África do Sul servia-se de dois mecanismos de ação principais que conformavam os principais poderios regionais a sua disposição, a sua economia e as suas Forças Armadas, na resolução dos conflitos regionais e na produção de uma balança de poder regional favorável aos seus interesses²²⁵.

3.2.2.1 A Agressão

As intervenções militares da África do Sul em território angolano conheceram o seu início ainda sob o regime colonial português, no âmbito do “Projeto Alcora” que agrupava a Portugal, a África do Sul e a Rodésia, com o objetivo de “eliminar o terrorismo” (neste caso entenda-se terrorismo por luta de libertação nacional) na África Austral²²⁶.

Este projeto previa um maior envolvimento da África do Sul na guerra travada por Portugal em Angola, porém dadas as cada vez crescentes dificuldades que Portugal enfrentava para conseguir manter simultaneamente a guerra em três frentes geograficamente separadas, o assumir do comando das operações pela África do Sul constituía-se de facto num cenário válido²²⁷.

Entretanto, foi neste âmbito que a África do Sul já havia intervido militarmente na guerra, com unidades de aviação a partir de 1969 nas províncias do Moxico e Kuando-Kubango.

Durante a década de 70 com P. W. Botha como primeiro ministro a África do Sul colocou em marcha um programa político denominado “total strategy” ou estratégia total em português, que no essencial, congregava um conjunto de reformas e medidas repressivas no plano interno e no âmbito da sua política externa²²⁸.

Neste contexto, a África do Sul, vendo-se em meados de 1975 na eminência de perder um aliado que era fundamental para o equilíbrio da balança de poder na África Austral “Portugal” e simultaneamente correndo o risco da ascensão ao poder em Luanda de um governo hostil, que apoiasse a atividade da guerrilha namibiana na fronteira com a

²²⁵ LEAL, Marcelo (2011) Op Cit, p.20.

²²⁶ TRAÇA, Mbetto, *A Resistência à operação Savannah*. in JÚNIOR, Miguel (2011), *O Fracasso da Operação Savannah* (Angola 1975), Mayamba, Luanda, p. 39.

²²⁷ Idem.

²²⁸ LABUSCHAGNE, Bernice, (2009). Op. Cit, p. 8.

Namíbia envolveu-se em Angola, com o beneplácito das potências ocidentais (liderada pelos EUA).

Importa referir que dentre os atores externos envolvidos na questão angolana, a África do Sul parece ser a que mais tinha em jogo no resultado da descolonização de Angola, pois em causa estava a sobrevivência do seu regime²²⁹, uma vez que a Namíbia encontrava-se sob ocupação sul africana, de tal sorte que a fronteira da Namíbia com Angola era a sua fronteira norte, daí que Wolfgang Dopcke considerasse que:

A intervenção sul-africana, ao lado da FNLA e da UNITA, representava uma decisão ad-hoc e não seguia um claro e estrito planeamento político... A decisão se baseou na percepção, principalmente por parte da inteligência militar, de que um governo angolano do MPLA ameaçaria os interesses de segurança da África do Sul na Namíbia, porque certamente apoiaria o movimento de libertação daquele país, a SWAPO.²³⁰

3.2.2.1.1 A Operação Savannah

A coberto do pretexto da eliminação do terrorismo, como exposto acima, a África do Sul racista levou então a cabo uma operação a larga escala em Angola que ficou conhecida sob o nome de código de “*Operação Savannah*”, contudo, desta vez com a participação direta do Zaíre de Mobutu Sessé Sekó e dos seus aliados, FNLA e a UNITA, e com o apoio encoberto dos EUA através da CIA.

Refira-se que esta intervenção tinha por objetivo o aniquilamento do MPLA e impedindo-o desta forma da participação na proclamação da independência e instalar em seguida um regime favorável ao apartheid e a Mobutu Sessé Sekó, que se traduzia forçosamente na colocação no poder a FNLA ou a UNITA²³¹.

Em decorrência do lançamento a 23 de outubro de 1975 da “Operação Savannah” que se consistiu no essencial na invasão das tropas sul africanas, com soldados do Exército de Libertação de Portugal (ELP), da UNITA e FNLA, o sudeste de Angola era então palco do avanço estrondoso das SADF na tentativa de apoiar a coligação FNLA-UNITA a chegar a Luanda e impedir que o MPLA declarasse a independência unilateralmente²³².

²²⁹ Sá, Tiago Moreira de. II (2011), Op Cit, p. 73-74.

²³⁰ DÖPCKE, Wolfgang, (1998) Op Cit, p.138

²³¹ TRAÇA, Mbeto Monteiro. Op. Cit, p. 39.

²³² ARAÚJO Kelly, (2010) Op Cit, (02/06/2014).

A infeliz coincidência da “operação Savannah” lançada pelas Forças de Defesa da África do Sul com a operação secreta “IAFEATURE” lançada por Washington contra Angola, fez com que a primeira se constituísse num elemento crucial da estratégia angolana do governo dos Estados Unidos da América²³³. Importa referir que, para além dos EUA estavam também engajadas neste plano outras potências ocidentais das quais se destacam a Inglaterra e a França.

As incursões sul africanas em território angolano eram justificadas pelo regime de Pretória, como sendo ações de “perseguição” aos elementos da SWAPO, cujas bases se situavam em Angola.

Neste âmbito as operações lançadas pelas Forças de Defesa sul africanas em Angola teriam supostamente por objetivo, destruir e dispersar a SWAPO, porém na prática o que se verificava era que esta intervenção se destinava de facto a apoiar a UNITA na sua luta contra as FAPLA, ou seja, a África do Sul socorria-se de forças amigas ou grupos intermediários no caso “a UNITA” visando criar uma zona tampão no sul de Angola onde a SWAPO sentisse dificuldades acrescidas.²³⁴

3.2.2.3 A Operação Carlota

Apesar dos sucesso iniciais da “*Operação Savannah*”, que em perto de 33 dias avançou cerca de 3 mil km fazendo cair sucessivamente as cidades por onde passava, esta foi detida a 500km de Luanda no rio Queve²³⁵.

Na base deste revés está a o principal aliado do MPLA, a URSS que na sequência deste acontecimento e no âmbito da “Operação Carlota” que trouxe a Luanda enormes quantidades de armamento e soldados cubanos²³⁶.

A “*Operação Carlota*” iniciou com o transporte de combatentes e o envio de 680 instrutores militares em princípios de Outubro de 1975, chegando o número de soldados cubanos a cifrar-se em cerca de 37 mil em Fevereiro de 1976, manejando armas e artilharia vindas da URSS e de países socialistas²³⁷.

A ajuda militar cubana mostrou-se de capital importância para a inversão da marcha da guerra, colocando esta a favor da coligação FAPLA-FAR, submetendo ainda que

²³³ Sá, Tiago. II (2011) Op. Cit., p, 74.

²³⁴ CAMPOS, Armando (1996), *África do Sul Potencia Regional*, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade Técnica de Lisboa, p.280.

²³⁵ ARAÚJO, Kelly, (2010) Op Cit. .

²³⁶ Idem.

²³⁷ Idem.

temporariamente, o exército sul-africano aliado da UNITA-FNLA a derrota, entretanto a 27 de Março de 1976 as tropas de Vorster retiraram-se do território angolano²³⁸.

Contribuiu em grande medida para o êxito da “Operação Carlota” o facto de que por suposições equivocadas sobre a fragilidade do MPLA e o poderio da UNITA e FNLA, as SADF não tenham utilizado todo o seu potencial militar, e por outro lado o fato da África do Sul ter subestimado a determinação por parte da União Soviética e de Cuba de ajudar o MPLA²³⁹.

3.2.3 A Constelação de Estados da África Austral (CONSAS)

No plano multilateral a África do Sul, após anos de hesitação diplomática a nível regional, mostrou-se determinada a estabelecer um sistema de constelação na África Austral que garantisse a segurança dos seus objetivos militares, políticos e económicos²⁴⁰.

Esta política consistia em transformar os estados vizinhos em países dependentes e submissos aos interesses do apartheid, a *Constellation of States of Southern Africa* (CONSAS). Segundo os dirigentes da África do Sul racista, numa clara tentativa de convencer os Estados Ocidentais esta organização seria “antimarxista” e visaria a formação de um bloco económico e de segurança regional que comportaria entre sete a dez Estados a sul da linha fluvial Cunene-Zambeze²⁴¹.

Porém a nível regional este programa foi apresentado como uma iniciativa que indicava a reorientação da política sul-africana e a intenção de conduzir uma política de neutralidade, com o objetivo de atrair os Estados do subcontinente para um bloco independente do leste e do ocidente.

Neste sentido, várias tentativas diplomáticas foram feitas no sentido de alargar a sua influência, passando mesmo pela política do diálogo com os seus vizinhos, sem, no entanto colher os resultados esperados por Pretória.

Esta política regional sul-africana fracassou e na base deste fracasso esteve entre outros motivos a grave e galopante crise interna que o regime teve de enfrentar, particularmente acionado pelas maciças manifestações antirracistas que se seguiram aos acontecimentos de Sharpeville em 1960, tendo estas culminado posteriormente no

²³⁸ ARAÚJO Kelly, (2010), Op. Cit, (02/06/2014).

²³⁹ DÖPCKE, Wolfgang, (1998) Op Cit, p.138.

²⁴⁰ M. Evans, (1984), Op Cit, p.2.

²⁴¹ Idem.

célebre massacre de Soweto em Novembro de 1976, obrigando inúmeros jovens a exilarem-se e a ingressarem nas fileiras do ANC²⁴².

Contudo, este acontecimento fez recrudescer, ao nível da comunidade internacional, o sentimento antiapartheid que resultou no isolamento a que o regime ficou “remetido” no plano internacional, e a várias sanções da parte da Organização das Nações Unidas.

A África do Sul, vendo-se internamente ameaçada por conflitos político-sociais gravíssimos, lançou a “*Estratégia Total*” no contexto do “*Defense White Paper*”²⁴³ em 1977 que identificou a necessidade de manter um equilíbrio militar sólido, em relação aos países vizinhos enquanto defendia ideias de promover a colaboração política e económica na região.

A “*Estratégia Total Nacional*” conforme definida no “*Defense White Paper*” era um plano global, pretendendo utilizar todos os meios disponíveis do Estado, de acordo com um padrão integrado, por forma a atingir objetivos nacionais, no âmbito de políticas específicas. Ela não se confinava a uma determinada esfera de ação, mas antes se aplicava a todos os níveis e todas as funções da estrutura do Estado²⁴⁴.

Esta política se expressava sob a forma de “12 pontos” em que se consubstanciava toda a filosofia governamental e englobava toda a vida nacional. A ideia sobre a criação da Constelação de Estados da África Austral (CONSAS) surge na esteira desse pensamento com suporte legal no seu 8.º ponto que preconizava a “*implementação pacífica da Constelação de Estados da África Austral, com respeito pelas culturas, tradições e ideais de cada uma das partes*”²⁴⁵.

3.2.4 A SADCC como Contraposição ao Projeto Sul Africano

O esquema sul africano encontrou, porém uma forte oposição ao nível da região e nesta conformidade, os dirigentes políticos dos Estados da Linha de Frente, após várias iniciativas diplomáticas e concertação de ideias, decidiram criar a SADCC como contraposição aos objetivos sul-africanos, com a célebre declaração de Arusha em julho

²⁴² VICHINSKI, M.P. (1987) *Sul da África! O Apartheid, o Colonialismo, a Agressão*, edições progresso, Moscovo, p.51. Recorde-se que o ANC (Congresso Nacional Africano) é o principal movimento político de maioria negra da África do Sul.

²⁴³ O *Defense White Paper*, é um documento apresentado em 1977 pelo então ministro da Defesa sul Africano P.W. Botha, e que definia as linhas orientadoras da política de defesa sul africana, justificando o aumento dos gastos relacionados com o setor, que chegou a representar um quinto do orçamento do país na altura. Ver: South African History Online, disponível em: <http://www.sahistory.org.za/dated-event/minister-defence-pw-botha-presents-white-paper-outlining-defence-policy-and-justifying-i>.

²⁴⁴ CAMPOS, Armando (1996), *Op Cit*, p.250.

²⁴⁵ *Idem*, p.252.

de 1979 visando promover a libertação económica e o desenvolvimento de uma estratégia regional de comunicações que se saldariam conseqüentemente na redução da dependência política e económica dos Estados Membros em relação ao regime de Pretória²⁴⁶.

Na Zâmbia concretamente na cidade de Luzaca teve lugar a célebre cimeira na qual os líderes dos nove países da África Austral com governos da maioria reuniram-se e declararam o seu engajamento na persecução de políticas visando a libertação econômica e o desenvolvimento integrado das suas economias nacionais, isto a 1 Abril de 1980.

A cimeira adotou a declaração de Luzaca, intitulada “**África Austral: Rumo a libertação econômica**” assim como um programa de ação abrangendo Alimentação e Agricultura, Indústria, Desenvolvimento de mão – de – obra e Energia. Nesta cimeira os Chefes de Estado identificaram os transportes e a comunicação como a principal prioridade para a cooperação da SADCC.

Os seus líderes tinham plena consciência de que seria muito difícil cada Estado membro a nível individual, reestruturar as suas economias devido aos desequilíbrios existentes entre eles e a única forma de participarem a nível global, nos mercados dos países industrializados, seria por intermédio da formação de um bloco económico regional que se apresentava a priori, com grandes possibilidades de competição. A região vista como um bloco forte e coeso, pelo menos em termos políticos, aumentaria como consequência da formação da organização a capacidade dos Estados Membros negociarem com muito mais peso do que individualmente.

No entanto, as mudanças fundamentais nos domínios políticos e económicos decorrentes do fim da guerra fria, caracterizadas economicamente pelo estabelecimento de políticas orientadas para a economia de mercado e politicamente pela substituição de governos de partido único por sistemas multipartidários e a instabilidade e a insegurança política na região repercutiram-se na maior parte dos Estados Membros da organização e dificultaram a concretização deste modelo de integração.

²⁴⁶ GINKEL, Hans Van et. al. (2003) Integrating Africa- Perspectives on Regional Integration And Development, United Nations University, p-40.

Desta forma, tornou-se evidente para os líderes da SADCC a necessidade de fortalecer a organização e reformular os seus objetivos, uma vez que estas exigiam uma séria revisão de mandatos, Programa de Ação e prioridades da organização.

Nessa altura a SADCC existia apenas como uma organização internacional, mas sem um tratado ou qualquer outro instrumento vinculativo, isto pressupunha uma predisposição dos Estados Membros em cooperar, mas sem quaisquer obrigações ou penalizações quando não honrassem os compromissos acordados.

Ao fim de 12 anos de cooperação, a organização chegou a conclusão de que a estrutura institucional e o *modus operandi* da previa SADCC não permitia fazer face aos novos desafios que se apresentam e que por isso para que o progresso da constituição da comunidade tenha êxito será necessário, sobretudo, o engajamento político sério em relação aos aspectos de cooperação e integração regional.

Em Harare, Zimbábue em 1980, decidiu-se que a SADCC deveria ser formalizada, devendo possuir um estatuto legal mais apropriado, tendo em conta a necessidade de substituir o memorando de entendimento por um acordo, carta ou tratado.

Após 4 anos de trabalho preparatório e de intensas consultas, obteve-se o consenso de que os Estados Membros substituíssem o fórum de meras ações concertadas na implementação de programas que era a SADCC, para o objetivo da integração de facto das suas economias, isto é, o estabelecimento de uma comunidade económica.

Neste contexto em Agosto de 1992, os Chefes de Estado e de governo reunidos em Windhoek, Namíbia, assinaram a declaração e o tratado, transformando a SADCC em SADC e redefiniram a base de cooperação dos Estados membros de uma associação livre para um acordo com obrigação jurídica legal.

3.3 Normalização das Relações com o Zaíre

Embora o Zaire não se situe geograficamente na região Austral de África, este país desempenhou um papel de destaque no processo de formulação e desenvolvimento da política externa regional de Angola. Neste âmbito importa frisar que por altura da sua independência Angola estava completamente vulnerável, a norte pelo regime de Mobutu Sessé Sekó no Zaíre e a sul pela ameaça da África do Sul, pelo que o foco da sua política externa centrava-se na sua segurança nacional, ou seja, na garantia da sua integridade territorial.

Nesta senda, visando a normalização das relações com o Zaire, a 02 de fevereiro de 1976, Agostinho Neto anunciou publicamente o seu desejo de normalizar as relações com o Zaire e com a Zâmbia. Foi então que a 28-29 de fevereiro deste mesmo ano, os presidentes Agostinho Neto e Mobutu Sessé Sekó encontraram-se sob os auspícios do presidente do Congo Marien Ngouabi em brazaville²⁴⁷.

No comunicado final emitido sobre as conclusões do encontro os líderes concordaram em estabilizar a sua fronteira comum, repatriar os refugiados vivendo em ambos os lados da fronteira, e estabelecer relações diplomáticas num futuro muito breve²⁴⁸.

Neste encontro os estadistas assumiram também um duplo compromisso. O presidente Mobutu Sessé Sekó prometeu respeitar a integridade territorial de Angola e reduzir ou até mesmo deixar de apoiar a FNLA e a UNITA, e por seu turno, o presidente Agostinho Neto, concordou em reabrir o caminho de ferro de Benguela a mercadorias zairenses e proibir qualquer atividade militar organizada contra o Zaíre a partir de Angola²⁴⁹.

Contudo, apesar das dificuldades encontradas pelas partes para a implementação das conclusões acordadas pelos dois líderes, estes esforços viriam culminar na assinatura de um acordo de paz entre Angola e o Zaire em agosto de 1978²⁵⁰. Feito isso, as atenções voltavam-se assim para a fronteira sul com o apelo ao fim do apartheid na África do Sul, e a independência da Namíbia, na esteira do pensamento estratégico de Agostinho Neto, segundo a qual “*na Namíbia e na África do Sul está a continuação da nossa Luta*”.

Importa referir que, com a assinatura do acordo de paz entre Angola e o Zaire, a FNLA que encontrava no regime de Mobutu Sessé Sekó a sua principal base regional de apoio, passou a figurar cada vez menos nas preocupações políticas do governo do MPLA vendo assim, o seu protagonismo e importância em Angola a reduzir-se e a transferir-se de forma gradual para a UNITA.

Em 1979 com o exílio de Holden Roberto em Paris, a organização não tinha sombra, nem o poderio militar que tivera no ano da independência, e havia perdido de igual modo o poder de negociação com o governo do MPLA e relativamente à comunidade

²⁴⁷ SAUNDERS, Gregory, (1983) *the Foreign Policy of Angola Under Agostinho Neto*, Master thesis, Naval postgraduate School Monterey, California 93943, p.31.

²⁴⁸ Idem.

²⁴⁹ Idem.

²⁵⁰ ARAÚJO, Kelly, (2010) Op Cit, (02/06/2014).

internacional. Como consequência direta destes acontecimentos, o movimento acabaria por sair de cena definitivamente²⁵¹.

Nesta conformidade em outubro de 1978 ao fazer um balanço das relações fronteiriças de Angola o presidente Agostinho Neto congratulava-se com a normalização das relações com o Zaire em particular saldando-as de positivas nos seguintes termos:

Quer dizer que a paz foi feita com o Zaire, donde partiam os fantoches, donde enfim partiram atos de agressão que nós tivemos de repelir. Por outro lado, temos a esperança que a partir da Namíbia, onde os sul africanos têm estado a treinar, equipar e municiar os grupos fantoches da UNITA, a solução virá dentro em breve e, certamente, com essa modificação política nós poderemos ter a garantia, com a Namíbia independente, de ter também tranquilidade na fronteira sul. A fronteira Leste está garantida no sentido de paz e tranquilidade porque temos boas relações, excelentes relações, com a Zâmbia, e temos ainda, por outro lado, muito boas relações de solidariedade, de cooperação, com a República Popular do Congo.²⁵²

3.4 Angola e o Processo de Independência da Namíbia

O foco da política externa de Angola na região incidia, em decorrência do exposto no ponto anterior para a fronteira sul, na qual a SWAPO (South West African People's Organization)²⁵³ se esmerava em lutas para a independência da Namíbia ocupada por esta altura pelo regime de Pretória.

Após o fracasso das operações militares da República da África do Sul em Angola em 1975, as suas forças voltariam a fazer incursões em território angolano sob o pretexto de que tinham como objetivo primário atacar campos militares da SWAPO que tinham acesso a bases militares em Angola cedidas pelo MPLA.

Por outro lado, segundo as autoridades de Pretória estas operações se destinavam também a conter o avanço do comunismo na África Austral, pois que para a África do

²⁵¹ Idem.

²⁵² Idem.

²⁵³ “Movimento de libertação Nacional da Namíbia, nascido em 1958 como uma organização em favor da melhoria das condições dos trabalhadores namibianos imigrantes na África do Sul, a SWAPO logo adotou seu novo nome e começou a reivindicar a retirada sul-africana do território e a independência da Namíbia... Ao perceber que ela não podia confiar na comunidade internacional para pressionar o governo de Pretoria, a SWAPO optou pelo começo da luta armada em 1966, após decisão desfavorável da CIJ em relação a ocupação sul-africana” no âmbito da sua luta para a independência gozava do apoio incondicional do governo de Angola “MPLA” para a persecução deste objetivo”. Cfr: LEAL, Marcelo Mesquita. (2011) Op. Cit, p.21.

Sul este representava uma séria ameaça ao poder branco e ao predomínio do capitalismo na região²⁵⁴. Numa destas operações denominada “Operação Reindeer” acabariam por matar um número considerável de pessoas, ascendendo às cinco centenas,²⁵⁵ com muitos civis entre elas. Estes atos constituíam-se, então, num sinal claro e inequívoco de que a guerra não declarada movida pela África do Sul contra Angola havia recomeçado.

O envolvimento das forças de defesa sul africanas em Angola acentuou-se de forma cada vez crescente, mas desta feita com a particularidade de agir em coligação com as forças militares da UNITA, no âmbito da Estratégia Total formalizada através do Livro Branco de Defesa da África do Sul de 1977. Esta política ganhou ímpeto com a subida ao poder de P. W. Botha em Pretória e de Donald Reagan em Washington²⁵⁶. Entretanto, este envolvimento conheceu o seu ponto mais alto em meados de 80²⁵⁷.

3.4.1 Batalha de Cuito Cuanavale

Um dos momentos mais marcantes do envolvimento da África do Sul em Angola foi sem sobra de dúvidas a sua participação na batalha de Cuito Cuanavale travada entre as FAPLA e as FAR e por outro lado a UNITA e as SADF.

Faz-se mister frisar que em meados de 80 o governo do MPLA mostrava-se determinado em eliminar de uma vez por todas a ameaça que a UNITA representava em território angolano. Nesta conformidade as FAPLA lançaram em 1981, 1982 e 1983 algumas ofensivas militares contra a UNITA no sudeste de Angola, porém estas campanhas eram na visão de muitos críticos mal organizadas e denotavam certa falta de enfoque operacional, uma vez que cada um destes ataques obedecia a um mesmo roteiro tornando-os bastante previsíveis.²⁵⁸

Mais ataques foram lançados pelas FAPLA em 1985 e 1986, desta vez com um número maior de efetivos e armamento, acabando do mesmo modo frustrados, sobretudo pelos raids aéreos que as SADF prestavam a UNITA no rio Lomba²⁵⁹.

Entretanto, em julho de 1987, as FAPLA iniciaram uma ofensiva de maior envergadura no sudeste do país, contra as forças da UNITA na tentativa de tomar a região estratégica de Mavinga considerada na altura como região estratégica para alcançar a principal base

²⁵⁴ SAHO, *Angolan-Namibian peace plan is accepted*, in Southern Africa History Online, (25/09/2014).

²⁵⁵ ARAÚJO, Kelly, (2010) Op Cit, (02/06/2014).

²⁵⁶ LEAL, Marcelo. (2011) Op. Cit, p.22.

²⁵⁷ LABUSCHAGNE, Bernice (2009) Op. Cit, p.38.

²⁵⁸ Ibidem, p.38.

²⁵⁹ Idem.

da UNITA a “*Jamba*” na faixa de caprivi. A princípio a operação desenrolou-se a contento das FAPLA, infligindo pesadas baixas a UNITA e as FAPLA se dirigiam a sul para Mavinga²⁶⁰.

As SADF que controlavam os territórios meridionais do sudeste de Angola, ao ver que a ofensiva estava a ter sucesso, intervieram, pois era de seu interesse que a UNITA não sucumbisse as FAPLA uma vez que em seu entender esta situação perturbaria a paz na Namíbia e permitiria que o “*Umkhonto We Siswe*”, o braço militar do ANC, estabelecesse bases em Angola, criando rotas de entrada para a África do Sul a partir da Zâmbia, Botsuana e Zimbábue²⁶¹.

Deste ponto de vista defende Bernice Labuschagne que a intervenção das SADF no conflito, não deve ser entendida como uma situação de guerra entre Angola e a África do Sul, mas sim como uma situação de guerra entre a África do Sul e a SWAPO, pois interessava a Pretoria do ponto de vista do seu interesse nacional, assegurar a existência da UNITA²⁶².

Por outro lado segundo este autor para a África do Sul dois fatores interdependentes justificavam o assumir desta posição: a presença cubana em Angola e a possibilidade de um governo da SWAPO conquistar uma vitória militar na Namíbia, pois a presença cubana em Angola foi sempre vista como um fator de bastante preocupação por Pretória e os governos americanos ligavam sempre a independência da Namíbia a retirada das tropas cubanas de Angola²⁶³.

Em Outubro de 1987 em avanço ao rio Lomba, 40 km a sudeste do Cuito, a 47.^a brigada das FAPLA foi destruída pelas SADF, reclamando agir em socorro as forças da UNITA. Várias outras brigadas das FAPLA ficaram submetidas ao bombardeamento intenso das tropas sul africanas, obrigando-as a retirar-se para a pequena cidade do Cuito²⁶⁴. No início de novembro deste mesmo ano as SADF tinham cercado as melhores unidades das FAPLA no povoado de Cuito Cuanavale e estavam se preparando para eliminá-las²⁶⁵.

²⁶⁰ SAHO, Batle of Cuito Cuanavale, in South African History Online, (21/09/2014).

²⁶¹ Idem.

²⁶² LABUSCHAGNE, Bernice, (2009,) Op. Cit, p.39.

²⁶³ Idem.

²⁶⁴ SAHO, Op. Cit. (21/09/2014) .

²⁶⁵ GLEIJESES, Piero, (2013) *Cuito Cuanavale: A batalha que deu cabo do apartheid*, in Pátria Latina, (20/09/2014).

Diante deste cenário o Conselho de Segurança das Nações Unidas exigiu que as SADF se retirassem incondicionalmente de Angola, mas a administração Reagan que apoiava de forma efetiva a UNITA fez questão de assegurar de que esta exigência não passasse de uma resolução sem maior transcendência criando assim as condições que favorecessem o aniquilamento pelas SADF das unidades de elite das FAPLA²⁶⁶.

A suportar esta ideia estão às palavras proferidas pelo então, secretário adjunto dos Estados Unidos para África Chester Crocker ao embaixador da África do Sul nos Estados Unidos segundo as quais “*a resolução não exige sanções e não estabelece nenhuma ajuda para Angola. Isto não é por acaso, mas sim o resultado dos nossos esforços para manter a resolução dentro de determinados limites.*”²⁶⁷

No início de 1988, fontes militares sul africanas e diplomatas ocidentais asseguravam que era eminente a derrota das FAPLA no Cuito Cuanavale, o que significaria um grande golpe para o governo angolano.

Quanto a tropa cubana, depois de um envolvimento direto na guerra angolana no quadro da operação Carlota, esta mantinha uma postura defensiva, longe dos contactos militares, porém limitando-se em proteger áreas estratégicas apesar dos esforços sul africanos em chama-los aos combates com operações militares sucessivas em território angolano²⁶⁸. A provar esta afirmação estão depoimentos de um especialista em defesa dos Estado Unidos na África Austral Robert Jester que argumenta que:

The Cuban defensive posture was confirmed during the major South African penetration of August/September 1981, when an official statement of Cuban press warned that Cuban forces ‘would go into action with all forces available if the South Africans approached their defensive positions. Similarly in July 1982 Fidel Castro declared that if South African troops strike deeply into Angola and reach our lines, we will fight with all our might against these parasite racist mercenaries’. Thus the Cubans did not intend to fight the South Africans in anything short of a full scale South African invasion.²⁶⁹

²⁶⁶ Idem.

²⁶⁷ Idem.

²⁶⁸ CAMPBELL, Horace (1990), *The Siege of Cuito Cuanavale*, The Scandinavian Institute of African Studies, Sweden, in Current African Issues n.º 10, p.24.

²⁶⁹ Idem.

Entretanto, em resposta a um pedido formulado pelo presidente angolano numa altura em que as FAPLA se encontravam cercadas pelas SADF, o presidente Fidel Castro de Cuba decidiu em dezembro de 1987 prestar o seu apoio, enviando perto de 15 000 dos seus combatentes mais experientes, os seus aviões de guerra mais modernos, tanques e artilharia²⁷⁰, com a intenção de não só de defender o Cuito, mas também de tirar definitivamente as SADF de Angola.

Entretanto com reentrada em cena das FAR, a guerra civil em Angola ganharia um novo rumo. Ou seja, com o reforço humano e material de Cuba, a batalha de Cuito Cuanavale conheceu outro desfecho, e em 23 de março de 1988, as forças sul africanas lançaram o seu último ataque de maior envergadura contra a região, que foi de pronto, e definitivamente rechaçada pelas forças cubano-angolanas²⁷¹.

Não se contentando com a vitória em Cuito Cuanavale, poderosas colunas cubanas avançaram para o sudoeste de Angola, em direção à fronteira da Namíbia. A 26 de Maio o chefe das SADF acabava por reconhecer que as forças cubanas e da SWAPO avançavam rumo ao sul a uns 60 km da fronteira com a Namíbia e em 26 de junho o administrador-geral sul-africano da Namíbia reconhecia que caças cubanos, Mig-23 voavam sobre a Namíbia.²⁷²

3.4.2 Á Mesa das Negociações

A batalha do Cuito Cuanavale e a intervenção cubana em particular, tiveram o condão de se tornar num ponto de viragem bastante importante na história da África Austral, pois enquanto as tropas cubanas avançavam em direção a Namíbia, angolanos, sul africanos e norte americanos e cubanos se enfrentavam em negociações, que começaram em Londres e em Maio de 1988 prosseguiram em Brazzaville, Congo e posteriormente no Cairo Egípto²⁷³ tendo culminado nos acordos de Nova Iorque.

Nestas negociações, dois pontos chave estavam sobre a mesa: a aceitação da implementação da resolução n.º435, do conselho de segurança da ONU, que exigia a independência da Namíbia e um acordo sobre um cronograma da retirada das tropas cubanas de Angola²⁷⁴.

²⁷⁰ Ibidem, p.25.

²⁷¹ GLEIJESES, Piero, (2013). Op Cit, (20/09/2014).

²⁷² Idem.

²⁷³ SAHO, Op Cit, (21/09/2014).

²⁷⁴ GLEIJESES, Piero, (2013). Op Cit, (20/09/2014).

O debate quanto ao vencedor da batalha do Cuito Cuanavale continua em aberto com as partes a reclamarem a vitória, contudo muitos estudiosos deste dossiê são unânimes em concordar que, a incapacidade de ambas as partes lograr alcançar uma vitória decisiva no teatro da guerra tornou as negociações mais atrativas para os contendores²⁷⁵.

O MPLA achava que uma “ofensiva final” contra a UNITA não seria bem sucedida, caso esta contasse com o compromisso das SADF em presta-la o seu apoio. A África do sul temia o avanço cubano, uma vez que esta situação perigava os interesses nacionais sul africanos, sendo que em junho de 1988 as forças cubanas conjuntamente com as angolanas atacariam a barragem de Calueque, situada a 11 km ao norte da fronteira com a Namíbia, causando a morte de 12 elementos das SADF²⁷⁶.

Desta forma a opção mais atrativa para as partes em conflito passava sem sombra de dúvidas pela mesa de negociações.

Refira-se que a aceitação da África do Sul em participar nas negociações para a solução da crise, se constituiu de per si numa indicação clara e inequívoca de mudanças na política regional sul africana, pois, desde a formulação, em 1982 da política americana de “*Linkage*” que vinculava política e diplomaticamente a independência da Namíbia a presença dos Cubanos em Angola, que a África do Sul, a usava como pretexto para sabotar as negociações sobre a Namíbia e a terminar com a ocupação ilegal deste país, como prescrevia a Resolução 435 das Nações Unidas²⁷⁷. O sucesso das negociações em torno da independência da Namíbia e da retirada das tropas Cubanas de Angola é reflexo disso.

Nas negociações a África do Sul tornou claro que só sairia de Angola se os Russos e os seus protegidos cubanos fizessem o mesmo, sendo também a posição defendida pelos EUA no âmbito da política de “*Linkage*” proposta pelo estratega americano Chester Crocker. Importa realçar que na visão de Cuba com estas exigências a África do Sul estava se comportando como um exército vitorioso, quando de facto para Cuba não passava de um agressor derrotado²⁷⁸.

²⁷⁵ LABUSCHAGNE, Bernice (2009), Op. Cit, p.46.

²⁷⁶ Ibidem, p.48.

²⁷⁷ DÖPCKE, Wolfgang, (1998) Op Cit, p.144.

²⁷⁸ LABUSCHAGNE, Bernice (2009), Op. Cit, p.47.

Contudo, quanto a Cuba, apesar do esforço levado a cabo pelos EUA para impedi-la, segundo o historiador americano de origem italiana Piero Gleijeses²⁷⁹ Cuba mudou o curso da história da África Austral ao afirmar que:

A façanha dos cubanos no campo de batalha e sua virtuosidade na mesa de negociações foram decisivas para obrigar África do Sul a aceitar a independência da Namíbia. Seu sucesso no Cuito Cuanavale foi o prelúdio duma campanha que obrigou as SADF a saírem de Angola. Esta vitória repercutiu mais para lá da Namíbia.²⁸⁰

Por outro lado Piero Gleijeses socorre-se das palavras da embaixadora sul africana em Cuba, proferidas em dezembro de 2005, que afirmara que:

Hoje a África do Sul tem novos amigos. Ontem, estes amigos se referiam a nossos líderes e a nossos combatentes como terroristas e nos acoassavam a partir de seus países, e ao mesmo tempo apoiavam a África do Sul do apartheid. Esses mesmos amigos hoje querem que nós denunciemos e isolemos Cuba. Nossa resposta é muito simples, é o sangue dos mártires cubanos e não destes amigos que corre profundamente na terra africana e nutre a árvore da liberdade em nossa pátria.²⁸¹

Na mesma senda, importa também fazer referência aos pronunciamentos de Nelson Mandela a quando da comemoração do 20.º aniversário da Batalha de Cuito Cuanavale na qual se referia sobre a batalha como sendo “*um ponto de viragem para a libertação do nosso continente e do meu povo*”²⁸².

Dito isso, quer se conceba a vitória das forças angolanas e cubanas sobre as SADF na batalha de Cuito Cuanavale ou que as SADF tenham feito uma retirada estratégica nesta batalha, verdade é que esta batalha representou o ponto de viragem no “*status quo*” regional que importa realçar.

Do ponto de vista regional Angola ganhou supremacia aérea sobre África do Sul; as forças regulares da África do Sul, as mais poderosas da região foram derrotadas em Angola; melhorou as relações entre os Estados em guerra e os seus Estados protetores; a

²⁷⁹ Politólogo e Historiador americano de origem italiana, professor de política exterior dos Estados Unidos na Escola de Estudos Internacionais Avançados (SAIS) da Universidade John Hopkins, Estados Unidos.

²⁸⁰ GLEIJESES, Piero, (2013). Op Cit, (20/09/2014).

²⁸¹ Idem.

²⁸² SAHO, Op Cit. (21/09/2014).

Namíbia se tornou independente, o regime segregacionista do apartheid chegou ao fim e deu-se o nascimento de um regime democrático e de direito.

No plano interno ela permitiu que houvesse negociações entre o governo do MPLA e a UNITA, que culminaram nos acordos de paz de Gbadolite e Bicesse, e a criação de um Estado democrático e de direito, um exército unificado resultante dos dois contendores angolanos.

Em outras palavras, a batalha de Cuito Cuanavale foi um confronto sangrento que se deu no meio da guerra fria, no qual cada uma das partes em conflito contou com o grande apoio prestado por uma das superpotências, atribuindo-se a esta batalha o grande feito que se constituiu na cessação efetiva da guerra fronteiriça entre as SADF e as forças leais ao governo do MPLA, e teve por outro lado o condão de levar às negociações de paz entre a África do Sul e República Popular de Angola, que culminaram com a aceitação entre as partes da retirada das SADF do território angolano e das tropas Cubanas de Angola e conduziram a independência da Namíbia.

IV CAPÍTULO: Elementos Favorecedores da Execução Exitosa da Política Externa de Angola

Desde a independência do país, que a política externa do Governo de Angola sob a batuta do MPLA foi formulada visando primordialmente dar resposta as pressões internas e externas que ameaçavam a sua existência.

Nesta conformidade a política externa definida pelo MPLA para o país se propunha essencialmente o alcance de uma série de objetivos específicos que concorressem para que este movimento lograsse ganhar a guerra civil que eclodiu no país em véspera do seu nascimento como Estado soberano, ou seja, a quando do alcance da sua independência de Portugal.

Para o alcance deste objetivo que se caracterizava como sendo vital para a consolidação do seu poder, o MPLA teve de mobilizar as suas forças vivas e recursos para a criação de um ambiente regional favorável que catapultasse o país para a efetivação desta premissa.

Nesta perspectiva a política externa de Angola deve ser entendida como proposto por Assis Malaquias, como sendo o conjunto de estratégias para a sobrevivência do regime traçadas desde a tomada do poder pelo MPLA²⁸³. Do leque destas estratégias podemos desde já ressaltar ao nível regional, a predisposição do governo de intervir ajudando no que fosse possível na luta de libertação contra os regimes de minoria branca na África Austral, pois estes regimes perigavam a sobrevivência de Angola como Estado soberano pelo que esta circunstância os mantinha numa posição diametralmente oposta.

Assim sendo, o apoio prestado pelo MPLA aos movimentos de libertação que lutavam para a independência do Zimbábue, Namíbia e África do Sul, não passou de uma tentativa clara do país influenciar o ambiente regional visando mudar os regimes nos países vizinhos que a ele se mostravam hostis, ou prestavam apoio aos movimentos que se opunham ao MPLA (FNLA e a UNITA).

Ao assumir este posicionamento o governo angolano esperava que estes países proporcionassem ao MPLA os apoios militares econômicos e diplomáticos necessários para a resolução dos seus problemas internos²⁸⁴.

²⁸³ MALAQUIAS, Assis (2000). Angola's Foreign Policy Since Independence: The Search for Domestic Security, Department of Government, St Lawrence University, Canton, New York. in African Security Review, Vol 9, nº3. (29/08/2014).

²⁸⁴ Idem.

Entretanto, alguns elementos que importa trazer ao debate neste capítulo se mostraram de capital importância para o favorável desfecho que este processo conheceu, nomeadamente a falta de clareza na definição da política externa de uma superpotência em relação a Angola, a repugnância que o regime sul africano, principal inimigo regional de Angola, suscitava para a comunidade internacional e finalmente a conciliação de pontos de vista entre a Rússia e os Estados Unidos da América relativamente a questão angolana.

4.1. “Inexistência” de uma Política Clara dos EUA para Angola.

Angola emergiu para a sua autodeterminação num contexto de acirradas disputas geopolíticas, contudo os três movimentos que almejavam a tomada do poder no país forjaram laços complexos de cooperação com aliados externos no contexto da Guerra-Fria. Perante esta situação, alguns elementos tiveram o condão de contribuir para que a política externa de Angola conhecesse um desfecho relativamente favorável conforme formulada pelo MPLA.

Importa salientar, como profusamente retratado neste ensaio em capítulos anteriores que como consequência direta da divisão em aliados estratégicos, os principais antagonistas de um mundo dominado pelo contexto bipolar, o MPLA elegeu a URSS como seu aliado estratégico ao passo que os outros dois movimentos FNLA e a UNITA optaram pelos EUA.

Os Estados Unidos tencionando fazer retroceder o avanço do comunismo no âmbito da política do “roll back”²⁸⁵, enfrentavam sérios reveses no Vietnã e insurgências noutras partes do mundo. No caso concreto de Angola os EUA foram pegos em contrapé pelo colapso do Estado-cliente português em 1974 que não resistiu, em grande medida pelo fardo pesado que as guerras coloniais em África, nomeadamente a par de Angola, na Guiné Bissau e em Moçambique a obrigavam suportar²⁸⁶.

Em Angola para além do apoio que os Estados Unidos prestavam aos seus aliados locais, parece que não tinha uma estratégia perfeitamente definida para o país²⁸⁷, e este facto terá jogado ao desfavor dos seus aliados, pois como abordou-se no capítulo

²⁸⁵ “Rollback” foi um princípio da política externa norte americana durante a Guerra Fria que consistia em fazer retroceder, por força militar, se necessário, o comunismo em países onde estivesse instalado.

²⁸⁶ SOGGE, David, Angola (2009), “*Estado Fracassado Bem Sucedido*”, FRIDE, Fundacion para las Relaciones Internacionales y el Dialogo Exterior, Documento de Trabajo, (12/09/2014).

²⁸⁷ Cfr: III capitulo os EUA.

anterior, o MPLA fruto do apoio massivo que recebeu dos países do bloco socialista, com especial realce para a URSS e Cuba havia logrado tomar o poder em Angola.

Cientes do seu atraso em relação ao envolvimento em Angola como consequência dos acontecimentos ora enumerados, os EUA lançaram-se em campanhas militares visando impedir que um partido de esquerda “o MPLA no caso” consolidasse o seu novo governo.

Visando a persecução deste objetivo os EUA reuniram num primeiro momento o apoio de Mobutu Sesse Seko, o líder ditador zaireense, na altura um forte aliado dos EUA em África. Mubutu em estrita obediência as orientações emanadas pela CIA que em conformidade com o controverso princípio politicamente aceite segundo a qual “os fins justificam os meios” fornecia o seu apoio incondicional a UNITA e FNLA em armas e homens, apesar de reconhecerem o pouco valor que este prestava aos valores defendidos pelo ocidente.

Este facto seria posteriormente reconhecido por Otis Pickers, chefe de uma comissão da Câmara de Representantes dos EUA que elaborara um documento pondo em evidência a colaboração do Zaire na agressão a Angola nos seguintes termos.

O apoio prestado por Mobutu e a sua presteza em ir ao encontro de algumas necessidades diplomáticas dos Estados Unidos, nas confrontações do Terceiro Mundo parecem indicar claramente que o motivo principal da participação dos Estados Unidos no problema angolano e constituído pelo desejo do Dr. Kissinger em premiar e proteger determinados líderes africanos.²⁸⁸

Por outro lado, decorrendo da penumbra existente na definição da sua política externa em relação a Angola, os EUA numa estratégia politicamente mal elaborada em nosso entender, encorajaram a África do Sul segregacionista a intervir militarmente em Angola. Entretanto, a intervenção sul africana em Angola resultou em consequências desastrosas para América, pois quando o envolvimento de Pretória se tornou público, a China um aliado de peso que tinha na região instrutores militares visando assessorar as tropas da FNLA retirou os seus conselheiros da região, e a administração Ford

²⁸⁸ SIERRA, Lázaro (2010), *Angola e África Austral: Apontamentos para a História do Processo Negocial para a Paz (1976-1992)*, Mayamba, p.50-51.

enfrentou resistência do ponto de vista doméstico devido ao seu papel no encorajamento ao regime de Pretória para o seu envolvimento no conflito angolano²⁸⁹.

Ou seja, o presidente Ford pediu a aprovação pelo congresso de mais apoios financeiros para as operações em Angola, contudo muitos membros do Congresso mostraram hesitação quanto a uma intervenção no estrangeiro depois da luta no Vietnam, outros porém, não desejavam uma ligação a República da África do Sul, e outros não acreditavam que a questão (entenda-se, a intervenção em Angola) fosse deveras importante. Concomitantemente o Congresso rejeitou a proposta presidencial que pedia fundos adicionais para a questão angolana²⁹⁰.

Na sequência destes acontecimentos a África do Sul retirou as suas tropas na primavera de 1976, e o MPLA sobreviveu como governo oficial de Angola.

Refira-se que a decisão dos EUA, de instrumentalizar a África do Sul delegando a si quase que exclusivamente a responsabilidade de materializar os objetivos da sua política externa em Angola (sobretudo depois da proclamação da independência do país, pois como notou-se no capítulo anterior, houve uma aproximação entre a UNITA que gozava do apoio americano e o governo sul africano do apartheid visando o seu reforço militar) terá custado um preço bastante elevado e contribuído sobremaneira para o seu fracasso, pois, a África do Sul representava um perigo sério não só para a região da África Austral como para todo o continente africano, uma vez que a par do hediondo sistema político que vigorava neste país, o seu governo de minoria branca ameaçava a independência dos Estados livres da região e postergava a independência do Zimbábue e da Namíbia²⁹¹.

Daí que, parafraseando Ann Talbot, apesar dos líderes norte americanos alegarem reiteradamente que a sua intervenção em Angola prendia-se com a sua preocupação de conter o avanço da influência soviética em África, no período em análise, foram ironicamente às políticas norte americanas (ou a falta delas) que mais contribuíram para o crescimento da influência soviética, do que as políticas da própria burocracia soviética²⁹².

²⁸⁹ Department of State US, *The Angolan Crisis 1974-1975*, in Office of Historian, Milestones: 1969-1976.

²⁹⁰ Idem.

²⁹¹ SIERRA, Lázaro (2010) Op. Cit, p56.

²⁹² TALBOT, Ann (2002) *the Angolan Civil War and US foreign Policy*, in World Socialist Web Site.

Ou seja, a opção de Washington pelo encorajamento e conseqüente apoio a política desestabilizadora da África do Sul em Angola caracterizado por agressões constantes²⁹³, consubstanciando-se no principal instrumento para a estratégia dos EUA em matéria de política externa em Angola terá sido um sinal claro e inequívoco da opacidade estratégica dos Estados Unidos no que a sua agenda externa dizia respeito relativamente a Angola.

Esta decisão propiciou o fracasso de toda uma agenda dos EUA para a região, porquanto, Kissinger em 1976, com a finalidade de buscar apoio diplomático necessário a política anti angolana de Washington, ou seja, visando expor aos líderes africanos a essência da chamada nova política dos EUA para a África Austral, empreendeu um périplo por vários países africanos, no qual, sendo a sua pretensão visitar a Libéria, Quênia, o Senegal, o Zaire, a Zâmbia, a Nigéria, a Costa do Marfim e o Gana, este programa conheceu alguns contratemplos que limitaram o seu alcance, pois países como a Libéria, o Quênia e o Gana, não aceitaram recebê-lo. Uma vez que a imagem dos EUA estava bastante deteriorada devido aos resultados da agressão a Angola²⁹⁴.

4.2 Mudança de Regime/ a Transição Democrática em Angola

Importa frisar que de grande importância se cifrou também nas contas finais para o relativo êxito que a estratégia do MPLA conheceu na persecução dos seus objetivos políticos ao nível região, a mudança de regime a que o Estado angolano teve de se submeter, uma vez que o país não se podia manter a margem daquilo que era o curso que a história política universal impunha a escala internacional.

Assim sendo há que destacar as conseqüências resultantes para o regime de relações internacionais em geral e para os laços que ligavam a URSS a Angola em particular da eleição pelo Comité Central do Partido Comunista da União Soviética de Mikhail Gorbatchov como Secretário-Geral do partido em 1985²⁹⁵, pois com a sua chegada a mais alta magistratura do Estado soviético este dirigente procurou aproximação diplomática com o seu arqui-rival os EUA encerrando um capítulo de décadas de hostilidades mútuas no âmbito da Guerra Fria.

²⁹³ Recordar que as agressões da África do Sul a república de Angola tinham por finalidade segundo Pretoria de acabar com o uso de Angola como uma base para as “forças rebeldes” que lutavam para a independência da África do Sul e da Namíbia ocupada pela África do Sul.

²⁹⁴SIERRA, Lázaro Cárdenas (2010), Op. Cit, p,61-62.

²⁹⁵ MILHAZES, José (2014), Angola, O princípio do Fim da União Soviética, 2.ª Edição, Veja, p.133.

Mikhail Gorbatchov assumiu desde logo o compromisso de se aproximar por via do dialogo ao anterior antagonista e consequentemente implementar reformas tanto políticas como económicas que conduziriam ao desmembramento da URSS e a abertura do regime ao sistema político democrático no seu território, pelo que a Angola cujo regime no poder tinha fortes ligações a esta força política mundial não restava opção senão seguir as mesmas pegadas.

Tendo em conta o novo cenário que se começava a desenhar no panorama político internacional, como forma de não se manter a margem da dinâmica global, o Estado angolano, sobretudo devido ao reconhecimento pelos grandes mentores da situação de instabilidade política que se vivia na região e em particular em Angola, de que a haver uma solução para a questão angolana esta passava necessariamente pela via do dialogo entre as partes envolvidas no conflito, sobretudo ao nível dos seus aliados internos, MPLA e a UNITA uma vez que a FNLA por razões ora abordadas já se encontrava numa posição de alguma inferioridade, sobretudo depois do exílio do seu líder em França, apesar de que pela singularidade que caracteriza o sistema democrático este ator político de incontornável importância para o processo de emancipação de Angola se visse com alguma naturalidade no direito de concorrer às eleições com as outras forças políticas que outrora enquanto movimentos se bateram pela independência do país, começava de facto a ganhar forma a ideia do retorno aos princípios plasmados na plataforma de entendimento acordada em Alvor, que previa no seu sexto capítulo eleições para a determinação dos legítimos representantes do Estado angolano²⁹⁶. Desta forma o regime socialista de inspiração Marxista e Leninista instaurado pelo MPLA consubstanciado essencialmente no monopartidarismo como modelo político em vigor em Angola se aproximava a passos largos e de uma forma irreversível para o seu fim.

Uma solução negociada para a questão angolana implicava ao nível interno o reconhecimento e a consequente legitimação da existência de outros atores políticos que naturalmente como é de facto a ambição de qualquer força política aspirasse a tomada do poder político, que é a garantia do agir político²⁹⁷ em Angola, contudo esta condição só se tornava possível por via de um sistema democrático, pelo que era necessária a abertura do país ao jogo democrático, que consistia na instalação de um governo

²⁹⁶ Acordos de Alvor, capítulo VI, artigo 40 á 44. Disponível em: <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=descon21> (20/02/2015).

²⁹⁷ BRUNO, Lúcia, Poder político e sociedade: qual sujeito; qual objeto? Disponível em: www.usp.br/prolam/downloads/nespi_023ok.pdf (20/02/2015).

escolhido na base de uma eleição competitiva, desde o momento em que o escrutínio fosse conduzido de uma forma livre e justa e conduzido dentro de uma matriz de liberdades civis, e que todos os concorrentes aceitem a validade do resultado das eleições²⁹⁸.

Nesta ordem de ideias em Maio de 1991 foram assinados os acordos de Bicesse em Portugal, entre o MPLA e a UNITA que se saldaram na introdução do multipartidarismo, e em Setembro de 1992 foram realizadas as primeiras eleições da sua história²⁹⁹, que tendo como base a lógica que infelizmente impera na maior parte dos casos os países em África, segundo a qual, só se considerem as eleições livres e justas para os líderes políticos quando o seu partido vence as eleições³⁰⁰, o país voltou a mergulhar numa guerra civil sangrenta pós-eleitoral, em decorrência da não aceitação dos resultados eleitorais pela UNITA, que só conheceu o seu fim com a morte em combate de Jonas Savimbi líder da organização em 2002.

4.3 O Repúdio Internacional e Derrocada do Regime de Segregação Racial da África do Sul (Apartheid)

Outro elemento que terá concorrido para o êxito estratégico do governo angolano no processo de execução da sua política externa terá sido sem sombra para dúvidas, a imagem repugnante que o sistema de segregação racial vigente na época na República da África do Sul “o apartheid” fazia passar no mundo.

Contribuíram para esta situação dentre outros, os acontecimentos do dia 21 de Março de 1960 quando ocorreu um protesto pacífico organizado pelo Congresso Pan-Africano (CPA), na cidade de Sharpeville, em reação a aprovação pelo regime segregacionista de uma das suas polémicas leis, a lei de passe “Pass Laws”, que restringia a mobilidade dos negros sul africanos, ou seja, o direito de ir e vir³⁰¹.

Na sequência deste protesto a polícia sul africana reprimiu os manifestantes com recurso a força, tendo deixado uma cifra de 67 mortos e 187 feridos³⁰², entretanto, esta data passou a ser de facto um marco que acabou cunhando negativamente o regime do

²⁹⁸ FRANCISCO, Alberto André Carvalho, in <https://www.observatoriodafrica.wordpress.com/2012/06/30/transicao-democratica-em-angola/> (20/02/2015).

²⁹⁹ GOMES, Miguel, Memórias de Mandela em Luanda, in: <http://www.redeangola.info/especiais/memorias-de-mandela-em-luanda/> (21/02/2015).

³⁰⁰ FRANCISCO, Alberto André Carvalho, Op Cit.

³⁰¹ MOSELY, Erin, *South African Apartheid and the Transition to Democracy*, Committee on African Studies, Havard University, (02/09/2014).

³⁰² Idem.

Apartheid, pois foi a partir desta data que a comunidade internacional passou a posicionar-se efetivamente contra o regime sul-africano.

Mas importa destacar que apesar destes acontecimentos, marcadamente de índole política, foi nas décadas de 60 e 70 que a África do Sul conheceu um dos seus melhores ciclos de crescimento económico, e para este desiderato terá concorrido o facto dos países capitalistas como a Grã-Bretanha, a Alemanha Ocidental e os EUA manterem relações económicas privilegiadas com Pretoria³⁰³.

Em finais da década de 70, a África do Sul começou a perder o apoio dos seus principais aliados forçosamente pela dureza e desumanidade relativa ao seu sistema político. Entretanto, Portugal um dos principais aliados políticos regionais, por via das suas colónias Moçambique e Angola, abriu mãos as suas possessões concedendo as suas independências, e na Rodésia, hoje Zimbábue, o sistema de segregação racial de Ian Smith estava também chegando ao fim³⁰⁴.

Assim, a África do Sul caminhava em direção contrária a que a conjuntura internacional impunha, visto que com o final da segunda Guerra Mundial, a criação das Nações Unidas e a preocupação com a Guerra Fria, as nações não viam com bons olhos a perpetuação de um sistema político que se mostrava contrário aos princípios basilares defendidos pela quase totalidade dos Estados e pelos organismos internacionais de carácter universal como é o caso da ONU, e este facto empurrou a África do Sul para uma situação de isolamento diplomático³⁰⁵.

Marcando por outro lado de forma clara, a inaceitável brutalidade do regime de Pretoria está à forma como lidou com o levantamento da população negra contra a lei de educação bantu “*Bantu Education Act*”³⁰⁶ no Soweto em 1976, onde tal como em

³⁰³ A Grã-Bretanha manteve-se na condição de principal investidor estrangeiro na África do Sul, representando cerca de 10% de todo o capital investido fora da ilha. A Alemanha Ocidental tinha as suas exportações para a África do Sul a superar as vendas Britânicas, por outro lado a Alemanha Ocidental estabeleceu com a África do Sul uma relação de Cooperação muito boa no campo militar, tendo neste âmbito Pretoria beneficiado da transferência de tecnologia bélica Alemã. A França envolveu-se também no lucrativo comércio de equipamentos bélicos com a África do Sul, fornecendo a Pretoria caças Mirage á Força Aérea sul africana. Por seu turno as grandes corporações americanas, nomeadamente GM, Ford e Crysler demonstraram a sua confiança ao sistema multiplicando os seus investimentos e reforçando a sua hegemonia no mercado automobilístico da África Austral. Ver: NASCIMENTO, Lorrane Campos do, (2009) Análise do Apartheid como Crime Contra a Humanidade, Centro Universitário de Brasília. Monografia apresentada a Universidade de Brasília para obtenção do grau de Bacharel. P.34.

³⁰⁴ Ibidem, p.35.

³⁰⁵ Idem.

³⁰⁶ O “**Bantu Education Act, 1953**” foi uma lei de segregação que legalizava vários aspectos do sistema do apartheid. O seu maior objetivo era promover a separação com base na raça dos estudantes nos estabelecimentos educacionais. Ver: <http://en.wikipedia.org/wiki/Bantu_Education_Act,_1953>.

Sharpeville a polícia abriu fogo contra manifestantes pacíficos, matando dois jovens estudantes, Hastings Ndlovu e Hector Pieteron, dando o mote para uma série de manifestações em mais de 100 áreas urbanas e rurais do país, transformando desde essa data a África do Sul num país quase ingovernável³⁰⁷.

As manifestações de Soweto tiveram grande impacto não só na comunidade negra, mas também nas sociedades brancas da África do Sul, pois tornaram-se no maior desafio ao governo e ao sistema do apartheid, uma vez que após estes acontecimentos o governo do primeiro Ministro J.B Vorster e a comunidade branca sul africana já não podiam continuar a ignorar as exigências para a mudança de regime da população negra sul africana, por outro lado, o mundo passou a prestar uma atenção especial aos métodos e as táticas de opressão usadas pelo apartheid³⁰⁸. Em suma pode dizer-se que Soweto, foi o ponto de viragem da luta contra o apartheid, tendo se constituído na visão de muitos historiadores como o começo do fim do Apartheid³⁰⁹.

O agastamento da comunidade internacional relativamente ao regime repressivo de Pretória começou a evidenciar-se na maior tribuna política mundial, a Organização das Nações Unidas, tendo a esse respeito sido aprovada uma série de instrumentos legais condenando a política de segregação racial do apartheid e pedindo que todos os membros da ONU rompessem as relações comerciais e militares com a África do Sul.

Dentre estes instrumentos há que destacar a resolução 392 de 19 de Junho de 1976, resultante de um pedido formulado por representantes de alguns países africanos, nomeadamente do Benin, da República Árabe da Líbia e da República Unida da Tanzânia, que por meio de uma carta enviada ao presidente do Conselho de Segurança da ONU solicitaram uma reunião de emergência para analisar as medidas repressivas, incluindo assassinatos de Wanton, perpetrados pelo regime sul africano do Apartheid contra a população negra no Soweto e em outras regiões da África do Sul.

Esta resolução comportava cinco pontos principais que estipulavam o seguinte:

Profundamente chocados pelos assassinatos a larga escala e ferimento de africanos na África do Sul na sequência dos cruéis disparos contra o povo africano incluindo crianças e estudantes manifestando-se contra a discriminação racial a 16 de junho de 1976, convencidos que esta situação decorreu pela imposição continuada do apartheid e

³⁰⁷ MOSELY, Erin. Op. Cit p.4

³⁰⁸ NEALE, Troy, *South Africa 1960-1994, Modern History*, in HSC Online, (03/10/2014).

³⁰⁹ Idem.

da discriminação racial pelo governo da África do Sul, desafiando as resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas e da Assembleia Geral:

1. Condena veementemente o governo da África do Sul pelo seu recurso a violência massiva contra e o assassinato de africanos incluindo crianças e estudantes e outros oponentes a discriminação racial;
2. Expressa a sua profunda simpatia para com as vítimas desta violência;
3. Reafirma que a política do apartheid é um crime contra a consciência e a dignidade da espécie humana e um sério distúrbio a paz e segurança internacionais;
4. Reconhece a legitimidade da luta do povo sul africano para a eliminação do apartheid e da discriminação racial;
5. Apela ao governo sul africano para a cessação urgente da violência contra a população africana e a tomar passos urgentes para eliminação do apartheid e da discriminação racial.³¹⁰

O regime sul africano foi conhecendo condenações sucessivas pela Assembleia Geral da ONU, pois este se mostrava na sua essência extremamente contrário aos ideais emanados dos artigos 55 e 56 da Carta da organização.

Nesta conformidade em 1966 a Assembleia Geral rotulou o apartheid como um crime contra a humanidade por meio da resolução 2202 A (XXI) de 16 de dezembro de 1966, e em 1984 o Conselho de Segurança aprovou esta determinação com a resolução 556 de 23 de Outubro de 1984³¹¹.

A Convenção sobre a supressão e punição do crime do apartheid³¹² foi um o passo importante na condenação do apartheid, pois esta convenção não só declarava o apartheid como sendo ilegal porque violava a Carta das Nações Unidas, mas também declarava-o criminoso³¹³. Ela foi adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas a 30 de Novembro de 1973 com 91 votos a favor e quatro votos contra (Portugal, África

³¹⁰ UN Resolution on Soweto, *Document 77: Security Council Resolution: situation in South Africa – Killings and Violence by the regime in Soweto and Other Areas*, (07/10/2014).

³¹¹ DOUGARD, John (2008), *Convention on the Supression and Punishment of the Crime of Apartheid*, in United Nation Audiovisual Library of International Law, (02/09/014).

³¹² Em ingles: “Convention on the Suppression and Punishment of the Crime of Apartheid”

³¹³ DOUGARD, John (2008), *Op Cit*, p.1.

do Sul, Reino Unido e Estados Unidos) e 26 abstenções. Tendo entrado em vigor a 18 de Julho de 1976. Em agosto de 2008 foi ratificada por 107 estados³¹⁴.

4.3.1 Movimento Internacional Anti Apartheid

Ao nível interno o nascimento e crescimento de movimentos anti apartheid se fez sentir por meio dos movimentos de resistência organizados no interior da África do Sul como o Congresso Nacional Africano (ANC), o Partido Comunista, as igrejas africanas, entre outras e subsequentemente organizações como o Congresso Pan Africano (PAC), fundado em 1959 por Robert Sobukwe, a Organização dos Estudantes Sul Africanos (SASO) fundada em 1969 por Steve Biko³¹⁵, e num período posterior a Frente Democrática Unida, fundada em 1983 que provaram ser de incomensurável importância para o fim do apartheid³¹⁶. Entretanto logo após as manifestações de Soweto, assistiu-se no plano externo a um exacerbar de campanhas internacionais em repúdio ao regime de Pretoria que ficou conhecido como Movimento Internacional Anti-Apartheid.

Nascido na Grã Bretanha durante uma reunião, de sul africanos exilados em Londres e seus apoiantes, muito rapidamente este movimento se espalhou para outras paragens³¹⁷. Este movimento organizava boicotes, publicava o jornal Boycott News, organizava reuniões públicas de apoio ao ANC e do Congresso Pan Africano, e trabalhava arduamente para conseguir o envolvimento ativo da ONU, da Commonwealth britânica, do movimento dos Não Alinhados, da Organização de Unidade Africana, e muitas outras organizações a sua luta³¹⁸.

Há que referenciar entre os notáveis feitos deste movimento, a importância das campanhas que esta levou a cabo, tendo culminado com o boicote popular no interior da África do Sul por um lado, e por outro, o papel que desempenhou para a imposição de sanções, que o governo sul africano foi alvo da parte ONU e que quase tornaram

³¹⁴ Idem.

³¹⁵ Recorde-se que Steve Biko foi um carismático porta voz do Movimento de Consciência Negra “Black Consciousness Movement”, galvanizado pelo movimento dos direitos civis dos EUA, que defendia que a “África do Sul era um país negro num continente negro e que a liderança negra interesses e valores tinham de se fazer valer e de dominar” (Ver: NEALE, Troy, Op Cit p.4) ou seja, os negros deviam ser os donos do seu próprio destino. Esta figura acabaria sendo mais uma notável vítima do regime de Pretoria, tendo sido preso e assassinado pelas forças de segurança sul africanas em 1977. O assassinato de Steve Biko inflamou a militância política na população negra da África do Sul particularmente da comunidade jovem estudante, e tornou esta figura o ponto de convergência das manifestações contra a crescente opressão do apartheid.

³¹⁶ ENCYCLOPEDIA of Activism and Social Justice, *Anti-Apartheid Movement*, Sage Reference (06/10/2014).

³¹⁷ Ibidem, p.4.

³¹⁸ Idem.

efetivamente a África do Sul num “Estado Pária”³¹⁹, bem como a provisão de ajuda humanitária aos refugiados, e a ajuda militar e não militar que o movimento de libertação sul africano recebia.

4.3.2 Fim do Apartheid

Devido ao regime do apartheid, a África do Sul ficou submetida ao isolamento internacional tendo o seu governo sofrido a condenação das Nações Unidas por meio de conferências e resoluções, incluindo a Conferencia Mundial Contra o Racismo em 1978 e 1983³²⁰.

Por iniciativa da ONU verificou-se um imenso movimento de condenação repudio e isolamento, dando lugar a pressões para que investidores retirassem o capital das empresas sul africanas e cortassem relações comerciais com o país. Aos atletas sul africanos foi interdita a participação em eventos internacionais e o turismo na região foi boicotado³²¹.

Em meados da década de 80 o governo sul africano apercebeu-se que de facto o apartheid se estava enfraquecendo e que deveriam ser tomadas providencias para contornar a situação. O país se encontrava em “Estado de Emergência” decretado precisamente em 1985 e o número de protestos, casos de violência contra a população de minoria branca, atentados graves estavam se tornando cada vez maiores, pelo que era preciso ceder³²².

Foi assim que em sinal do compromisso do governo de minoria branca com a mudança de regime, em fevereiro de 1990, Nelson Mandela, o carismático líder do ANC que anos antes tinha sido condenado a prisão perpetua pelo regime de Pretoria, foi libertado, marcando assim o início do processo de transição da segregação racial para a democracia sul africana.

Após a adoção de uma “Constituição Interina” em 1994 realizaram-se as primeiras eleições democráticas na África do Sul, tendo Nelson Mandela sido eleito o primeiro presidente negro da África do Sul, e com a entrada em vigor em Dezembro de 1996 da nova Constituição sul africana, formalizou-se o fim do Apartheid³²³.

³¹⁹ MOSELY, Erin. Op. Cit p.4.

³²⁰ Ver: JORNAL do Brasil, 1962 – A ONU Condena o Apartheid, (07/10/2014).

³²¹ Idem.

³²² NASCIMENTO, Lorrane Campos do (2009), Op. Cit, p.36.

³²³ Idem.

4.4. Alinhamento Político Entre os EUA e a Rússia.

Como ficou provado neste trabalho os principais contendores da guerra civil angolana beneficiaram de apoios a larga escala das superpotências no âmbito da vigência do sistema político bipolar. Esta situação colocava a questão angolana na órbita do conflito ideológico entre os dois blocos pela procura de zonas de influência no terceiro mundo.

Assim, importa frisar que a URSS persistiu com os seus esforços de apoio ao MPLA em Angola, porque tinha um grande interesse ideológico e geoestratégico, pois para o bloco do leste uma vitória do MPLA em Angola, representava um importante golpe ao imperialismo ocidental, desta forma, no âmbito desta competição a decisão de Angola, na figura do MPLA, de juntar-se a esfera soviética de influência era de per si encarada como uma vitória crítica contra os EUA³²⁴.

Os EUA por seu turno, visando contrariar a tendência de vitória da URSS que em Angola se começava a desenhar, desenvolveram num primeiro momento a ideia de infligir uma derrota militar ao MPLA, fazendo para o efeito recurso as tropas de defesa sul-africanas e a UNITA, porém não se vislumbrando a possibilidade de êxito deste projeto, no início de 1987 notava-se que a administração Reagan, tinha recalibrado o seu pensamento estratégico e denotava a intenção de ao invés da opção militar, levar adiante uma ofensiva diplomática na África Austral, encaminhada a retomar a iniciativa na promoção de uma solução regional e restaurar a sua deteriorada imagem devido o fracasso da sua política regional³²⁵.

Assim, se justifica a promoção por parte de Washington de encontros com o governo de Luanda dando início as conversações que culminariam com a assinatura dos acordos tripartidos, em 22 de dezembro de 1988 entre Angola, Cuba e África do Sul, e dos acordos bipartidos entre Angola e Cuba³²⁶.

Por outro lado, se durante a Guerra Fria os fatores ideológicos e geoestratégicos eram de suma importância, o seu fim veio reduzir de forma drástica a sua abordagem, uma vez que a Rússia não tinha como justificar a dedicação de uma atenção especial a uma região tão longínqua como Angola, quando ao nível interno os desafios com que se deparava exigiam atenção redobrada e ações urgentes.

³²⁴ MALAQUIAS, Assis, *Angolan Foreign Policy, Pragmatic Recalibration*, Occasional Paper nº 84 South African Foreign Policy and African Drivers Program, in South African Institute of International Affairs, (10/09/2014).

³²⁵ SIERRA, Lázaro, (2010), Op. Cit, p,207.

³²⁶ Ibidem, p,267.

O fim da Guerra Fria e o colapso da URSS trouxeram profundas mudanças no panorama político internacional afetando sobremaneira o posicionamento da Rússia no cenário internacional, sendo que a Rússia, já não mais se engajava no confronto ideológico com o ocidente, tendo abandonado o seu engajamento direto em Angola, um dos palcos de batalha que merece destaque pela dinâmica imprimida pelas superpotências no âmbito da Guerra Fria.

Imediatamente depois da Guerra Fria, durante os acordos de paz de Bicesse, o envolvimento da Rússia encontrava-se alinhado com o de Portugal e dos EUA como membros da Troika de observadores das Nações Unidas em Angola³²⁷.

A Troika de observadores da ONU tinha por incumbência jogar um papel construtivo e neutro na transição de Angola da guerra para a paz³²⁸, e nesta conformidade a Rússia não se devia comportar como se fosse favorável ao MPLA e por seu turno os EUA não se deviam mostrar favoráveis a UNITA.

As reflexões de Jorge Valentin tendem a apontar para a dedução de que o pensamento político dos EUA em relação a questão angolana, não terá sido bem explorado ou ao menos percebido da parte do seu cliente no conflito, ou seja, parece que a real dimensão e razão de ser da estratégia norte americana de financiamento a UNITA, mesmo depois da cessação dos apoios que este movimento recebia da África do Sul como consequência da aplicação dos acordos de Nova Iorque de 1988 nunca terão sido de facto percebidos³²⁹.

Segundo este autor, o apoio que a UNITA recebia dos EUA se destinava somente a persuadir o governo angolano de que a haver uma solução para o conflito angolano, esta não devia ser militar, ou seja, que a solução militar para o conflito angolano não era uma opção, entretanto, a verdadeira posição dos EUA em relação aos esforços da UNITA pela democracia multipartidária não se devia confundir com o interesse americano por uma vitória militar da UNITA³³⁰ ou por outras palavras, a UNITA não terá passado de “um meio” de que os americanos se terão socorrido para a democratização de Angola.

³²⁷ Ibidem, p.9

³²⁸ Idem.

³²⁹ VALENTIN, Jorge (2010), *Caminho para a Paz e Reconciliação Nacional – de Gbadolite a Bicesse (1989-1992)*, 2.ª edição revista, Mayamba, p.125.

³³⁰ Ibidem, p.126.

Entretanto, o fim da guerra fria não teve para a UNITA o impacto que dela se esperava, sobretudo da parte do seu aliado no conflito angolano, pois sendo que os EUA saíram da guerra com a superpotência ganhadora, era expectável da parte dos dirigentes da UNITA e não só, que tal vitória se refletisse no plano interno em Angola, porém isso não se verificou em Angola como, aliás, o general Samuel Chiwale, uma incontornável figura da UNITA reconheceu:

Em 1990, dá-se a queda do regime soviético, assim como do Pacto de Varsóvia. Infelizmente, as boas novas nem sempre vêm acompanhadas por bons ventos: verificou-se, quanto a Angola, uma aproximação de pontos de vista entre Russos e Americanos, no sentido de mais uma vez, se sacrificar a UNITA em benefício do MPLA. Foi por isso que quando se falou de Bicesse, em 1990, o Dr Savimbi, atento a essa situação, havia alertado: Temos de estar atentos, uma vez que podemos estar diante de uma armadilha. Este casamento entre os EUA e a União Soviética não é nada bom para os angolanos. Se, por um lado, significa o fim daquilo contra o qual lutamos este tempo todo e saímos vitoriosos, por outro, poderá significar uma tentativa desses blocos, de se unirem contra nós. Não nos esqueçamos que a UNITA luta para a libertação das camadas mais pobres de Angola e pela identidade do próprio angolano de modo a que amanhã ele seja o verdadeiro dono do país e a ditar as regras do jogo. Como não é essa a política do MPLA, decerto que eles farão tudo por tudo para os manter no poder, portanto todo o cuidado é pouco.³³¹

Importa realçar que, apesar das turbulentas relações políticas que caracterizavam os EUA e governo de Angola liderado pelo MPLA, no plano económico as relações entre os dois países eram bastante suaves e sólidas, pois os investimentos e conhecimento americanos desempenhavam um papel considerável na rápida expansão da produção petrolífera de Angola nos anos 80 e 90³³².

Este terá se constituído no fator que favoreceu o melhoramento das relações entre os dois governos logo após a opção do governo angolano de passar do sistema de orientação marxista leninista monopartidarista para o sistema democrático de inspiração americana multipartidarista.

³³¹ CHIWALE, Samuel (2011), *Cruzei-me com a História*, Sextante editora, 2011, 2-ª edição, p.275.

³³² MALAQUIAS, Assis, (2011), Op. Cit, (10/09/2014).

Em suma pode concluir-se que a queda do muro de Berlin em 1989 significou não só o derrube do sistema socialista, como paradoxalmente significou também o ruir da UNITA, pois com a certeza de que a União Soviética não teria força de continuar em África, os EUA começaram paulatinamente a aproximar-se do regime de Luanda³³³. Assim sendo a luta da UNITA, só pode se justificar na perspectiva americana, como uma contribuição valiosa para que o governo de Angola mudasse a sua política interna de um regime marxista-leninista para um regime democrático multi partidário.

³³³ EMÍDIO, Fernando, (2012), Jonas Savimbi, no Lado Errado da Historia, 4.ª edição, D. Quixote, p.247.

CONCLUSÃO

O atípico processo que conduziu Angola á independência, caracterizado pela existência de três principais movimentos com bases ideológicas diferentes e mais grave ainda, comprometidos com aliados externos antagônicos que se constituíam no tempo da Guerra Fria na sua principal base de apoio externo, arrastou o país para uma das mais fratricidas guerras do continente africano.

Esta situação resultou em grande medida do facto de que os três movimentos de Libertação de Angola nomeadamente MPLA, FNLA e UNITA, a par da complexidade das suas alianças externas, defendiam intransigentemente os seus objetivos meramente egoístas, que em boa verdade estavam completamente despidos do nacionalismo que os uniu durante a luta de libertação nacional, ou seja, deixaram para o segundo plano o sentido de Estado que deles era de esperar, não obstante se reconheça que estes tenham sido pressionados a enveredar por esta via, porque nenhuma das superpotências na altura se mostrava disposta a perder um cliente da sua órbita, o que transformou o país num palco perfeito para o confronto indireto entre estes.

Deste confronto o MPLA acabou sem sombra de dúvidas por ser o mais beneficiado, pois o seu aliado estratégico, a URSS, logrou investir muito mais em esforço e meios, a causa do seu cliente com o envio de grandes quantidades de material bélico e exerceu advocacia para o envio de tropas cubanas em defesa do MPLA, ajudando este movimento a tomar o poder por altura da transição política.

Os Estados Unidos a braços com a gestão de questões internas delicadas como o escândalo provocado pelo caso Watergate e a intransigência da opinião pública americana em combater o comunismo muito longe das suas fronteiras, devido em grande medida ao catastrófico resultado na guerra do Vietnam, acabaram por frustrar os intentos dos seus aliados em Angola, tendo sido forçados á partirem para uma contra ofensiva em situação de desvantagem.

Após o alcance da independência em Angola, ao MPLA colocavam-se desafios extremamente complexos como a consolidação do poder político e a resolução do conflito interno. Estes desafios levaram o novo governo a pensar na formulação de uma política externa regional que contribuísse de forma decisiva para a materialização destes objetivos. Pois desde muito cedo, fruto da invasão sofrida por altura da proclamação da

independência por alguns países vizinhos, o MPLA percebeu a relação intrínseca que se devia estabelecer entre a sua política externa e a garantia da segurança doméstica do seu regime.

Nesta conformidade visando a sobrevivência do regime o governo angolano viu-se forçado a adotar uma ousada política externa regional que passava incontornavelmente pela assunção de que todos os regimes hostis ao seu projeto de Estado deveriam com a intervenção direta ou indireta de Angola conhecer um rápido colapso.

Dentre estes regimes, sobretudo pela sua natureza, poderio militar e influência regional, a prioridade do MPLA passava por desalojar o apartheid sul africano e o regime de Mobuto Sesse Seko no Zaíre, uma vez que estes serviam de importantes bases de apoio a UNITA que no plano interno se constituía na principal fonte de instabilidade no país.

Apesar das dificuldades que o país teve de enfrentar, para efetivamente manter a linha desta política externa regional, expressa formalmente no compromisso assumido pelo seu primeiro presidente António Agostinho Neto por altura da proclamação da independência do país, segundo o qual na Namíbia, Zimbábue e na África do Sul estava a continuação da luta de Angola, o país logrou de facto alcançar feitos políticos regionais dignos de encher de orgulho uma vasta franja da sua população, malgrado o facto de que no período em análise, do ponto de vista do seu desempenho económico se verificasse uma tendência proporcionalmente inversa, resultante em grande medida dos altíssimos custos que a sua estratégia requeria por um lado, e por outro, da política de sabotagem e desestabilização levada a cabo pelo regime sul africano na região e em Angola em particular.

Entre as principais conquistas da política externa regional de Angola salta à vista a alteração da correlação de forças na região, bem como o contributo do país para a libertação e pacificação da África Austral, que se resume em poucas palavras no seu envolvimento para a independência da Namíbia ilegalmente ocupada pela África do Sul, o último bastião do colonialismo no continente africano, e no esforço levado a cabo por Angola na luta para o fim do sistema de segregação racial na África do Sul prestando um inestimável apoio ao ANC.

Importa referenciar que apesar do valoroso esforço empreendido pelo governo de Angola para o alcance destes resultados no que a sua política externa regional diz

respeito, fatores externos se mostraram de suma importância para o logro deste desiderato.

Assim, é de destacar num primeiro momento o vital e inestimável apoio tanto político, diplomático como militar que o MPLA recebeu dos países do bloco soviético no contexto da Guerra Fria, bem como da intervenção direta que as Forças Revolucionárias de Cuba tiveram na guerra civil angolana.

Por outro lado a própria mudança que se verificou no panorama político mundial consubstanciada no fim do confronto político ideológico entre os dois blocos no âmbito da Guerra Fria fazendo emergir uma única superpotência mundial, os Estados Unidos da America, terá favorecido até certo ponto a materialização do objetivo de consolidação do poder traçado pelo MPLA no âmbito da sua agenda política externa.

Os EUA, desde muito cedo adotaram uma posição bastante ambígua relativamente a questão angolana, prestando o seu apoio aos inimigos tanto internos como externos do MPLA, no contexto da confrontação político ideológica entre as duas superpotências. Entretanto, do ponto de vista económico mantinham boas relações com o governo de Angola, sendo que as companhias americanas detinham quase que exclusivamente o monopólio na exploração dos recursos petrolíferos do país. Esta condição em nosso entender terá em grande medida contribuído para que os EUA não radicalizassem a sua posição no final de contas quanto ao reconhecimento e consequente legitimação do governo do MPLA em Angola.

A atuação norte americana relativamente a questão angolana se aceita do ponto de vista da teoria política tendo como base o pressuposto da defesa dos interesses nacionais, que defende a ideia de que a política persegue (quase) sempre objetivos económicos, e nesta conformidade os interesses económicos dos EUA estiveram sempre preservados em Angola independentemente do facto do governo angolano assumir-se do ponto de vista político ideológico como sendo de esquerda.

O apartheid, que a todos os níveis se condenava pelo método do uso indiscriminado da violência contra a população de maioria negra a que se socorria para a perpetuação do “*status quo*” na África do Sul, contribuiu de algum modo para que as palavras do presidente Agostinho Neto relativamente a política externa regional de Angola se tornassem proféticas. Pois este regime gozava da condenação de um grande número de

Estados tanto do bloco ocidental como do bloco do leste, inclusive até de países que no âmbito da Guerra Fria prestavam de forma cínica o seu apoio ao regime.

Ainda no que diz respeito aos elementos que contribuíram para o êxito da política externa de Angola, há que destacar por último, a decisão da Rússia de focar-se na resolução dos seus problemas internos logo a seguir a queda do muro de Berlin. O assumir desta posição viabilizou a conciliação de pontos de vista entre os outrora antagonistas relativamente a questão angolana.

Importa fazer menção ao facto de que na sequência destes desenvolvimentos, para o MPLA que assumia de forma clara e inequívoca ser um partido Marxista-Leninista a nova situação a que se tinha de submeter parecia ser de algum desconforto, pois o projeto de edificação de um Estado socialista em Angola como era o seu propósito parecia assim gorado, uma vez que estavam abertas as portas para a mudança de regime em Angola por um lado. Porém, tendo em conta o desfecho que os resultados do processo eleitoral de 1992 ditaram no país, traduzidos numa vitória do MPLA prontamente reconhecida pela comunidade internacional, e rejeitada pela UNITA, a questão da legitimação do poder ficou de pronto resolvida sem que com este processo se verificasse a sua saída do poder. Entretanto, a opção estrategicamente mal elaborada de voltar a guerra visando tomar o poder pela via da força acabou deixando a UNITA irremediavelmente entregue a sua sorte.

Do ponto de vista da criação de um ambiente regional favorável conforme se propunha o MPLA no seu projeto político ao nível da África Austral, Angola logrou contribuir de forma categórica para o processo de independência da Namíbia em 1990, tendo este acontecimento se refletido para além das fronteiras deste território, quando em 1991 se deu o desmantelamento do sistema político de segregação racial, “*o apartheid*” na África do Sul, tornando se assim quase que proféticas as palavras de António Agostinho Neto, aquando da proclamação da independência de Angola, segundo as quais “*na Namíbia e na África do Sul está a continuação da nossa luta*”.

Este estudo teve como limitações primeiramente a extensão do próprio tema, uma vez que o horizonte de tempo escolhido para o mesmo é de cerca de 17 anos, período de tempo que em nosso entender, em decorrência de todo o processo que envolveu a recolha, análise e classificação dos dados é bastante alargado, e por outro lado, o espaço geográfico em que se circunscreve a pesquisa (a África Austral) uma região em nosso entender bastante diversa e relativamente grande. Outra limitação que também terá

contribuído para que este trabalho não fosse ainda mais rico do ponto de vista da sua abordagem, foi o facto de se verificar uma gritante escassez de trabalhos científicos versando sobre o tema em Angola, local em que foi conduzida a pesquisa.

Recomenda-se que este trabalho se constitua numa ferramenta de alguma importância para a compreensão do contributo da República de Angola para o processo de libertação, pacificação e estabilização política da sub-região da África Austral, e por outro lado que ajude a perspectivar o papel que este país ainda pode desempenhar para os grandes desafios da atualidade, consubstanciados na promoção da paz, estabilidade política e segurança regional na região da África Austral em particular, e em geral no continente africano.

Sugere-se que futuramente se levem a cabo estudos científicos sobre a mesma temática, entretanto circunscrevendo-os a um horizonte temporal mais curto (cinco anos no máximo), e por outro lado que a análise seja efetuada não tendo como objeto a região como um todo, mas sim a relação entre a República de Angola e um único país (por exemplo, relações Angola versus África do Sul, Angola versus Namíbia, etc.). Finalmente sugere-se que os próximos estudos se façam tendo como período de análise anos mais próximos da atualidade ou quiçá perspectivas de futuros desenvolvimentos da relação entre Angola e outros Estados da região.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, João Marques de. (2008) RAMOS, Rui, *Revoluções, Política Externa e Política de Defesa em Portugal Séc. XIX-XX*, Edições Cosmos, Instituto de Defesa Nacional, Lisboa.

ALMEIDA, Eugenio da Costa, (2011). *Angola: Potencia Regional em Emergência*. Edições Colibri, Lisboa.

BONIFACE, Pascal. (2011). *Dicionário das Relações Internacionais*, Plátano Editora, Lisboa.

CAPOCO, Zeferino (2012). *Nacionalismo e Construção do Estado-Angola (1945-1975)*. Escolar Editora, Lobito.

CAMPOS, Armando de (1996), *África do Sul Potencia Regional*, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade Técnica de Lisboa.

CHIWALE, Samuel (2011), *Cruzei-me com a Historia*, Sextante editora, 2011, 2^a edição.

CENTRO de Estudos Estratégicos de Angola CEEA. (2006). *A Geopolítica e Geoestratégia em Angola e em África*, Nzila, Luanda.

CORREIA, Pedro de Pezzarat. (1991). *Descolonização de Angola: A joia da Coroa do Império Português*, Ler & Escrever, Luanda.

CORREIA, Pedro de Pezzarat. (2002). *Manual de Geopolítica e Geoestratégia*, vol. I, Conceitos, Teorias e Doutrinas, Coleção Andaimos do Mundo, n.º3, Quarteto editora, Coimbra.

DOUGHERTY, E. James. PFALTZGRAFF, Robert L. (2003). *Relações Internacionais – As Teorias em Confronto*, gradiva, Lisboa.

EMÍDIO, Fernando, (2012), *Jonas Savimbi, no Lado Errado da Historia*, 4.^a edição, D. Quixote.

FERNANDES, Antonio José (2011), *Conflitos e Paz Mundial, Importância da ONU*, Quid Jiris.

FREIRE, Maria Raquel, ET ali. (2011). *“Política Externa: As Relações Internacionais em Mudança”*, Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra.

GINKEL, Hans Van et. al. (2003) *Integrating Africa- Perspectives on Regional Integration And Development*, United Nations University.

GUEDES, Armando Marques, *As Constantes Emergentes e a Atipicidade das Linhas de Força na Política Externa de Angola*, in :PAVIA, José Francisco (2011), *A Política Externa de Angola no novo Contexto Internacional*, Quid Juris? Lisboa.

KISSINGER, Henry. (2003) *Anos de Renovação*, Gradiva, Lisboa.

LOPES, Manuel Martins. (1991). *A Problemática dos Conflitos Regionais*, Editorial Império, Lisboa.

MAGALHÃES, José Calvet de. (2005). *A Diplomacia Pura*, “1.ª edição, Editorial Bizâncio, Lisboa.

MALTEZ, José Adelino (2002) *Curso de Relações Internacionais*, 1.ª Edição, Principia, Lisboa.

MARQUES, Alexandra (2013). *Segredos da Descolonização de Angola: toda a verdade sobre o maior tabu da presença portuguesa em África*, Don Quixote.

MBAH, Jean Martial Arsene (2010). *As Rivalidades Políticas entre A Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) e o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) 1961-1975*, Mayamba, Luanda.

MILHAZES, José (2014), Angola, O princípio do Fim da União Soviética, 2.ª Edição, Veja.

MOMA, José Abel, (2012) *Os Estados da Linha da Frente e a Gestão de Ameaças na África Austral*, Mayamba, Luanda.

MORAIS, Beatriz, (1998) *A Cooperação e a Integração Regionais da África Austral – A SADC: o Papel de Angola*. São Paulo: Centro de Estudos Africanos. Universidade de São Paulo.

MOREIRA, Adriano (2014), *Teoria das Relações Internacionais*, 8.ª Edição, Almedina.

NOGUEIRA, José Manuel Freire. (2005). *Pensar a Segurança e Defesa*, Instituto de Defesa Nacional, Edições Cosmos, Lisboa.

OLIVEIRA, Elias Chinguli de (2008), *Segurança Regional em África*, Editorial Nzila, Luanda.

PAVIA, José Francisco (coord) (2011) *A Política Externa de Angola no Novo Contexto Internacional*, Sociedade Editora Ld.^a, Lisboa.

SÁ, Tiago Moreira de. I (2011). *Os Estados Unidos e a Descolonização de Angola*, D. Quixote.

SIERRA, Lázaro Cárdenas (2010), *Angola e África Austral: Apontamentos para a História do Processo Negocial para a Paz (1976-1992)*, Mayamba, Luanda.

SILVA, Sérgio Vieira da. (2013). *Política e Poder na África Austral (1974-1989)*, Escolar Editora, Lisboa.

SILVA, Sérgio Vieira da, (2012). *Introdução às Relações Internacionais*, Escolar Editora, Lisboa.

VALENTIN, Jorge (2010), *Caminho para a Paz e Reconciliação Nacional – de Gbadolite a Bicesse- (1989-1992)*, 2.^a edição revista, Mayamba, Luanda.

VICHINSKI, M, P. (1987). *Sul da África: o Apartheid, o Colonialismo a Agressão*, Edições Progresso, Moscovo.

e-book

ARIZA, Gustavo Rosales. (2005), *Geopolítica Y Geoestrategia Liderazgo y Poder* . ensayos. Universidad Militar Nueva Granada, Bogotá, D.C.Colombia. Disponível em: <<http://www.umng.edu.co/documents/10162/39ff0e96-be45-44a8-b148-453414132629>> Acesso em: 13.04.2014.

BEASLEY, K. Ryan [et al.]; (2013), *Foreign Policy in Comparative Perspective: Domestic and International Influences on State Behavior*, Second Edition, Los Angeles. Disponível em: <<http://www.fb03.uni-frankfurt.de/45431016/Beasley-et-al-2012---Foreign-Policy-in-Comparative-Perspective---Ch-1.pdf>>. Acesso em: 05/09/2013.

BONFIN, Uraci Castro. (2005). *Geopolítica, Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército, Escola de Comando e Estado Maior do Exército*. Disponível em: <http://www.academia.edu/3068218/CURSO_DE_POL%C3%8DTICA_ESTRAT%C3%89GIA_E_ALTA_ADMINISTRA%C3%87%C3%83O_DO_EX%C3%89RCITO.>> Acesso em: 10/02/2014.

GOMES, Gonçalo Santa Clara (1990), *A Política Externa e a Diplomacia numa Estratégia Nacional*, editora: Instituto de Defesa Nacional, Portugal. Disponível em: <http://www.comum.rcaap.pt/bitstream/123456789/.../NeD56_GSantaClaraGomes.pdf>
> Acesso em: 10.05.2013.

VISENTINI, Paulo G. F, PEREIRA, Analúcia, D. (2010) *África do Sul, Historia, Estado e Sociedade*, Brasília, FUNAG/CESUL, p.40, disponível em: <http://funag.gov.br/.../709africa_do_Sul_Historia_Estado_e_Sociedade.pdf. > Acesso em: 02/10/2014.

Publicações em Série - Artigos

GLÓRIA, Justino da, *A Descolonização de Angola e a África Austral (1974-1975)*, in JÚNIOR, Miguel (2011), *O Fracasso da Operação Savannah (Angola 1975)*, Mayamba, Luanda.

SÁ, Tiago Moreira de. II (2011) *O «Amigo Inconveniente». Os Estados Unidos, A África do Sul e a descolonização de Angola*, in JÚNIOR, Miguel (2011), *O Fracasso da Operação Savannah (Angola 1975)*, Mayamba, Luanda.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. (2009). *Bases Conceptuais de uma Política Externa Nacional, in Brasil – União Europeia – América do Sul: Anos 2010-2020*, disponível em: <<http://www.pralmeida.org/05DocsPRA/1929BasesConceitPExtNacBook.pdf>>
Acesso em: 20/03/2013.

ARAÚJO, Kelly, (2010) *A transição de Neto a dos Santos: os discursos presidenciais sobre as relações internacionais de Angola e o conflito com a UNITA (1975-1988)* disponível em: <<http://www.casadasafricanas.org.br/wp/wp-content/uploads/2011/08/A-transicao-de-Neto-a-dos-Santos.pdf>> Acesso em: 02/06/2014.

BENDOR Jonathan and HAMMOND Thomas H; (1992) *Rethinking Allison's Models* in *The American Political Science Review*, Vol. 86, No. 2 (Jun., 1992). Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/1964222>> Acesso em: 13/01/2014.

BERVOETS, Jeremy, *The Soviet Union in Angola, Soviet and African Perspectives on the Failed Socialist Transformation*, in *The School of Russian and Asian Studies*, publicado em 11/05/2011, disponível em <<http://www.sras.org/the-soviet-union-in-angola>> Acesso em: 23/08/2014.

BRUNO, Lúcia, Poder político e sociedade: qual sujeito; qual objeto? Disponível em: <www.usp.br/prolam/downloads/nespi_023ok.pdf> Acesso em: 20/02/2015.

CAMPBELL, Horace (1990), *The Siege of Cuito Cuanavale, The Scandinavian Institute of African Studies, Sweden*, in Current African Issues n.º 10. Disponível em: <<http://www.diva-portal.org/smash/get/diva2:288776/FULLTEXT01.pdf>>

Acesso em: 16/08/2014.

DÖPCKE, Wolfgang (1998), *Uma nova política exterior depois do apartheid? – Reflexões sobre as relações regionais da África do Sul, 1974 – 1998*, in Revista Brasileira de Política Internacional, Jun 1998, vol.41, no.1, p.136. disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73291998000100007&script=sci_arttext>

Acesso em: 15/01/2014.

ESCORREGA Luís Falcão (2010) “*Da importância geopolítica e geoestratégica...*” in Revista Militar disponível em <www.revistamilitar.pt/artigopdf.php?art_id=557>

Acesso em: 05/04/2014.

EVANS, M (1984), *the Front-line States, South Africa and Southern African Security: Military Prospects and Perspectives*, in Zambezia (1984/5), XII, p.07. Disponível em <http://wikileaks.ch/gifiles/attach/169/169438_THE%20FRONT-LINE%20STATES,%20SOUTH%20AFRICA.pdf> Acesso em: 08/06/2014.

FERREIRA, João José Brandão. (2011). *Espaços Estratégicos de Interesse Nacional para Portugal (II Parte)*, in Revista Militar, Dec. 2011, disponível em <<http://www.revistamilitar.pt/modules/articles/article.php?id=644>> Acesso em: 04/02/2013.

FRANCISCO, Alberto André Carvalho, in <<https://www.observatoriodafrica.wordpress.com/2012/06/30/transicao-democratica-em-angola/>> Acesso em: 20/02/2015.

FREIRE, Maria Raquel. A política externa em transição: o caso da Federação Russa. **Relações Internacionais**, Lisboa, n. 23, set. 2009. Disponível em <http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-91992009000300005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 10/07/2013.

GLEIJESES, Piero, (2013) *Cuito Cuanavale: A batalha que deu cabo do apartheid*, in Pátria Latina, Disponível em:

<<http://www.patrialatina.com.br/editorias.php?idprog=d7012f5714b8a6a970f5bd34806267c6&cod=11219>> Acesso a 20/09/2014.

GOMES, Miguel, Memórias de Mandela em Luanda, in: <<http://www.redeangola.info/especiais/memorias-de-mandela-em-luanda/>> Acesso em: 21/02/2015.

KAFLE, R. Tulasi, (2011), *Making a Difference: Allison's Three Models of Foreign Policy Analysis*, (obra inédita). Disponível em:

<http://www.academia.edu/592889/Making_a_Difference_Allisons_Three_Models_of_Foreign_Policy_Analysis#> Acesso em 05/01/2014.

MALAQUIAS, Assis. (2011). *Angolan Foreign Policy, Pragmatic Recalibration, Occasional Paper n° 84 South African Foreign Policy and African Drivers Program*, p.8 in South African Institute of International Affairs, disponível em: <<http://www.saiia.org.za/occasional-papers/angolas-foreign-policy-pragmatic-recalibrations>>. Acesso em: 10/09/2014.

MALAQUIAS, Assis (2000). *Angola's Foreign Policy Since Independence: The Search for Domestic Security*, Department of Government, St Lawrence University, Canton, New York. in African Security Review, Vol 9, n°3. Disponível em: <<http://www.issafrica.org/pubs/ASR/9No3/Angola.html>>. Acessado em: 29/08/2014.

MARTINS, Raúl François. (1996). *Geopolítica e Geoestratégia – O Que São e Para Que Servem? Instituto de Defesa Nacional*, in Revista Nação e Defesa, Ano 21, n.º 78. disponível em: < <http://comum.rcaap.pt/handle/123456789/1585>. > Acesso em: 12/10/2013.

MAZURI, Ali A. (1978) *Independent African States and the Struggle for Southern Africa* in The Decolonization of Africa: Southern Africa and the Horn of Africa, the Unesco Press. disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0004/000459/045919eo.pdf>>. Acesso em: 13/03/2014.

MEIRELES, José, *Poderio militar de Angola é uma Ferramenta para a Política externa* in: O país, disponível em: <<http://WWW.opais.net/PT/dossier/?det=17585>> Acesso em: 13/03/2014.

MEYRIAT, Jean; (1961), *L'étude de la Politique Exterieur*. In: Revue Française de Science Politique, 11eme année, n.º1, 1961, pp.144. Disponível em: <<http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/rfsp-0035-2950-num-11-1-392613>> Acesso em: 28.06.2013.

MOSELY, Erin, *South African Apartheid and the Transition to Democracy*, *Committee on African Studies*, Havard University, p.2, disponível em: <<http://www.fas.harvard.edu/~cafrica/wp-content/uploads/South-African-Apartheid-and-the-Transition-to-Democracy.pdf>> Acesso em: 02/09/2014.

NEALE, Troy, *South Africa 1960-1994, Modern History*, in HSC Online, p.4. disponível em: <<http://hsc.csu.edu.au/modern-history/national-studies/south%20Africa/3599/resistence.htm>> Acesso em: 03/10/2014.

RIBEIRO, Renato Janine; (2008) *Sobre o Conceito de Interesse Nacional*, in *Interesse Nacional*, Julho/Setembro, p.83, disponível em: <<http://www/aofi.org.br/images/inteligencia/RJanineRibeiro.pdf>> Acesso em: 13/03/2013.

Relatórios, Monografias e Jornais

ANGONOTICIAS, *Início da Luta Armada de Libertação Nacional foi há 49 anos*, disponível em: <<http://www.angonoticias.com/Artigos/item/25036>> Acesso em: 02/06/014.

BORGES, Livia de Carvalho Borges, (2010) *os Anais do XX Encontro Regional de: Historia e Liberdade realizado em França pela ANPUH/SP – UNESP de 06 a 10 de setembro de 2010*, disponível em: <<http://www.anpuhsp.org.br/sp/downloads/CD%20XX%20Encontro/PDF/Autores%20e%20Artigos/L%EDvia%20de%20Carvalho%20Borges.pdf>> Acesso em: 23.09.2013.

DIÁRIO da República Popular de Angola, (1975).

DEPARTMENT of State US, *The Angolan Crisis 1974-1975*, in *Office of Historian, Milestones: 1969-1976*, Disponível em: <<http://history.state.gov/milestones/1969-1976/angola>> Acesso em: 12/10/2014.

DOUGARD, John (2008), *Convention on the Supression and Punishment of the Crime of Apartheid*, in United Nation Audiovisual Library of International Law, p.1,

disponível em: <<http://legal.un.org/avl/pdf/ha/cspca/cspca-e.pdf>> Acesso em: 02/09/2014.

ENCYCLOPEDIA of Activism and Social Justice, *Anti-Apartheid Movement*, Sage Reference, p.1. disponível em: <<http://www.sagepub.com/ritzerintro/study/materials/reference/77708-15-2ref.pdf>> Acesso em: 06/10/2014.

EXTERIORES, Ministério das Relações, *Histórico do Organismo*, disponível em: <<http://www.mirex.gov.ao/institucionais/historico.aspx>> Acesso em: 17/03/2014.

FRANCISCO, Alberto Andrade Carvalho. (2013). *A Política Externa de Angola durante a Guerra Fria (1975-1992)*, p-60, Trabalho de Dissertação de Mestrado apresentado ao Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília em 2013.

JORNAL do Brasil, 1962 – *A ONU Condena o Apartheid*, disponível em : <<http://jblog.com.br/hojenahistoria.php?itemid=10497>> Acesso em: 07/10/2014.

LABUSCHAGNE, Bernice (2009), *South Africa's Intervention in Angola: Before Cuito Cuanavale and Thereafter*, tese de mestrado apresentada na Universidade de Stellenbosch em 2009. Disponível em: <<http://havanaluanda.files.wordpress.com/2013/07/labuschagne-bernice-before-cuito-cuanavale-and-thereafter.pdf>> Acesso em: 26/07/2014.

LEAL, Marcelo Mesquita. (2011) *A Campanha Militar de Cuito cuanavale (1987-1988): Uma análise baseada na teoria da guerra de Clausewitz*, Porto Alegre, Trabalho de fim de curso de Licenciatura apresentado na universidade Federal do Rio Grande do Sul em 2011, p.18. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/36961/000819385.pdf>> Acesso em: 18/07/2014.

MINISTERIO de defensa; (2010) *Dirección General de Relaciones Institucionales Instituto Español de Estudios Estratégicos, Documento de Análisis del IEEE 08/2010 Estrategia, Geoestrategia, Geopolítica (agosto 2010)*, p16. Disponível em <http://www.ieee.es/Galerias/fichero/docs_analisis/2010/DIEEEA08-2010EstrategiaGeoestrategiaGeopolitica.pdf>. Acesso em 17/07/2013.

NASCIMENTO, Lorrane Campos do, (2009) *Análise do Apartheid como Crime Contra a Humanidade*, Centro Universitário de Brasília. Monografia apresentada a Universidade de Brasília para obtenção do grau de Bacharel.

RAIMUNDO, Antonio; (2012) *O Estudo da Política Externa Combinar Teoria e Contexto*. Recensão, in *Relações Internacionais* Setembro : <www.scielo.oces.mctes.pt/scielo.php?> Acesso em: 25/04/2014.

REPÚBLICA, Diário da (1975). *Lei Constitucional da República de Angola*, I Série N.º 1 , Terça-feira, 11 de Novembro de 1975.

SAHO, *Angolan-Namibian peace plan is accepted*, in Southern Africa History Online, disponível em:< <http://www.sahistory.org.za/dated-event/angolan-namibian-peace-plan-accepted>> Acesso em: 25/09/2014.

SAHO, *Battle of Cuito Cuanavale*, in South African History Online, disponível em:<<http://www.sahistory.org.za/topic/battle-cuito-cuanavale-1988>> Acesso em: 21/09/2014.

SÁNCHEZ, Jorge Ernesto Hernández, *La Política laboral en el sexenio Calderonista: una prospectiva en la materia, bajo el modelo de escenarios y los modelos conceptuales de Graham Allison*, disponível em:<<http://www.oocities.org/mx/atministra/biblio/laboraljehs.pdf>> Acesso em: 14/01/2014

SAUNDERS, Gregory Michael (1983) *the Foreign Policy of Angola Under Agostinho Neto*, Master thesis, Naval postgraduate School Monterey, California 93943, p. 31 disponível em: <<https://archive.org/details/foreignpolicyofa00saun>> Acesso em: 22/12/2013.

SECRETARIADO, do Bureau Político (2012). *I Congresso Ordinário do MPLA (4 a 10 de dezembro de 1977)*, Gabinete de Coordenação, Estudos e Análises, Edições de Angola Lda. P-30.

SOGGE, David, Angola (2009), “*Estado Fracassado*” *Bem Sucedido*, FRIDE, Fundacion para las Relaciones Internacionales y el Dialogo Exterior, Documento de Trabajo, p.1 disponível em :<www.fride.org/.../WP81-Angola-failedyetsuccessful-Port-may09.pdf>. Acesso em: 12/09/2014.

TALBOT, Ann (2002) *the Angolan Civil War and US foreign Policy*, in World Socialist Web Site disponível em: <http://www.wsws.org/en/articles/2002/04/ango-a13.html>. Acesso em: 29/09/2014.

TRAÇA, Mbeto Montero, *A Resistência à operação Savannah*. in JÚNIOR, Miguel (2011), *O Fracasso da Operação Savannah (Angola 1975)*, Mayamba, Luanda.

UN, Resolution on Soweto, Document 77: Security Council Resolution: situation in South Africa – Killings and Violence by the regime in Soweto and Other Areas, disponível em: <http://www.gutenberg-e.org/pohlandt-mccormick/pmh03j.html>. Acesso em: 07/10/2014.

VIGGIANO, Juliana Lyra. (2000) Política Externa: Passado e Presente, in Revista de Sociologia Política, no.19 Curitiba Nov.2002, p.146, disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci> Acesso em: 04.02.2013.